

Editorial

QUARENTA E SEIS ANOS DE LUTA AO SERVIÇO DOS TRABALHADORES

Há 46 anos uma nova estrela rásou a noite e fixou-se no firmamento.

A noite era a noite concentracionária da exploração e da miséria do nosso Povo, a "noite das trevas e dos ulvos dos cães" de que fala o Poeta — a noite fascista.

O firmamento era a luta — a luta cheia de abnegação e esperança da classe operária portuguesa e do seu Partido, a luta por um lugar ao sol no Portugal libertado de algum dia.

A estrela... a estrela era o "Avante!"

Quarenta e três anos depois, o heróico "Movimento dos Capitães" travou a batalha decisiva na direcção do seu Povo, fundiu-se com ele e venceu. A noite fascista rompeu-se e os portugueses puderam aquecer-se ao sol da liberdade.

E no firmamento continuou a brilhar o "Avante!", o "Avante!", agora estrela e canção, o "Avante!" voz dos trabalhadores portugueses e do seu Partido de classe — o PCP.

Então, festejar mais um ano de vida passou a ser um acontecimento nas efemérides do "Avante!"

De facto, uma vida de quarenta e seis anos, uma vida que passou o longo tormento da clandestinidade e viveu a explosão libertadora do 25 de Abril começa a ser uma vida respeitável...

Mas atenção! A lei da vida para um velho jornal operário é ser cada vez mais jovem, é reflectir cada dia e em cada número a "juventude do mundo". E ser jovem, em jornalismo proletário, é prever os acontecimentos e não se deixar ultrapassar por eles; é ser a voz fiel do Partido, que rasga aos olhos do Povo a perspectiva do futuro e, simultaneamente, um instrumento para o trabalho revolucionário concreto de cada dia.

E o "Avante!" tem sido isso mesmo: a voz do PCP, que é a voz da verdade, a voz do povo, a voz proletária e mais autêntica da Revolução, e uma ferramenta de trabalho nas mãos dos comunistas e trabalhadores para a sua actividade diária no seio do Povo.

Lénine ensinou-nos o que deve ser um jornal operário. Nas condições específicas da sociedade portuguesa, da luta da classe operária e do povo trabalhador de Portugal, o colectivo dos trabalhadores do "Avante!" esforça-se por assimilar na prática os ensinamentos de Lénine.

Pensamos que, no fundamental, temos cumprido. Mas temos a noção exacta das nossas falhas e deficiências, do caminho que é ainda necessário percorrer para que o "Avante!" esteja à altura do nosso glorioso Partido.

Porque a história destes 46 anos do "Avante!" é a história gloriosa do PCP, a história da luta heróica do Povo português pela liberdade, pela democracia, pelo socialismo.

José Moreira, o operário metalúrgico da Marinha Grande, torturado até à morte nos antros da PIDE; Maria Machado, a mestre-escola açoriana a quem a dureza da prisão soffria apressou o fim; Joaquim Rafael, camponês ribatejano cuja vida se desgastou por mais de duas décadas de anos nas tipografias clandestinas, foram abnegados obreiros do "Avante!" durante a noite fascista, mas sobretudo heróicos comunistas que sacrificaram a vida pelo seu Partido e pela luta do seu Povo e que ao lado de outros heróis que caíram no seu posto de combate ajudaram a escrever a história exaltante do PCP.

O ano que passou sobre o quadragésimo-quinto aniversário do nosso jornal foi rico de acontecimentos marcantes na vida do PCP e do movimento operário português, de vicissitudes do nosso processo democrático.

Em Abril de 76, o PCP elege 40 deputados e vê subir substancialmente a votação comunista para a Assembleia da República; em Junho, em condições extremamente difíceis de compreender ao nível das amplas massas, o eleitorado do PCP reduz-se drasticamente, num risco político calculado mas essencial para afirmar a posição independente do Partido em torno do seu candidato à Presidência da República. Nessa altura o "Avante!"; citando palavras de Álvaro Cunhal, escrevia:

"O resultado das eleições não significa um deslocamento do eleitorado comunista. Recuperaremos com juros o que perdemos agora!"

O resultado das eleições de 12 de Dezembro último para as autarquias locais mostrou que as previsões do PCP foram correctas e que as palavras do "Avante!" se confirmaram inteiramente. A grande vitória unitária da FEPU, cuja força principal era o PCP, teve nas colunas do nosso jornal a justa consagração.

Em Setembro, a grande confirmação de vitalidade do PCP e de prestígio do seu órgão central com a realização da "Festa do Avante!" Dezenas de milhares de trabalhadores e de portugueses de outras condições sociais e delegados de órgãos centrais de partidos irmãos mostraram o alto apreço em que têm o "Avante!", o seu carinhoso pelo jornal operário do PCP.

A Festa do nosso "Avante!" foi o antepórtico dessa outra grande afirmação de vitalidade, coesão ideológica e força política do PCP — o seu VIII Congresso. Diariamente o "Avante!" levou aos congressistas e convidados e a todos os portugueses progressistas que seguem com interesse os trabalhos do Congresso a notícia viva do maior acontecimento político da vida do PCP depois do 25 de Abril.

Já este ano, a um mês do aniversário do "Avante!", pudemos dar nas nossas colunas a imagem extraordinária de unidade dos trabalhadores que foi o Congresso de Todos os Sindicatos.

O 46.º aniversário do "Avante!" coincide e insere-se na Grande Campanha dos 50000 contos para o Partido. Este número é, ele próprio, uma forma de contribuição para a grande campanha de fundos do PCP.

Uma distribuição especial vai ser feita. O "Avante!" do 46.º aniversário será, a par do repertório político de uma agitada semana, um factor de mobilização de recursos para o Partido.

Num momento em que o fascismo levanta a cabeça e em que as complacências e incongruências políticas do partido do Governo põem em risco as conquistas fundamentais da Revolução, o "Avante!" deste 46.º aniversário pretende ser um elo da sólida cadeia dos que querem impedir o regresso ao passado, o retorno do regime odioso que tanto infelicitou o nosso Povo, dos que querem defender o que a Revolução nos deu e vai frutificar: a liberdade, a Reforma Agrária, as nacionalizações, o controlo operário.

A voz do PCP — o "Avante!" — Será onda muralha na defesa das conquistas fundamentais do nosso Povo!



Quando o chefe da delegação do PCP era apresentado ao Congresso. À esquerda, o camarada Samora Machel



Os secretários-gerais do PCI e do PCP cumprimentam-se. Ao meio, em pé, o presidente do PCI, camarada Luigi Longo

ENTREVISTA COM ÁLVARO CUNHAL

No regresso da viagem à República Popular de Moçambique e à Itália, o secretário-geral do PCP fala ao "Avante!" sobre algumas questões candentes do movimento revolucionário internacional. "Cada partido comunista, no seu respectivo país, tem naturalmente o direito de definir a orientação política e táctica que entenda serem correctas" — afirma o camarada Álvaro Cunhal numa passagem da entrevista que nos concedeu. — (Pág. 3)



O MAP ataca os trabalhadores e paga aos agrários

Pág. 5

O ESCÂNDALO DA «CAÇA ÀS BRUXAS» NÁ EUROPA «DEMOCRÁTICA»

Pág. 7



O perigo do regresso do fascismo voltou a ser denunciado, ontem, no decorrer de um encontro com os órgãos de Informação, realizado na Casa da Imprensa, tendo sido feito um apelo para a unidade de todos os democratas nesta tarefa de que depende o futuro de Portugal

VIGILÂNCIA CONTRA O FASCISMO!

A unidade dos democratas contra o perigo do fascismo assume uma importância fundamental para a defesa e consolidação das liberdades e da democracia. Os antifascistas, o Povo português, exigem justiça contra os pides, como o afirmam claramente a romagem ao túmulo do general Humberto Delgado. A libertação dos torcionários constitui uma grave afronta contra a institucionalização democrática.

É neste sentido que se realiza amanhã, no Pavilhão dos Desportos, uma grande jornada de unidade contra a conspiração fascista. (Pág. 6)

COMÍCIO NO PAVILHÃO DOS DESPORTOS Sexta-feira dia 18 às 21 e 30

UM DIA DE SALÁRIO PARA O PARTIDO É UM DIA DE LUTA PELA DEMOCRACIA

De Norte a Sul do País, a adesão ao Dia de Salário para o Partido — iniciativa abordada pelos nossos camaradas da CUF e que levou a Comissão de Coordenação Central da Campanha a estender a proposta a todos os militantes, simpatizantes e amigos — tem ultrapassado as expectativas iniciais.

Por toda a parte, a confiança e o apoio manifestado é bem a prova de que os trabalhadores estão dispostos a tomarem maior o seu Partido, estão determinados a consolidar a democracia, estão decididos a darem mais força à liberdade. Com a força dos trabalhadores se fortalece o seu Partido. (Pág. 8)

Campanha dos 50 mil contos

CCC	452373\$80	DORS	248092\$50
DORA	35382\$50	UEC	47582\$50
DORB	48850\$00	UJC	21800\$00
DORL	121024\$10	Por classificar	222918\$50
DORN	111530\$00		
DOROR	15147\$10	TOTAL	2413925\$00

AS COMEMORAÇÕES DOS 46 ANOS DO «AVANTE!»

Um pouco por todo o lado, de Norte a Sul do País, as organizações do Partido estão a comemorar os quarenta e seis anos de vida do órgão central do PCP. Este ano foi decidido não assinalar o aniversário do "Avante!" com nenhuma grande iniciativa central, de modo que as comemorações têm-se revestido de um carácter local e adquirido as mais diversas formas.

Têm-se realizado e continuarão a realizar-se nos próximos dias diversos comícios e sessões de esclarecimento, alguns dos quais com a participação do camarada Dias Lourenço, director do "Avante!". A oportunidade tem sido aproveitada não só para evocar o passado glorioso do jornal — cuja história se confunde com a do próprio Partido — mas também para analisar as diversas tarefas relacionadas, ao nível de cada organismo, com a divulgação e expansão do "Avante!". Todos esperamos que deste debate resulte uma melhoria sensível do trabalho dos camaradas que, esforçadamente, se dedicam a essas tarefas.

Jornais de parede, murais, exposições, painéis, colóquios, são também iniciativas em curso em diversas células e Centros de Trabalho. Segundo as condições locais e a imaginação colectiva, camaradas e amigos do Partido, simples leitores do "Avante!", estão a fazer destas comemorações uma significativa jornada de unidade, de reforço do Partido e dos laços que o unem às massas trabalhadoras.

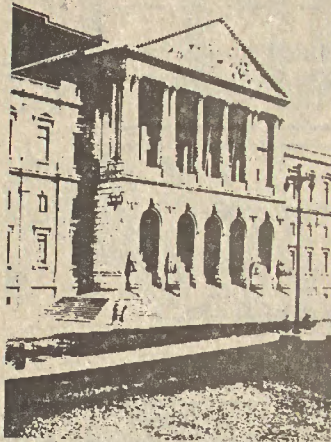
Entretanto, para hoje e amanhã, foram planeadas grandes acções de venda deste número especial do "Avante!" que, como se sabe, foi preparado não só para assinalar a efeméride mas também para que a sua venda seja integrada na Campanha Nacional dos 50 mil contos de fundos para o Partido. Os numerosos pedidos de aumento de remessas da nossa edição de hoje, vindos de muitas células e Centros de Trabalho, são desde já uma garantia de que esta iniciativa vai ser um êxito. A ela nos referiremos na próxima semana.



VAMOS
LEVAR

O
«AVANTE!»
JUNTO
DE TODO
O POVO!

Este número do Avante! comemorativo do 46.º aniversário tem o preço de Esc. 7\$50 e é de 16 páginas incluindo um suplemento de 8 páginas que não pode ser vendido separadamente.



Os Comunistas na Assembleia da República

PCP votou contra a ratificação do Decreto-Lei dos Despedimentos

O decreto-lei dos despedimentos foi anteontem ratificado pela Assembleia da República, com o voto contrário dos deputados comunistas, que actuaram assim por duas razões fundamentais, segundo afirmou o deputado Vital Moreira em declaração de voto: **em primeiro lugar porque o decreto-lei é inconstitucional e em segundo lugar o decreto-lei viola flagrantemente interesses vitais e direitos adquiridos pelos trabalhadores portugueses.**

Ao longo de três dias, a Assembleia da República apreciou o pedido de sujeição a ratificação do Decreto-Lei 841-C/76 (Despedimentos), apresentado pelo PCP. Conforme salientou na sua intervenção o deputado comunista Jorge Leite, o vivo interesse posto na sua discussão dentro da Assembleia, a exemplo do que aconteceu fora dela, **é bem a expressão da importância que à matéria por ele regulada atribuem as diversas forças sociais em geral e, em particular, a classe trabalhadora e as suas organizações, por um lado, e o patronato e as suas organizações, por outro lado. E com razão. Na verdade, joga-se, neste domínio, um conflito de interesses que tem a iniludível marca da luta de classes.**

A discussão iniciou-se depois dos deputados terem tomado conhecimento do notável parecer da Comissão dos Assuntos Constitucionais desta Assembleia a propósito de uma petição de cidadãos sobre o carácter inconstitucional do decreto-lei em apreço, conforme sublinhou o camarada Carlos Brito.

Tudo parecia conjugar-se para que este debate parlamentar viesse a revestir-se de uma dignidade à altura da responsabilidade da matéria que lhe serve de fundo e à expectativa das massas trabalhadoras que nele têm implicada a sua segurança e o seu futuro — diria Carlos Brito, para logo reconhecer que estas esperanças foram em grande medida defraudadas.

Dispensando-se de comentar as insinuações, as afirmações, os ataques puramente provocatórios de alguns oradores que assim procuraram iludir a falta de argumentos reais para sustentar as suas posições, o deputado do PCP referindo-se aos defensores do decreto-lei acentuou que prentederam demonstrar duas coisas:

A primeira, é a de que uma Lei que restabeleça a confiança dos patrões, protegendo-os, redundará em benefício dos trabalhadores. A segunda, é a de que, partindo ela de que são os trabalhadores os responsáveis das graves dificuldades económicas com que o País se debate, defende que são necessárias medidas para os meter na ordem.

Estas duas teses expostas — embora não tão cruaente — pelos defensores do decreto-lei foram, ao longo dos três dias de debate, prontamente desmontadas pelas intervenções dos camaradas Domingos Abrantes, Severiano Falcão, Jorge Leite e Carlos Brito, bem como pelos pedidos de esclarecimento formulados por estes e outros deputados do PCP.

A grande maioria das críticas formuladas pelos deputados comunistas ficaram sem resposta. A questão era clara e não havia argumentos que a iludissem, conforme salientou ainda na sua intervenção o presidente do Grupo Parlamentar do PCP: **Ou se trata de impor a disciplina do chicote e do medo, medo do despedimento arbitrário, apelado à pressa de «justa causa» (projecto contido no decreto-lei) ou se trata de conseguir a autodisciplina, que só pode resultar dum projecto nacional claro, da mobilização pelo esclarecimento (posição defendida pelo PCP).**

SÓ COM OS TRABALHADORES SE DEFENDEM AS LIBERDADES E A DEMOCRACIA

Conforme ficou amplamente demonstrado e Vital Moreira o salientou na declaração de voto do PCP, o decreto é inconstitucional porque o Governo alargou o conceito de **justa causa de despedimento**, diminui as garantias contra os **despedimentos sem justa causa**, enfim utilizou poderes não para alargar a garantia da estabilidade e da segurança no emprego, mas sim, pelo contrário, para diminuir **essa segurança, como de resto resulta do conspícuo preâmbulo do decreto, não isento de má consciência e fanatismo.**

Referindo-se ainda ao decreto agora ratificado, Vital Moreira acrescentou: **O presente decreto-lei insere-se numa linha de acção autoritária das questões nacionais, nomeadamente nas que mais directamente afectam os trabalhadores em vez de, com a sua participação, encontrar soluções mobilizadoras das massas trabalhadoras para problemas que não podem ser resolvidos sem os trsbalhadores, muito menos contra os trabalhadores.**

E, além do mais, contraria conquistas dos trabalhadores garantidas por legislação anterior e vai ao encontro dos interesses e das exigências do patronato — conforme denunciou ainda o mesmo deputado do PCP.

Apesar da nota dominante do debate ter sido, conforme referiu o deputado Carlos Brito, **a da santa aliança de classe na defesa de um diploma que as organizações de trabalhadores reputam de antioperário e antipopular**, as propostas de alteração entretanto formuladas pela bancada do partido do Governo representam algum avanço no que diz respeito à ausência que se verifica no decreto de garantias processuais mínimas.

Mas as declarações quer do Governo quer do Partido do Governo — sublinha a declaração de voto do PCP — não dão garantia de que o decreto-lei venha a sofrer todas as alterações necessárias a eliminar os múltiplos aspectos negativos contrários aos interesses dos trabalhadores.

Outro aspecto de todo o debate foi ainda devidamente salientado por Vital Moreira na declaração de voto do PCP: **o pedido de ratificação apresentado pelo PCP permitiu fazer aquilo que o Governo tentou evitar — a discussão pública da lei dos despedimentos.**

O PCP rejeitou, portanto, a ratificação do decreto-lei dos Despedimentos.

No entanto — sublinhou o camarada Carlos Brito na intervenção com que o PCP encerrou a sua participação no debate — **quando todos os democratas reconhecem que a ameaça do fascismo e da reacção se ergue, pondo em perigo a democracia, as liberdades, as conquistas da Revolução, quando a palavra de ordem mais sentida e já publicamente manifestada das forças democráticas e antifascistas é a de unir forças, não poderemos deixar de considerar que é sempre tempo de arrearpar caminho, de encontrar nos trabalhadores, na defesa dos seus interesses, a rota segura para construir uma sociedade democrática e mais justa.**

Por isso, o Partido Comunista Português apresentou propostas de alteração que visam sobretudo delimitar o conceito de justa causa como falta disciplinar, reforçar a intervenção das organizações de trabalhadores na defesa do trabalhador ameaçado de despedimento, alargar as garantias processuais e jurisdicionais do trabalhador e evitar que o trabalhador despedido seja colocado sem meios de subsistência.

Este o sentido das alterações que o PCP vai defender, agora no seio da Comissão de Trabalho, para onde transitou o Decreto-Lei para análise na especialidade.

Usamos ter a esperança de que aqueles que nesta Assembleia se dizem identificados com os interesses dos trabalhadores sejam ainda sensíveis ao seu protesto e aos

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

argumentos que aqui trouxemos e que ficaram sem resposta, disse ainda Carlos Brito que, a finalizar, salientou:

É o que legitimamente também podem esperar os trabalhadores das forças que se dizem empenhadas na construção do socialismo, eles que são os primeiros obreiros das profundas transformações sociais, económicas e políticas iniciadas pela valorosa acção dos capitães de Abril e sem os quais não é possível defender e consolidar a democracia, as liberdades, as conquistas da Revolução.

Deputado do CDS tão papista como o PAP...

Galvão de Melo, general na reserva e deputado do CDS, proferiu anteontem na Assembleia da República novo e violento ataque contra a descolonização, o 25 de Abril e os Capitães que, em íntima ligação com as massas populares, derrubaram o fascismo.

A sua intervenção, prontamente repudiada pelos deputados socialistas e comunistas e com o não-apoio da bancada do PPD, assumiu aspectos verdadeiramente graves e que mostram à evidência que a direita reaccionária não cessa as suas conspirações contra a democracia e as conquistas maiores do processo revolucionário.

Galvão de Melo lançou graves calúnias contra membros de órgãos de soberania — no caso conselheiros da Revolução — além de ter caluniado a actividade de outros — no caso, a Assembleia da República, à qual lançou o epíteto de “casa de teatro — de mau teatro”.

A manobra foi bem montada: nem faltaram na imprensa reaccionária — conforme denunciou o camarada Carlos Brito — “convocatórias” para a “sessão de provocação”. Nas galerias tomaram lugar senhoras e senhores bem vestidos, que bebiam gulosamente as palavras do general na reserva e deputado do CDS.

A intervenção de Galvão de Melo insere-se numa mais vasta campanha desestabilizadora — ele próprio reconheceu que não se importava de desestabilizar! — fomentada pela direita reaccionária e fascista, preparada por organizações de extrema-direita como o MIRN e o PAP que assim, e para todos os efeitos, dispuseram de um porta-voz na Assembleia da República.

Registe-se que, na bancada do CDS, a maioria dos deputados aplaudiu a intervenção do seu deputado e general na reserva!

Quando se tornou claro o repúdio das palavras de Galvão de Melo por parte da esmagadora maioria dos deputados, provocadores instalados nas galerias — certamente atraídos pelas “convocatórias” da imprensa reaccionária — despiram os casacos finos e mostraram as suas verdadeiras vestes de arruaceiros.

O deputado do CDS prometeu voltar ao ataque. Isto é, prometeu prosseguir a sua campanha de desestabilização, que não é mais do que um prolongamento de uma campanha mais vasta em que aquele deputado do CDS não se encontra sozinho!

A Assembleia da República não pode servir de tribuna para quem pretenda atacar as instituições democráticas, caluniar órgãos ou membros de órgãos de soberania, no fundo, pôr em causa o 25 de Abril e manobrar para o regresso ao 24 de Abril.

O povo português não votou — nem votará — no PAP, no MIRN ou em outras organizações de igual calibre. Votando como votou, o povo português votou contra as provocações de Galvão de Melo, general na reserva e deputado — do CDS?

O diálogo com os trabalhadores é uma exigência política da hora presente

O incidente ocorrido, no passado dia 4, no decorrer da inauguração duma nova linha de produção na Fábrica de Cimentos Secil foi referido na Assembleia da República pelo deputado Jaime Serra, do PCP, que após ter narrado o desenrolar dos acontecimentos a que assistiu como convidado criticou a atitude assumida pelo Primeiro-Ministro, acentuando:

Furtando-se ao diálogo com os trabalhadores, no lugar próprio acerca das suas condições de trabalho, numa empresa onde o Estado tem hoje posição maioritária, mas onde ainda tem grande peso o capital monopolista estrangeiro e onde o representante dos trabalhadores havia afirmado que se havia acumulado riqueza em condições de exploração que desejavam ver definitivamente banidas deste País, o Primeiro-Ministro não se interessou em inquirir, como lhe competia, se de facto tais condições de exploração estão definitivamente banidas da empresa.

Depois de afirmar que o diálogo com os trabalhadores é, além do mais, uma exigência política da hora presente, o deputado Jaime Serra avisou o Governo do PS para o facto de que, caso não encete esse diálogo, **pode perder ainda mais a confiança dos trabalhadores, de que só a direita reaccionária beneficia.**

E mais adiante: A tática da direita reaccionária é clara como claros são os objectivos que prossegue. Sabendo que não pode ser governo por via constitucional, porque houve uma Revolução neste país, porque o povo português votou inequivocamente, em eleições sucessivas, no apolo às transformações revolucionárias que vieram a ser consagradas na Constituição da República, sabendo tudo isto, a direita reaccionária explora ao máximo as contradições e ambiguidades do primeiro governo constitucional e, preparando a hora de revanche, empurra-o para uma política impopular. Para uma política com vista a criar no país uma situação de tal modo instável que abra o caminho a eventuais soluções autoritárias, fora do quadro constitucional. Para uma política que abra o caminho do poder à reacção e ao fascismo.

SÓ UMA POLÍTICA DE ESQUERDA PODE GANHAR A CONFIANÇA DAS MASSAS POPULARES

Passando a analisar a política do Governo do PS, o deputado comunista disse: Com preocupação constatamos que a política do governo tem facilitado o desenvolvimento desta tática da reacção. O descrédito do primeiro governo constitucional junto das massas trabalhadoras é uma realidade que as forças reaccionárias exploram por todas as formas e em todos os tons, aumentando as suas exigências e a sua arrogância, através duma propaganda e duma acção já abertamente fascistas, que crescem em grau proporcional ao da impunidade com que se desenvolvem.

Acentuando que é tempo do Governo se dar conta de que não é possível fazer frente à ofensiva da reacção, opôr-se ao avanço do fascismo, sem o apolo activo e a confiança das massas populares e, em primeiro lugar, dos trabalhadores, Jaime Serra salientou que, para o conseguir era preciso dar forma

a uma política de defesa dos interesses desses mesmos trabalhadores.

E acrescentou: **É tempo do Govenro entrar em aberto diálogo com os trabalhadores, através das suas organizações representativas, procurando desse modo, e não por via administrativa e autoritária, a solução dos problemas que estão na origem dos conflitos sociais que, em número crescente, se vão perigosamente generalizando. E é necessário dizer que a generalização dos conflitos sociais, porque estes assentam em razões objectivas, se pode tornar incontrolada criando, desse modo, uma perigosa situação que facilite o jogo e os objectivos dos inimigos da democracia.**

E, a finalizar a sua intervenção, o camarada Jaime Serra acentuou:

O País não está condenado ao desastre e a democracia não está condenada à derrota

O camarada Octávio Pato proferiu, na passada semana, na Assembleia da República, uma importante declaração política, na qual começou por afirmar: **Sem alarmismos mas também sem ilusões irresponsáveis, antes em estreita coerência com as posições que o meu Partido de há muito vem exprmindo, queremos aqui declarar ser nossa firme opinião de que a democracia portuguesa vive um período muito difícil e perigoso.**

Proseguindo, afirmou Octávio Pato: **A degradação da situação económica, financeira e social do País assume proporções inquietantes que podem conduzir ao colapso económico, a mais profundos golpes na independência nacional, a pesadíssimos e amargos sacrifícios para o Povo português, a riscos sérios para a democracia. O agravamento acentuado das condições de vida dos trabalhadores e de toda a população laboriosa constitui um grave factor de inquietação e descontentamento popular, propício a gerar nalguns sectores atitudes de desorientação e perturbação e a enfraquecer a sua activa identificação com o regime democrático.**

No plano político — acrescentou o dirigente do PCP — **o avanço da reacção fascista e do separatismo, que é nas regiões autónomas a capa e a expressão da aliança do imperialismo com o fascismo na sua ofensiva contra a democracia portuguesa, contra a unidade e a integridade nacional. Acentuando que a gravidade da situação não pode ser iludida, o deputado do PCP salientou:**

Quase três anos depois do início da revolução de 25 de Abril, em insulto aos resistentes ao fascismo e à memória dos mártires da epopela da resistência e em ofensiva aos que prepararam e depois defenderam o 25 de Abril, a voz do fascismo está na rua, benéfica de tolerância e complacência, usa as liberdades democráticas na sua conspiração contra a democracia.

Nesse sentido não hesitaremos em considerar atenta e positivamente os recentes apelos do Primeiro-Ministro e secretário-geral do PS quanto aos perigos do fascismo e quanto à necessidade de uma mobilização nacional contra o separatismo.

Mas desejamos sublinhar com muita clareza que em nosso entender tais apelos precisam de ganhar credibilidade e eficácia pela via da sua concretização na acção contra o perigo fascista, e precisam sobretudo de ser libertos dos equívocos e da ambiguidade provocados pelos simultâneos apelos a “tréguas nas querelas partidárias” e à “acalmia política”.

Continuando a referir-se ao discurso do secretário-geral do PS, o camarada Octávio Pato colocou bem claramente as seguintes duas hipóteses:

Se o Primeiro-Ministro e secretário-geral do PS alerta contra o perigo fascista e apela a “tréguas” no intuito de criar condições para que a ofensiva contra a Reforma Agrária pudesse prosseguir sem resistência nem protesto; para que os direitos dos trabalhadores possam ser ofendidos impunemente; para que as empresas intervencionadas possam ser facilmente entregues ao patronato sabotador; para que o Povo português aceite passivamente pesados sacrifícios em benefício e provelto da recuperação capitalista, agrária, imperialista; para que o movimento popular perca iniciativa; para que a classe operária e os trabalhadores se resignem, então só podemos advertir que tais tréguas não são possíveis e que a gravidade da situação exige sinceridade de propósitos e coerência dos actos.

Pelo contrário, se o alerta quanto ao perigo do fascismo e os apelos a tréguas são fundamentados pela sincera convicção e que as ameaças que pairam sobre a democracia portuguesa exigem a busca de entendimento e da cooperação no campo democrático; exigem uma larga união de esforços populares; exigem o respeito dos direitos e conquistas dos trabalhadores; exigem a salvaguarda das realizações revolucionárias; exigem a definição comum de uma política económica e social que trave a marcha para o desastre e que possa suscitar o apolo e a participação generosa dos trabalhadores, **então queremos afirmar que este é o caminho justo no qual é preciso progredir e ao qual, em todos os planos da vida nacional, queremos dar o nosso activo contributo.**

É TEMPO DE O GOVERNO SER COERENTE

A declaração política proferida pelo camarada Octávio Pato chamava contudo a atenção para o facto de que a reunião das forças democráticas para o combate contra o fascismo e as actividades separatistas não é compatível com numerosos aspectos da política do PS e do seu Governo, acentuando nomeadamente:

O combate ao fascismo não é com efeito compatível com alianças ou compromissos comprometedores e envenenados com a direita, os quais tendem a sujeitar o Governo do PS a uma manobra envolvente que nem sequer esconde os seus objectivos reais de assalto ao poder, em tudo idênticos ao de certas oposições que enveredam por uma tática diferente.

Sobre este assunto, o deputado do PCP acrescentou ainda: **O combate unitário e democrático contra o fascismo não é compatível com a mobilização partidária da informação estilizada e com o escândalo de esta, em certos casos, prolongar as campanhas da reacção, (promover Kaulza de Arriaga, declarar em editoriais o seu horror à intervenção das massas populares na vida nacional, ridicularizar a aliança do Povo com as Forças Armadas, e contestar até o direito dos Capitães de Abril prevenirem contra o perigo do ressurgimento do fascismo por eles derrubado.**

O fascismo não será combatido eficazmente se se reserva o uso da repressão para trabalhadores pacíficos enquanto cacos, terroristas e agentes do fascismo encontram passividade e protecções.

A luta efectiva contra a conspiração e as actividades fascistas não é compatível com a hostilização permanente dos trabalhadores e das forças de esquerda, sem as quais não há barreiras ao fascismo.

Referindo-se ao comunicado do Conselho de Ministros relativo à luta dos trabalhadores, redigido em termos que Octávio Pato classificou de lamentáveis, o deputado do PCP criticou-o por ser uma ameaça inqualificável contra os direitos e conquistas, consagradas na Constituição. E acrescentou:

A este respeito é preciso dizer que a principal responsabilidade por alguns dos mais importantes conflitos sociais que estão em curso pertencem ao patronato e à reacção, mas também ao Governo e à sua tendência para resolver os problemas por via administrativa e autoritária, pela sua sistemática recusa de ouvir e considerar as posições dos trabalhadores e das suas organizações representativas.

A este respeito é preciso dizer claramente que quem compromete a reconstrução nacional é o próprio Governo quando persiste na ofensiva contra a Reforma Agrária, ofensiva que terá este ano previsivelmente como consequência uma quebra de produção agrícola em que, cortes de crédito às UCPs, atraso na entrega de sementes, a instabilidade provocada por continuas ingerências, arbitrariedades e violências têm responsabilidades fundamentais.

Contra as suas promessas expressas aquando da discussão do Programa do Governo e do Plano o Orçamento, o Governo continua a não expropriar os 700000 hectares abrangidos pela Lei da Reforma Agrária enquanto vai dedicando o essencial da sua actividade neste sector a prejudicar e comprometer os sacrifícios e o esforço dos

Quando o Primeiro-Ministro reconhece que «a extrema-direita esperta e não esconde já que quer o regresso ao passado», é necessário que reconheça também que isso se deve, em grande parte, à política de cedências do Governo minoritário PS a essa mesma direita.

É necessário que os dirigentes do PS reconheçam que só a realização duma verdadeira política de esquerda, exigida pela Constituição e pelo nosso povo, será capaz de ganhar a confiança das massas trabalhadoras, galvanizando a sua energia revolucionária e força criadora para as urgentes tarefas de reconstrução nacional; que isto só será possível, com um governo que realize uma política que se torne credora do apolo de todos os democratas e antifascistas deste país verdadeiramente interessados na construção duma sociedade democrática a caminho do Socialismo.

trabalhadores rurais do Ribatejo e do Alentejo.

Se não fosse a maturidade política, a serenidade, a alta consciência dos trabalhadores quanto aos interesses fundamentais da democracia portuguesa, a sua elevada compreensão de que é preciso não dar campo de manobra às forças reaccionárias, pode o Governo estar certo que a sua política antioperária e antipopular encontraría, por parte dos trabalhadores, noutras condições, o recurso muito mais generalizado a formas superiores de luta, no quadro do legítimo exercício dos seus direitos constitucionais.

É tempo de o Governo ser coerente com os apelos do seu Primeiro-Ministro e entender que os perigos para a democracia não vêm dos trabalhadores, não vêm da esquerda, vêm da direita, da reacção e do fascismo. É tempo de o Governo travar a sua inquietante tendência para se julgar o único intérprete dos interesses nacionais, para subordinar os interesses dos trabalhadores e o legítimo exercício dos seus direitos às suas preocupações de integração na Europa dos monopólios.

MEDIDAS IMPERIOSAS PARA A DEFESA DA DEMOCRACIA

Proseguindo a importante declaração política do PCP, o deputado Octávio Pato disse:

Diante da justa e generalizada preocupação causada pelo avanço do fascismo e das actividades separatistas, seria grave erro e perigoso factor de descrença fazer apelos à luta contra os perigos do fascismo que logo morressem por falta de vontade política de os concretizar.

Porque estamos certos que tais medidas encontrariam largo apolo popular e restituíriam entusiasmo e confiança a muitos democratas que já desesperam de ver o fascismo receber a resposta que a defesa da democracia exige, queremos aqui afirmar a nossa vontade de não ficarmos apenas pela possível identidade de preocupações e pela solidariedade nos apelos.

O PCP declara que se as forças democráticas desejarem estar à altura das responsabilidades históricas que o presente momento da vida nacional lhes coloca, então existe um largo campo de iniciativa, entendimento e cooperação que é seu dever desenvolver para travar o avanço das forças fascistas e defender o regime de liberdade conquistado com o 25 de Abril.

Em seguida, Octávio Pato enumerou algumas das medidas que se impõem tomar para defesa da ordem democrática:

• **tomar medidas severas e exemplares contra a Imprensa fascista e as organizações políticas como o MIRN e o PAP, cuja existência e actividade é manifestamente inconstitucional;**

• **terminar com o escândalo permanente que, apesar da Lei 1/77 da Assembleia, continuam a constituir os julgamentos de agentes e informadores da Pide;**

• **activar a luta contra o terrorismo, seus agentes e cúmplices, desmantelar as suas redes clandestinas, restituindo ao povo português a garantia da tranquilidade e da segurança, defendendo as instituições democráticas da conspiração organizada;**

• **promover legislação de emergência que garanta a completa integração do poder judicial na ordem democrática e constitucional;**

• **impedir as escandalosas reintegrações de professores catedráticos fascistas nas Universidades portuguesas, de juizes e altos funcionários fascistas na magistratura e, em geral, no aparelho de Estado, como nesta Assembleia foi justamente denunciado pelo deputado do PS Raul Rego;**

• **pôr termo urgente à reintegração nas empresas de destacados legionários e fascistas como aconteceu com membros da tenebrosa FAC na Petrolgal.**

Depois de ter anunciado a necessidade imperiosa de se tomarem, além de outras, estas medidas, o camarada Octávio Pato acentuou:

A luta contra o perigo do fascismo terá tanto mais sucesso e terá resultados tanto mais duradouros quanto mais cedo se abrir simultaneamente o caminho efectivo para a resolução dos mais prementes e agudos problemas económico e sociais. E esse caminho, como a experiência está demonstrando, só pode ser encontrado com os trabalhadores, com a congregação das forças democráticas verdadeiramente interessadas em realizar os objectivos da Constituição, e nunca contra os trabalhadores, contra os seus direitos, contra as conquistas da revolução, contra o sentido das novas leis objectivas tendenciais que hoje, em consequência das transformações revolucionárias, determinam a evolução da economia portuguesa.

É POSSÍVEL FAZER O PAÍS SAIR DA CRISE

A finalizar a sua intervenção o camarada Octávio Pato acentuou:

O PCP, fiel às suas responsabilidades de Partido nacional, quer declarar nesta Assembleia que, em seu entender, no actual estado da economia portuguesa, nenhuma força política, absolutamente nenhuma força política, estaria hoje em condições imediatas de governar poupando ao povo português graves e inevitáveis sacrifícios.

Mas o PCP sublinha igualmente que se torna necessário distinguir entre os sacrifícios objectivamente necessários para promover o progresso da economia portuguesa e sacrificios contrários aos interesses do País porque em benefício da recuperação de posições e poder pelos capitalistas nacionais e estrangeiros; distinguir entre os sacrificios que são uma base indispensável para que amanhã a vida possa ser melhor e os sacrificios que são apenas a antecâmara de novos e sucessivamente mais gravosos sacrifícios; distinguir entre os sacrificios que só atingem mais duramente as camadas laboriosas da população e os sacrificios que excluem quem possui mais altos rendimentos e vive no luxo e na opulência; distinguir entre os sacrificios pedidos no quadro de uma efectiva política de reanimação económica e de aumento de produção nacional e os sacrificios pedidos para sustentar ilusões de reanimar a economia portuguesa pela via das concepções típicas do capitalismo monopolista.

Com uma firme política que defende a ordem democrática dos perigos do fascismo e com uma política económica e social identificada com os interesses populares e nacionais e integrada nas linhas de rumo consagradas na Constituição, é possível fazer o País sair da crise e assegurar o prosseguimento da revolução portuguesa.

O País não está condenado ao desastre e a democracia não está condenada à derrota. Continuamos a afirmar que os problemas nacionais têm solução e que essa solução passa por um grande esforço nacional, pela mais vasta mobilização das energias populares, por uma activa intervenção dos trabalhadores em todos os aspectos da vida nacional, pela união de esforços, pelo entendimento e cooperação das forças democráticas, de todos quantos querem assegurar a liberdade e o progresso na nossa Pátria. Por isso, apesar das dificuldades actuais, reafirmamos novamente que na construção de uma resposta nacional aos problemas nacionais, a aproximação e o entendimento entre comunistas, socialistas e outras forças democráticas tem um papel essencial.

ENTREVISTA COM O CAMARADA ÁLVARO CUNHAL

• Na nova etapa da revolução moçambicana, identifica-se a luta de libertação nacional e de consolidação da independência com a luta pela libertação do homem de todas as formas de dominação e de exploração

• A visita a Itália terá não só um papel positivo no desenvolvimento das relações entre os nossos dois partidos como também no desenvolvimento das relações entre os dois povos, por vias não partidárias

O camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, chefiando delegações do nosso Partido, esteve recentemente na República Popular de Moçambique e em Itália, para assistir, respectivamente, ao III Congresso da Frelimo e para conversações com o PCI. Dos resultados e perspectivas abertas por essa viagem fala-nos o camarada Álvaro Cunhal na entrevista que a seguir publicamos.

"Avante!" — O III Congresso da Frelimo é uma vitória não só do povo moçambicano e do seu partido, mas de todo o movimento revolucionário

variadas e até objectivos políticos, económicos e sociais diversificados. Hoje, na nova etapa da revolução moçambicana, identifica-se a luta de libertação nacional e de consolidação da independência com a luta pela libertação do homem de todas as formas de dominação e de

delegação do PCP, certos jornais afirmam que as relações PCP-Frelimo prejudicam as relações entre os dois Estados. Que se pode dizer a este respeito?

camaradas. Tivemos longas conversações durante as quais foi trocada uma informação recíproca sobre os problemas dos nossos respectivos países. Procedeu-se também a uma troca de impressões sobre problemas internacionais.

Como é sabido, existem diferenças de opinião entre os dois partidos, mas pensamos que, tanto nas conversações que mantivemos oficialmente, como nos contactos com as diversas organizações do Partido Comunista Italiano, se abriram possibilidades reais de reforço das relações de amizade e de solidariedade recíproca. Não quero deixar de acrescentar que estas conversações e esta nossa visita a Itália não só terão um papel positivo no desenvolvimento das relações entre os nossos dois partidos como também no desenvolvimento das relações entre os dois povos, por vias não partidárias e, da mesma forma, pensamos que foi uma contribuição positiva para o desenvolvimento das relações entre Portugal democrático e a Itália.



Em todos os actos públicos em que participou na RPM, a delegação do PCP foi sempre saudada com extremo calor e carinho



A delegação do PCP, à sua chegada a Maputo, foi recebida pelos camaradas Chissano e Anabela

internacional. Qual o aspecto que mais impressionou o camarada nesse acontecimento?

Álvaro Cunhal — Podemos dizer que no III Congresso da Frelimo houve duas decisões de capital importância. A primeira foi a criação do partido de vanguarda, de um partido da aliança operário-camponesa, de um partido orientado pelo marxismo-leninismo. A segunda refere-se à construção de uma democracia popular, que o próprio Congresso definiu como a construção das bases económicas, técnicas e ideológicas da sociedade socialista. Isto significa que o povo moçambicano, sob a direcção da sua vanguarda, toma o rumo do socialismo.

Além dessas duas decisões de carácter histórico, deve salientar-se que o III Congresso da Frelimo revelou, por um lado, a profunda ligação da Frelimo ao seu conjunto com o povo trabalhador e, por outro lado, dos dirigentes da Frelimo com a Frelimo e com o povo.

"Avante!" — Com o seu Congresso, a Frelimo deixa de ser uma Frente para passar a ser um partido. Que diferenças são de assinalar nessa mudança e qual é o seu significado político mais saliente?

Álvaro Cunhal — Criação do partido de vanguarda é o termo escolhido pela própria Frelimo. Não se trata de uma transformação, mas da criação de um partido. A diferença é grande. Num movimento nacional de libertação como era a Frelimo, de carácter unitário, pode haver a coincidência de tendências muito

exploração. Hoje, um movimento com tendências muito diversificadas já não poderia conduzir o processo. Daí a criação, na continuidade das tradições revolucionárias da Frelimo de um partido revolucionário, ligado à classe operária e aos camponeses, armado com uma teoria revolucionária que lhe permita o caminho do progresso

Álvaro Cunhal — Tais afirmações não têm qualquer fundamento e fazem parte de uma vasta intriga que, essa sim, em nada contribui para facilitar o desenvolvimento das relações entre Portugal e a República Popular de Moçambique. Temos plena consciência de que as relações de amizade do PCP com a Frelimo são ao mesmo tempo



Flores dos Pioneiros da Frelimo para o secretário-geral do PCP e os outros convidados estrangeiros

social e da realização das transformações económicas e sociais que conduzirão ao socialismo.

"Avante!" — Especulando sobre a visita a Moçambique da

uma importante contribuição para o desenvolvimento das relações entre os dois povos e entre os dois Estados.

"Avante!" — Quais os principais resultados das conversações com os camaradas italianos, aos vários níveis dos contactos estabelecidos pela nossa delegação?

Álvaro Cunhal — Como se sabe, fomos a Itália a convite do Comité Central do Partido Comunista Italiano. Houve conversações de uma delegação do Partido Comunista Português, constituída por mim próprio, pelo camarada Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, e pelo camarada Vítor Neto, da Secção de Informação e Propaganda do nosso Partido. A delegação do PCI tinha à sua frente o camarada Luigi Longo, o camarada Berlinguer e o camarada Giancarlo Pajetta e era composta ainda por outros

portanto, as nossas opiniões e para ouvirmos as deles.

Temos a opinião muitas vezes repetida de que há semelhanças entre os países da Europa Ocidental, da Europa capitalista. E há também diferenças. Cada partido comunista, no seu respectivo país, tem naturalmente o direito de definir a orientação política e a táctica que entenda serem correctas. Também vários partidos comunistas, uma vez que tenham situações que considerem semelhantes, com problemas que considerem análogos, podem procurar formas semelhantes de acção.

Em Portugal, a situação é diferente. Certas ideias que hoje se consideram válidas para países capitalistas da Europa não são aplicáveis em Portugal. Pela razão simples de que Portugal não é um país que tenha estruturas económicas e sociais que se assemelhem às existentes nesses países. Muitas vezes temos lembrado que nos países do ocidente europeu existe

o capitalismo monopolista de Estado, existe o capitalismo monopolista e, em Portugal, com a revolução desapareceu o capitalismo monopolista de Estado e o capitalismo monopolista recebeu golpes mortais.

Seria absurdo pensar que o nosso Partido ia agora aceitar passivamente que se restaurasse o capitalismo monopolista para depois definir uma orientação, semelhante àquela que é definida nos outros países da Europa Ocidental, e que visa limitar o poder dos monopólios restaurados.

Ainda uma observação: agora há já quem aceite que a orientação do Partido Comunista Português é diferente porque a situação é diferente. Isto é justo. Mas insuficiente. Tem de acrescentar-se qualquer coisa mais: que a situação é diferente porque houve a orientação do Partido Comunista Português. Porque se deu a sua intervenção nos acontecimentos e na transformação histórica do nosso país, porque o PCP, juntamente com outras forças de uma elevada contribuição para a democratização da vida nacional.

"Avante!" — Ainda em Itália, nas conversações com forças políticas tão variadas e diferentes, quais foram os resultados mais significativos e, entre eles, qual devemos destacar?

Álvaro Cunhal — Nós tivemos encontros relativamente breves com representantes de vários partidos. Estivemos com representantes do Partido Socialista, do Partido Social-Democrata, do Partido Republicano e com o presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros do Parlamento, que é um dirigente da Democracia Cristã.

Encontramo-nos também com os presidentes dos municípios de Roma e de Nápoles, e com a vereação do município de Roma, composta por pessoas de diversas tendências democráticas.

O resultado geral foi, por um lado, podemos informar sobre o nosso país e mostrar a verdadeira fisionomia da Revolução portuguesa e do nosso próprio Partido Comunista e, por outro lado, desbloquear certas dificuldades que têm existido, no conjunto, nas relações de cooperação entre as forças democráticas portuguesas e as forças democráticas italianas.

Consideramos também estes contactos como uma contribuição para o desenvolvimento das relações entre os dois países.

"Avante!" — E no que respeita a contactos com os trabalhadores?

Álvaro Cunhal — Tivemos, nomeadamente, um encontro com trabalhadores comunistas dos transportes de Nápoles, que estavam realizando o seu Congresso. Fomos calorosamente recebidos numa expressiva manifestação da solidariedade dos trabalhadores italianos para com a classe operária do nosso país e para com o nosso Partido. Apesar das diferenças de situações e de diferenças que possam haver entre as posições e a maneira de pensar dos vários

partidos, a solidariedade baseada nos princípios do internacionalismo proletário, continua a ser muito viva entre os trabalhadores e entre os comunistas de todo o mundo.

"Avante!" — Entretanto, fala-se muito na cimeira a realizar em Madrid entre os secretários-gerais dos Partidos Comunistas de Espanha, de Itália e de França...

Álvaro Cunhal — Fizemos-nos muitas perguntas em Itália acerca desse encontro, a que alguns jornais chamavam cimeira sem que estejamos certos de que o seja. Pelo pouco que sabemos, admitimos que seja uma expressão da solidariedade para com o povo espanhol e o Partido Comunista de Espanha. Não houve nenhuma diligência, nem nenhuma proposta feita ao Partido Comunista Português para participar nessa iniciativa.

"Avante!" — A campanha do imperialismo contra os países socialistas toma

aspectos graves. Caluniam-se os regimes socialistas acerca de alegados ataques aos direitos do homem e às liberdades em alguns desses países. Personalidades anticomunistas e imprensa reaccionária e fascista acusam nomeadamente o nosso Partido de não tomar uma posição crítica perante esses "ataques". Quer o camarada abordar esse assunto?

Álvaro Cunhal — A nossa posição a este respeito é muito conhecida. Se alguém espera que o Partido Comunista modifique essa sua posição, está profundamente enganado. O Partido Comunista não cede à chantagem e à pressão, nem da reacção nem dos aliados. Estamos dispostos a discutir todas as questões de interesse comum e a estabelecermos plataformas que representem um acordo entre diversas forças políticas. Mas não somos um partido para cedermos a chantagens.

Há toda uma campanha contra os países socialistas. É sintomático que as mesmas acusações, os mesmos problemas apareçam quase com a mesma formulação desde os jornais fascistas, como A Rua, O Diabo e outros jornais que são a vergonha da imprensa Portuguesa (se aqui se pode chamar imprensa e portuguesa) até aos jornais e publicações de grupos esquerdistas provocatórios. Reproduzem, quase nos mesmos termos, as mesmas acusações.

O Partido Comunista Português continua a considerar que há três grandes forças revolucionárias no mundo: os países socialistas, o movimento de libertação nacional e o movimento operário nos países capitalistas. Pelo nosso lado, entendemos que é necessário trabalhar não para a divisão destas forças, não para se criarem dificuldades de cooperação, de solidariedade recíproca entre estas forças, mas, ao contrário, para reforçar mais e mais a sua amizade, compreensão e solidariedade recíprocas. É isto que nos orienta nas nossas posições, tanto em relação aos países socialistas como em relação às outras forças revolucionárias mundiais.



As delegações do PCI e do PCP que participaram nas conversações entre os dois partidos-irmãos

COMUNICADO CONJUNTO PCP-PCI

De 10 a 14 de Fevereiro visitou a Itália, a convite do Comité Central do PCI, uma delegação do Partido Comunista Português, dirigida pelo camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP e composta pelos camaradas Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado, e Vítor Neto, da Secção de Informação e Propaganda do CC do PCP.

Durante a sua estadia a delegação do PCP teve conversações com uma delegação do PCI composta pelos camaradas Luigi Longo, Presidente do Comité Central, Enrico Berlinguer, secretário-geral, Giancarlo Pajetta, membro da Direcção, António Rubbi, membro do CC e vice-responsável da Secção Internacional, Andrea Geremica, membro do CC e secretário da Federação de Nápoles, António Montessoro, membro do CC e secretário do Partido na Liguria, Lina Filib, membro do CC.

A delegação do PCP teve encontros com o presidente da Câmara dos Deputados, Pietro Ingrao, com o presidente da Comissão dos Negócios Estrangeiros da Câmara dos Deputados, Carlos Russo, e com os secretários-gerais do PSI, Bettino Craxi, do Partido Republicano Italiano, Oddo Biasini, do Partido Social Democrático Italiano, Pier Luigi Romita.

A delegação do PCP encontrou-se ainda com dirigentes e activistas comunistas do Comité Regional do Lazio e das Federações de Roma e de Nápoles. Nas duas cidades

a delegação foi recebida pelos presidentes dos municípios, Argan e Valenzi. Os encontros entre as duas delegações que se desenvolveram num clima de cordialidade, de franqueza e amizade, permitiram uma ampla troca de informações e de opiniões sobre as situações dos respectivos países e sobre a situação internacional.

As delegações sublinharam a importância decisiva da vitória sobre o fascismo em Portugal e das transformações políticas, económicas e sociais para a realização de uma contribuição determinante dos comunistas portugueses, outras forças políticas democráticas e antifascistas, e o Movimento das Forças Armadas, que teve um papel preeminente no derrubamento da ditadura. A longa e dura luta contra o fascismo teve o apoio de uma ampla e unitária acção de solidariedade internacional, que se desenvolveu com grande intensidade num amplo leque unitário, também em Itália.

A vitória sobre o fascismo em Portugal e na Grécia contribuiu e contribui de maneira relevante para o avanço das forças democráticas e progressistas na Europa.

As delegações exprimiram a sua plena solidariedade com a luta do povo espanhol pela definitiva libertação do

colonialismo e do racismo, pela sua independência, pela construção de uma nova sociedade.

O PCI e o PCP sublinham a exigência de conduzir uma luta coerente, na base de uma linha política autonomamente elaborada e decidida por cada partido, correspondente às condições económico-sociais e políticas e às particularidades nacionais dos respectivos países, para atingir os objectivos da paz, da democracia e do socialismo.

As duas delegações, reconhecendo as diversidades dos dois países e a peculiaridade das linhas políticas determinadas pelos próprios Congressos e organismos dirigentes, afirmam o valor das Constituições dos respectivos países aprovadas pelo voto popular e a necessidade de defender o seu carácter democrático e antifascista e de realizar as respectivas exigências de progresso social, e neste quadro consideram importante a procura de convergências e de acordos dos socialistas e dos comunistas e das forças autenticamente populares.

Nesta base os dois partidos desenvolverão a sua amistosa cooperação e a solidariedade internacionalista, na estreita observância da igualdade dos direitos e da independência soberana de cada partido, no respeito da livre escolha de diversas vias na luta pelas transformações sociais e progressistas, rumo ao socialismo.

Roma, 12/2/77.

INTRIGAS E OFENSAS CONTRA A FRELIMO E O PCP

1. O "Diário de Notícias" publicou, na sua edição de 14 do corrente, uma entrevista com os membros da delegação do PS ao III Congresso da FRELIMO. Tal entrevista constitui o lançamento de uma nova intriga contra as relações entre os Estados portugueses e moçambicanos, a partir do anticomunismo e de outras grosseiras falsificações, assumidas quer pelos entrevistados quer pelo entrevistador.

Com efeito, desde a acusação ridícula de que o PCP controla a imprensa moçambicana, à deturpação de passagens da intervenção do camarada Álvaro Cunhal no Congresso da FRELIMO, a referida entrevista constitui, toda ela, uma sucessão de insinuações e afirmações que, por mais fantasiosas que sejam, não deixam de constituir uma ofensa à dignidade e independência da FRELIMO e da República Popular de Moçambique e uma deturpação das posições do PCP e do carácter internacionalista das suas relações com a FRELIMO.

O PCP não pode deixar de manifestar a maior indignação pelo facto deste tipo de intrigas ter acolhimento num órgão de imprensa estatizado e pela continuada utilização da imprensa do Estado como aparelho de propaganda do partido do Governo, do que aliás a própria iniciativa da entrevista é um sinal evidente.

2. As relações entre Portugal e os novos Estados africanos têm sido envenenadas por toda a sorte de manobras que, independentemente das intenções subjectivas de quem a elas se presta, se viram contra os interesses do nosso povo, do nosso país e da independência nacional. Ao comportamento de certos órgãos de informação, que não só os jornais abertamente reaccionários, cabem pesadas responsabilidades pelas dificuldades criadas ao desenvolvimento de relações de amizade e cooperação, particularmente com Moçambique e Angola.

Sendo tais relações do interesse do nosso povo e dos povos desses países e constituindo uma afirmação e uma garantia de uma política nacional independente, o PCP considera que é tempo dos órgãos de informação do Estado cessarem de vez com tais intrigas e provocações e informarem com verdade o povo português sobre a realidade da luta dos povos que se libertaram definitivamente da mais cruel e degradante forma de exploração e constroem hoje o futuro de liberdade e progresso social.

Lisboa, 15 de Fevereiro de 1977

A SIP do PCP



Conferência de imprensa em Roma com dezenas de jornalistas italianos e estrangeiros

compreendida pelos sucessivos aumentos de preços, o documento sublinha que, "paralelamente, nenhuma" medidas foram tomadas no sentido de acabar com o congelamento de facto da contratação colectiva, nem com o boicote do patronato às negociações, daí resultando a não actualização dos salários dos

O MAP CORTA O CRÉDITO AGRÍCOLA MAS CONCEDE 2 MIL CONTOS MENSUAIS AOS AGRÁRIOS EXPROPRIADOS!

Dois mil contos por mês, eis quanto custam ao Povo português os subsídios que o MAP concede para "sustento" dos latifundiários expropriados! Acrescente-se que cerca de dois terços dos subsídios concedidos constituem uma escandalosa violação à lei que os estabelece!

Mais de dois mil contos por mês eis quanto custam ao Povo português os subsídios que generosamente o MAP concede aos grandes agrários expropriados! Mais de dois mil contos para uma minoria parasitária que toda a vida explorou as massas trabalhadoras e foi uma das bases fundamentais do fascismo, tal como hoje o é da contra-revolução! Mais de dois mil contos sugados ao povo que entretanto vê o custo de vida subir, é atingido pelo congelamento de salários, (que este ano apenas poderá, na generalidade, ser aumentados 15%), pagando desta e de outras formas os misteriosos empréstimos da magnánima Europa e capitalista e dos condescendentes Estados Unidos.

Mas o mais escandaloso é que cerca de dois terços dos subsídios concedidos aos agrários constituem flagrante ilegalidade ao decreto-lei e à decisão do Conselho de Ministros que os regulamentam. Isto é, o MAP nem sequer respeita as próprias leis, de si emanadas, quando se trata de proteger os latifundiários e capitalistas!

Ora vejamos: Os subsídios aos agrários são regulamentados pelo Decreto-Lei 489/76 de 22 de Junho de 1976. Segundo este decreto-lei, teriam direito a receber subsídios os agrários cujas terras tivessem sido expropriadas ou nacionalizadas, ou que se encontrem ocupadas sendo por lei expropriáveis, "e que retirasse em predominância da exploração agrícola desses prédios os seus meios de subsistência". Em consequência daqueles actos, destituídos ou insuficientemente providos daqueles meios".

Os agrários poderiam requerer ao Centro Regional da Reforma Agrária ou à Comissão de Gestão Transitória da situação dos prédios expropriados, nacionalizados ou ocupados, a atribuição de um quantitativo mensal a deduzir nas indemnizações compensatórias que lhe vierem a caber a título definitivo". A 21/9/76, o Conselho de Ministros, na sequência deste decreto-lei, determinou "a atribuição de um

quantitativo mensal a deduzir nas indemnizações aos titulares de prédios rústicos em situação de manifesta carência e que tenham sido objecto de medidas de expropriação ou de nacionalização".

Como se vê, segundo a lei os proprietários teriam direito a subsídio, se "retirasse predominantemente da exploração agrícola desses prédios os seus meios de subsistência" (Dec.-Lei 489/76) ou segundo a redacção de decisão do Conselho de Ministros que tivessem ficado "em situação de manifesta carência". No entanto, dois terços dos subsídios, concedidos aos agrários expropriados ou cujas terras tenham sido nacionalizadas, constituem uma ilegalidade face ao Dec.-Lei 489/76 e à decisão do Conselho de Ministros! Ilegalidade que poderia ser corrigida pois o Dec.-Lei 489/76 no seu Artigo 5 estabelece: "O Ministro da Agricultura e Pescas poderá, a todo o tempo, suspender o pagamento, depois de ouvido o interessado mediante informação fundamentada dos serviços competentes de que já não se verificam os pressupostos que lhe deram causa". Mas o MAP não está disposto a alterar uma vírgula na sua política de recuperação latifundista mesmo quando, como no caso presente, grande parte dos pobres agrários a que a expropriação reduziu a situação de "manifestação carência" possuem outros bens que em prédios rústicos não sujeitos a expropriação, quer em prédios urbanos, muitos deles detendo belos depósitos bancários.

ÉVORA

Eis uma relação de alguns dos maiores latifundiários do Distrito de Évora que estão a receber o subsídio de 8500\$00 mensais. (Banco de Portugal, subsídios retroactivos de Agosto a Dezembro): 1. José Sebastião Descalço Torres Vaz Freire, 35000\$00; 2. Manuel Dias Descalço Torres Vaz Freire, 42500\$00; 3. António Descalço Torres Vaz Freire, 42500\$00; 4. Joaquim Maria Torres Vaz Freire, 42500\$00; 5. Maria Guilhermina Vaz Freire Nunes Mexia, 30000\$00; 6. Francisco Manuel Rosado Murteira, 42500\$00; 7. Francisco

António Murteira Alves, 42500\$00; 8. Jacinta Conceição Murteira Alves, 38500\$00; 9. João Baixinho Queiroga, 42500\$00; 10. João Gregório Perdigão, 42500\$00; 11. António Joaquim Patinhas Gomes da Silva, 30000\$00; 12. Isabel Maria Patinhas Gomes da Silva, 30000\$00; 13. José Eduardo Vilas Boas Potes, 42500\$00; 14. José Luís Barata Sousa Cabral, 34000\$00; 15. Miguel Joaquim Câmara Manuel Potes, 34000\$00; 16. Jaime Sureda Correia, 42500\$00; 17. João Gregório Perdigão, 34000\$00; 18. Joaquim Diogo da Silva Mosca, 34000\$00; 19. João Manuel Araújo, 33500\$00; 20. Joana Maria Brito Calhau Queiroga, 42500\$00; 21. Ana Virgínia Malta da Costa Potes, 42500\$00; 22. Francisco Lopes Marques, 42500\$00; 23. Feliciano Vicente de Carvalho, 42500\$00; 24. António V. de Carvalho Freixial, 42500\$00; 25. Rosa Maria Câmara Manuel, 34000\$00; 26. Custódio Alfacinha, 42500\$00; 27. Francisco Alfacinha (Montemor-o-Novo), 42500\$00. TOTAL, 1.059.500\$00. Analisemos agora em pormenor a situação de algumas destas famílias "que estão à espera do subsídio para viver".

Família Torres Vaz Freire: Possuem, pelo menos, os seguintes prédios urbanos: — Rua do Cano, 13, em Évora;

— Praça de Touros de Évora;

— Rua Rui Coelho, em Alcácer do Sal (prédio);

— Mais uma propriedade urbana (perto do Campo do Juventude) avaliada em 90000\$00;

— Outra propriedade urbana em Évora avaliada em cerca de cinco mil contos.

E as seguintes herdades não ocupadas, nem expropriadas:

— Herdade do Brito com 152,725 ha;

— Courela da Balsa;

— Quinta de Cima;

— Quinta do Ameixial, Caravelhina e anexas;

— Quinta do Xéu-Xéu, avaliada em 70000\$00.

Todos estes bens estão, na generalidade, hipotecados à Banca. Os três (1,2,3) primeiros devem ao Banco de Portugal 2850 contos.

José Eduardo Vilas Boas Potes: Possui: — parte de um prédio na

Praça 1.ª de Maio;

— parte de outro prédio na mesma praça, n.º 10;

— prédio na Praça Joaquim António de Aguiar, n.º 10 (em nome da mulher).

Deve 1000 contos ao Banco de Portugal, e 100 contos ao Banco do Alentejo. Os bens que possui são avaliados em 10000 contos.

Família Mexia:

Quanto a esta conhecida família de latifundiários, abrangida pela beneficência e benevolência do MAP que concede o subsídio mensal de 8500\$00 a vários dos seus membros, vejamos como a sua situação é de "manifestação carência".

O engenheiro João Garcia Nunes Mexia, que recebe um subsídio de 8500\$00, possui:

— Grandes herdades nos concelhos de Montemor-o-Novo, Coruche e Alcácer do Sal, expropriadas no todo ou em parte; e ainda grandes herdades na freguesia de Santo Estêvão — concelho de Benavente, casa agrícola em Vila Nova da Rainha (concelho de Azambuja);

— pertencem-lhe 869 ha da grande "Quinta do Campo e Anexas" (conjunto com 2570 ha que se estende pelos concelhos de Alentejo e Azambuja) — é membro da grande família de latifundiários de apelido Nunes Mexia ligada directamente a outras (Costa Praça de Montemor-o-Novo, Castelo Branco, etc.).

— Os Nunes Mexia estão também ligados a empresas industriais; um deles foi deputado à Assembleia Nacional fascista e todos em geral são figuras gradas do fascismo bem conhecidas no Alentejo e Algarve.

Outra beneficiária dos subsídios do MAP é Maria José Nunes Mexia Barata de Sousa Cabral Nunes Mexia. Esta senhora é duas vezes Nunes Mexia. A duplicação do sobrenome é comum entre famílias de latifundiários em que primos frequentemente casam entre si de modo a que as propriedades fiquem ainda mais concentradas. Maria José Nunes Mexia pertence igualmente aos ramos Nunes Barata e Sousa Cabral, outros senhores agrários e capitalistas, em parte expropriados das terras, mas com bens em prédios urbanos, o que não impede de se encontrarem incluídos na lista dos subsidiados, recebendo mensalmente dinheiro devido aos trabalhadores.

Outro exemplo das curiosas ligações desta grande família de latifundiários, que dominavam muita superfície arável do país, é Maria Guilhermina Mexia Nunes Torres Vaz Freire, beneficiária de um subsídio mensal de 8500\$00.

Ainda beneficiários, pertencentes a esta família são: Alfredo Jerónimo Vieira Lopes Mexia de Almeida (Mora), António Leonardo Mexia de Almeida (Pavia), Maria Amélia Vieira Lopes Mexia de Almeida (Mora) e José Eduardo Mexia de Almeida (Pavia-Mora). Qualquer destes senhores recebe 8500\$00 mensais!

Quem são eles em Portalegre?

Quem são os pobres beneficiários abrangidos pelo Decreto-Lei 489/76 em Portalegre? Eis alguns dos casos:

Família Dias Coutinho:

— Maria Amélia Godinho Pinheiro Dias Coutinho e Maria Alda Godinho Pinheiro Dias Coutinho, provavelmente irmãs, habitam ambas na Rua do Salitre, 183, 2.º e 3.º em Lisboa e recebem um total de 16000\$00 ou seja 8500\$00 por cabeça.

A família Dias Coutinho possui uma das mais importantes casas agrícolas em várias regiões, abrangendo pelo menos 11 concelhos de 5 distritos.

No distrito de Lisboa: possuem a Quinta de Santarena no concelho de Azambuja.

No distrito de Leiria: "Quinta de S. Gonçalo", concelho de Caldas da Rainha.

Possuem fábricas de moagem, lagar de azeite, grandes criações de gado, montados, olivais, terras de cultura cerealífera nos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão (distrito de Castelo Branco); latifúndios no distrito de Portalegre (concelho de Castelo de Vide) e de

Monforte, distrito de Évora nos concelhos de Évora, Borba, Mourão, Alandroal, etc.

Família Gama Serra:

— Vicência Natividade Gonçalves Gama, Maria da Conceição Gama Serra, Henrique da Gama Serra e Maria de Lourdes da Gama Serra, todos habitando na mesma residência em Campo Maior recebem, no total, 31500\$00 mensais (respectivamente 8500\$00, 7000\$00, 8500\$00 e 7500\$00)

Família Barradas Curvo:

António Pereira Barradas Curvo, Diogo Barradas Curvo e Maria Rita Barradas Curvo recebem, à sua conta, 25500\$00 mensais: 8500\$00 cada um.

Ainda em Portalegre muitos nomes conhecidos de grandes famílias são beneficiários pelo MAP: os Vasconcelos de Couto, os Bagulhos, os Barradas de Carvalho, os Nunes da Silva e outros.

BEJA

Vários agrários, sem mexerem uma palha, são generosamente pagos pelo MAP. Vejamos:

Família Valle Faria:

Maria Helena e Armando e Jorge Fernando Valle Faria recebem 25500\$00: os três habitam na Rua dos Barrigos, n.º 5 em Serpa;

Família Madeira Palma:

Eugénia e Maria Madeira Palma recebem 11500\$00, respectivamente 5000\$00 e 6250\$00; ambas habitam na Rua Dr. Francisco Alexandre Lobo, 7, Beja.

Família Ascensão:

José António Machado e José Machado Pígarra Ascensão recebem 17000\$00: ambos habitam em Beja.

Família Mira Coroa:

Ilídio e Henrique Mira Coroa e Francisco Manuel Mira Coroa recebem 25500\$00; habitam na Rua Eça de Queiroz n.ºs 12 e 14 em Beja.

Família Drago:

Maria Feliciano Cordeiro Drago e António Maria Drago de Sousa Uva recebem 17000\$00; ambos moram em S. Marcos da Atabueira em Castro Verde.

E ainda Brites Maria Janeiro e José Eduardo Madeira, um casal, habitando em Pias, que recebe 17000\$00;

SANTARÉM

No distrito de Santarém surge-nos um aspecto curioso: a generosidade do MAP ultrapassa as exigências dos agrários. Assim, os manos

Gama Berquó (Maria Teresa, Maria Domingas, Maria Isabel e Luís José) todos habitando na Calçada da Graça, 1-D, em Lisboa, haviam requerido ao MAP 3500\$00 de subsídio individual. Mas o MAP achou que 3500\$00 mensais era insuficiente para um agrário expropriado conduzir uma vida digna do seu passado"... E por isso concedeu a cada mano, 8500\$00 ou seja uma pensão mensal de 34000\$00. Estes manos têm 4000 contos no Banco.

Do mesmo modo, Maria Lucília Falcão Duarte pediu um subsídio de 3500\$00 mas foi-lhe concedido 8500\$00. Aliás, esta família Falcão Duarte recebe um total de 25500\$00 ou seja 8500\$00 cada um: o Jacinto Manuel Alice Augusta e a citada Maria Lucília.

A família Lince Uva recebe, por sua vez, um subsídio mensal de 42500\$00: 8500\$00 para cada um dos seguintes membros: Elisa Fernandes Lince Dias Uva, Emídio Dias Uva, João Lince Uva, Maria António Lince Uva e Maria Teresa Lince Uva Fernandes.

Quanto à família Aires Mateus foi igualmente beneficiada com 8500\$00 por cabeça: para quatro membros desta família vão mensalmente 34000\$00.

Será o MAP tão ingénuo e os seus serviços tão incompetentes que ignorem a situação real de grande parte dos agrários subsidiados? Se acaso, (o que nos parece muito improvável), semelhante ilegalidade é devida a uma tremenda e espantosa ignorância e incompetência, eis uma ocasião para o MAP se informar e corrigir a sua política de ilegalidades. Mas será isto compatível com a sua actuação de recuperação latifundista?

GRANDE MOVIMENTAÇÃO DOS AGRICULTORES DAS BEIRAS PROMOVIDA PELO MAPRU

O MAPRU, Movimento de Agricultores por uma Melhor Previdência Rural, uma das mais potentes fontes de esclarecimento e de mobilização dos pequenos e médios agricultores em luta pela melhoria das suas condições de vida, vai realizar no próximo dia 27, em Coimbra, um grande Encontro de Agricultores da Zona Centro, a fim de aprovar um Caderno Reivindicativo a apresentar ao Governo.

Neste encontro, marco importante numa intensa actividade desenvolvida junto do campesinato do centro do País, irão ser definidos problemas já amplamente discutidos em diversas sessões de esclarecimento de pequenos e médios agricultores: o montante a exigir para as reformas e as pensões; a idade mínima para a reforma; as pensões de viúvas de agricultores sem qualquer subsídio; melhorias a introduzir na assistência médica e medicamentosa; abono de família para todos os agricultores.

Como preparação deste encontro o MAPRU realizou diversas sessões de esclarecimento das quais tem resultado a organização de núcleos de pequenos e médios agricultores ligados ao MAPRU e a recolha de centenas de assinaturas para um abaixo-assinado onde os graves

problemas relativos às carências de assistência médica e de previdência social do campesinato são cruentamente denunciadas e se exigem medidas capazes de proporcionar uma vida melhor e uma veíne digna a esta vasta camada de trabalhadores do campo. Só durante o mês de Janeiro foram recolhidas 400 assinaturas, o que demonstra a capacidade crescente de mobilização do MAPRU.

Entre as sessões realizadas, durante o mês de Janeiro, pelo MAPRU, incluem-se encontros de pequenos e médios agricultores (proprietários e rendeiros) em Montemor-o-Velho (onde entre a assistência se encontravam presentes 52 viúvas de agricultores que vivem em situação totalmente desprotegida), em Porto da Carne (Guarda), na Chapinha (Miranda do Corvo), na Casa do Povo de Espartez e Sinde, no Corvo (Miranda do Corvo), em Vila Nova (Miranda do Corvo), em Almocharife (Soure), em Vila Nova do Campo, Malcorça, e diversos encontros em Coimbra. No distrito de Castelo Branco, o MAPRU realizou reuniões em Domingos (Covilhã), Valverde (Fundão), Covilhã, Freixial dos Potes (Fundão), Pero Viseu (Fundão) e no Fundão.

Entretanto e ainda como preparação do grande encontro de Coimbra, correspondendo a um apelo do MAPRU, a população de diversas freguesias está já há muito a participar na preparação dos trabalhos que culminarão com a jornada de domingo, enviando pareceres e sugestões sobre os diversos temas em discussão, nomeadamente sobre:

— A própria realização do Encontro; quantitativos a atribuir às reformas e pensões; idade mínima para ter direito à Reforma; deveriam as pensões ser todas iguais?; deveriam todos os associados pagar a mesma quota?; assistência médica e medicamentosa; abono de família, sua atribuição, quem deve ter direito a ele; Casas do Povo — suas funções.

Um tal trabalho de esclarecimento, mobilização e incentivo à participação dos pequenos e médios agricultores do Centro permite ao MAPRU esperar que a realização do seu grande Encontro em Coimbra, no próximo domingo, dia 20, constitua uma grande jornada em que as vozes dos esquecidos e explorados trabalhadores do campo, pequenos proprietários e rendeiros, se faça ouvir com o vigor que a justiça das suas reivindicações — por uma melhor Previdência rural — justifica plenamente.

NO DISTRITO DE SANTARÉM A POLÍTICA DO MAP PROVOCA DESEMPREGO E BAIXA DA PRODUÇÃO

Os grandes agrários sentem-se satisfeitos no distrito de Santarém. Como não haveriam de o estar se os poucos senhores expropriados das suas terras, vivem à grande e à francesa com os generosos subsídios do MAP, e os outros donos de grandes propriedades continuam, impune, a deixá-los ao abandono? Neste distrito, podemos dizer que o processo das expropriações paralisa mesmo antes de iniciar-se.

Mas se a minoria exploradora absentista e parasitária tem razões para se sentir feliz com o rumo dos acontecimentos, logicamente o mesmo não pode suceder com os trabalhadores, com as massas populares, com a maioria da população do distrito. A conciliação dos interesses de classes é mera demagogia na qual não acreditam sequer os seus propagandistas que, objectivamente, defendem os interesses da minoria.

O reverso da satisfação dos grandes agrários, é o descontentamento cada vez mais profundo das massas trabalhadoras. O desemprego alastra. Os homens e mulheres estão fartos de se encontrarem ora empregados, ora desempregados. Centenas de hectares de terras estão subaproveitadas ou abandonadas; noutras, os agrários negam-se a pagar os salários estipulados pelo CCT e aproveitando-se do pavor que o desemprego infunde em famílias inteiras, ameaçam com o despedimento a torto e a direito, servindo-se da situação geral de instabilidade do trabalho para explorar ainda mais ferozmente.

As vezes tempo que consente nesta situação, o MAP, numa tentativa para esfrangalhar as UCPs constituídas, concede reservas e outras parcelas a seareiros e rendeiros nas terras das cooperativas. Os trabalhadores bem têm proposto que «aos rendeiros e aos seareiros sejam dadas terras em zonas já nacionalizadas ou expropriadas e que atinjam uma extensão de cerca de 10000 hectares ao longo do Vale do Sorraia e outras propriedades do concelho de Coruche». Como afirma o Sindicato dos Operários Agrícolas do Distrito de Santarém, expressando o protesto dos trabalhadores, "nada disto foi levado em conta e por teimosia e maldade correm perigo centenas de postos de trabalho".

A conclusão que já largas massas de trabalhadores tiram da política do MAP é que este está ao lado dos agrários, interessado em manter uma situação de desemprego e mesmo de intensificar.

Senão vejamos: O que faz o MAP nos casos quando trabalhadores estão largos meses sem receber salários (com o objectivo de os fazer largar o trabalho), como foram e são os casos ocorridos em:

— Casa Cantante Mota, Sociedade Agrícola da Alorna, Prudência da Silva, Santos e Filhos, entre outras no concelho de Almeirim;

— Vale de Lama de Atalaia e Casa Paços Canavaro, entre outras no concelho de Alpiarça e Casa Lico no vale de Santarém;

— Peixoto de Menezes, João Neves Duque, Casa Veiga, entre outras, no concelho da Chamusca?

Todas estas propriedades estão abrangidas pela lei das Expropriações. No entanto, nelas «podem e mandam» agrários que continuam a sua política de exploração igual à do passado.

No distrito de Santarém trabalham igualmente com outros casos, que exprimem em si próprios a mais escandalosa sabotagem dos agrários cujos efeitos são o desemprego e a baixa da produção. Citemos um exemplo:

No lugar de Marianos, concelho de Almeirim, encontram-se desempregados 18 homens e 47 mulheres. Mas nos arredores desta pequena povoação encontram-se grandes herdades trabalhadas por meia dúzia de homens! São elas:

— A Herdade Matafome (já expropriada) com uma área de cerca de 700 ha e apenas com 3 trabalhadores;

— A Herdade Cantarinhos com cerca de 1600 ha e 3 trabalhadores;

— A Herdade do Vale de Lama da Rosa com cerca de 1000 ha e 11 trabalhadores;

— A Herdade de Vale Flores com nove trabalhadores.

Perante esta situação, para a qual o MAP não somente não dá solução como parece ainda interessado em agravar, conforme

à sua política de apadrimamento dos grandes agrários, os trabalhadores encontram-se incapazes de defender os seus interesses e os do país.

«Expropriem-se as terras, diversifiquem-se as culturas, estructure-se a agricultura, intensifique-se o crédito, defenda-se a Reforma Agrária e o desemprego será suprimido a curto prazo.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

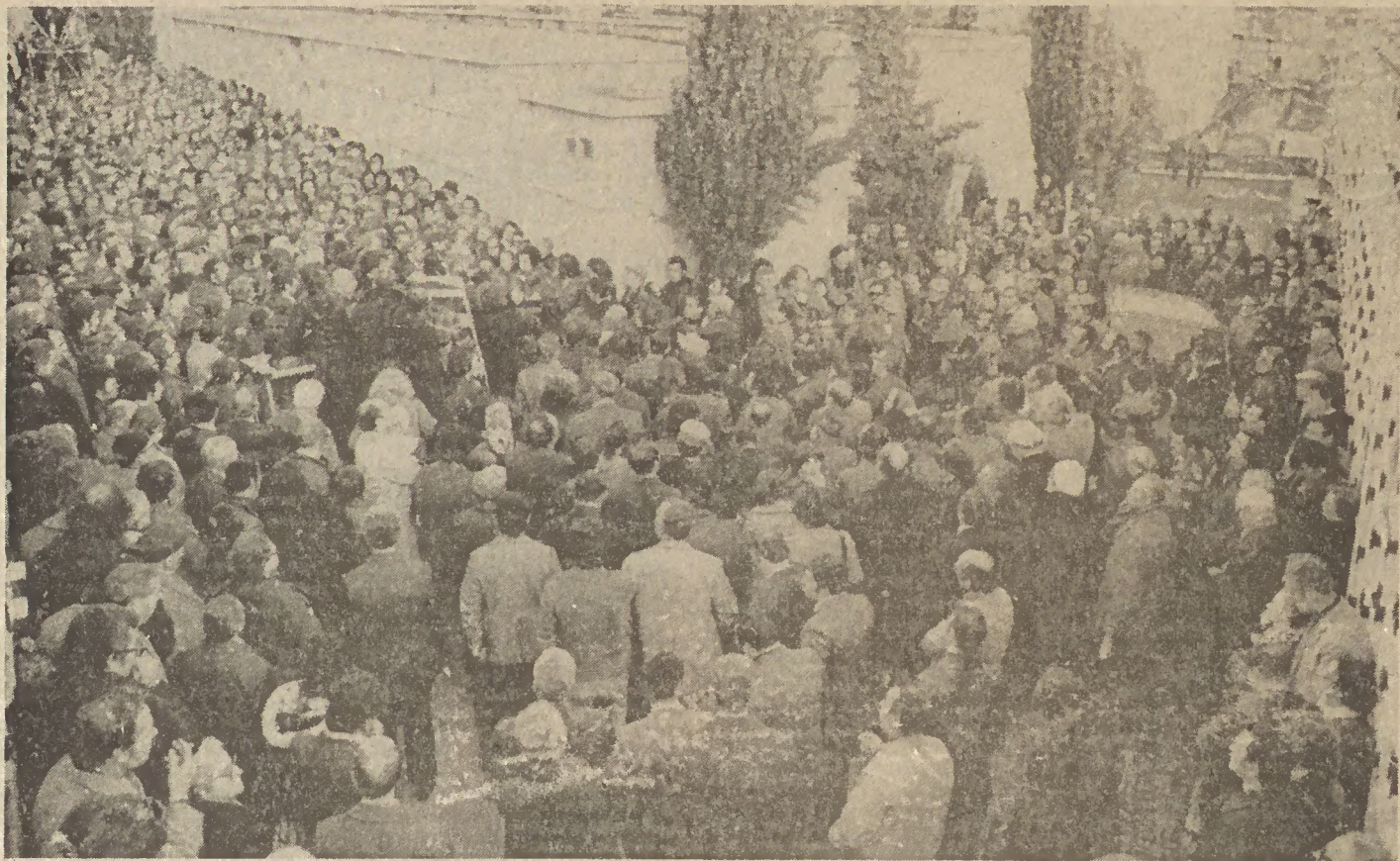
Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.

Os trabalhadores não falta trabalho. Faltam forças que se empenhem no combate à baixa da produção e ao desemprego.



Grande jornada antifascista que levou ao cemitério dos Prazeres milhares de democratas

Homenagem a Humberto Delgado:

«A UNIDADE CONSEGUIDA É DE NOVO NECESSÁRIA»

O apelo à unidade de todos os democratas contra o perigo do regresso ao fascismo e o castigo dos assassinos da PIDE foram as tónicas dominantes de quase todas as intervenções no decorrer da homenagem prestada no último domingo à memória do general Humberto Delgado, que reuniu, no cemitério dos Prazeres, representações do Conselho da Revolução, da Assembleia da República, do PCP, do PS, do MDP/CDE, da Liga dos Direitos do Homem, da URAP, da Comissão Nacional de Homenagem a Humberto Delgado e ainda do PPD, bem como muitas centenas de antifascistas.

Vasco da Gama Fernandes, recordaria a amizade que o ligava ao "general sem medo" e depois de afirmar que na Assembleia da República "não esqueceremos por parte das nossas responsabilidades que se faça justiça exemplar" aos que o assassinaram, acrescentou ainda, num apelo sentido por todos os presentes:

«Os homens que amam a liberdade e que não prescindem dela têm de se unir!»

Em representação da União de Residentes Antifascistas Portugueses falou o dr. Ramon da La Féria salientando na sua intervenção o espírito e a indignação com que assistimos à libertação dos agentes da PIDE.

a acrescentar que, «hoje, após o 25 de Abril de 1974, o povo começa novamente a ter medo», vindo os fascistas actuar novamente nos lugares que ocupavam anteriormente e «os pides passearem em liberdade, enquanto muitos antifascistas estão submetidos a inquéritos».

E acrescentou ao terminar:

«Não bastam os partidos políticos, a Assembleia da República, o Governo Constitucional e o Conselho da Revolução para obviar ao regresso do fascismo. É necessário que o Povo português perceba de novo o medo e o terror e, numa nova tomada de consciência nacional, se levante contra os saudistas do antigo regime».

O camarada Francisco Miguel,

que juntamente com Carlos Aboim Inglês, Carlos Brito e Margarida Tengarrinha integravam a delegação do PCP, recordou o assassinio de Humberto Delgado, pensado e executado pelos responsáveis de então. E afirmou:

«O que é surpreendente, o que é intolerável é que três anos depois do 25 de Abril, corremos o risco de sabermos que Silva Pais foi libertado sem que os assassinos de Humberto Delgado sejam condenados».

Frisando que «o 25 de Abril não se fez para deixar impunes os crimes que o fascismo e os seus agentes cometeram», o camarada Francisco Miguel acrescentou:

«A liberdade e a democracia não se defendem fazendo concessões à reacção. E se não temos coragem para meter na cadeia os criminosos, então não temos respeito por aqueles que foram as suas vítimas».

«O 25 de Abril está na sequência da luta do Povo português» — salientou por seu turno o dr. António Galhardos, em representação do MDP/CDE que, mais adiante, ao referir-se à figura do general Humberto Delgado, recordou ter ele encarnado «aquilo que melhor define a consciência de um povo — a luta contra a opressão».

Usaram também da palavra Edmund Pedro, deputado do PS, dr. Olivio França, em representação do PPD, José Duarte Paiva, de Celta Velha, terra natal de Humberto Delgado e onde

se realizou a primeira homenagem à figura daquele militar assassinado pela PIDE, a dr. Alcina Bastos, da Comissão Nacional de Homenagem, Estela Piteira Santos, em representação de seu marido Fernando Piteira Santos e ainda o nosso camarada Urbano Tavares Rodrigues, o qual recordou que «na altura em que os pides não são condenados estamos a condenar a democracia».

Na homenagem que seguidamente se processou ao túmulo do general Humberto Delgado e onde foram depositadas coroas de flores, o coronel Vilhena, velho lutador antifascista, propôs um minuto de silêncio respeitado por todos os presentes, e exigiu o castigo dos responsáveis pelo crime do antigo candidato à Presidência da República.

O comandante Vítor Crespo, que juntamente com o coronel Pezarat representavam o Conselho da Revolução, encerrou a sessão de homenagem e as breves palavras que proferiu apelou para a unidade de todos os democratas e antifascistas portugueses em torno dos órgãos eleitos pelo povo e na defesa da Constituição.

Anteriormente e ao expressar o desejo de que o fascismo não volte mais ao nosso país o comandante Vítor Crespo afirmou:

«É bom recordar que graves perigos espertam o nosso país e é bom recordar que a unidade conseguida durante a campanha de Humberto Delgado é de novo necessária».

A ofensiva do imperialismo

Assiste-se hoje em dia a uma gigantesca ofensiva ideológica e propagandística contra os países socialistas desencadeada pelo imperialismo e a reacção, por todos os que fazem do anticomunismo a sua política oficial e pelos que, independentemente das suas intenções subjectivas, se prestam a servir de instrumentos das acções de guerra psicológica do imperialismo.

São bem evidentes os objectivos de tal campanha, desencadeada, orquestrada e comandada pelas centrais do imperialismo após a assinatura da Acta Final de Helsínquia e antes da realização da Conferência de Belgrado. Trata-se de camuflar os intentos agressivos do imperialismo, os seus propósitos de aumentar os efectivos militares e intensificar a corrida aos armamentos, desencadear uma segunda guerra fria, tentar desacreditar as realizações e conquistas do socialismo e desviar as atenções da crise profunda do capitalismo.

No nosso país a campanha tem, além destes, outros objectivos. Ela insere-se num plano muito mais vasto da ofensiva da reacção contra a democracia portuguesa e a independência nacional.

O PCP, que segue uma política assente em posições de classe e de princípio e de patriótica dedicação aos interesses de Portugal e do Povo português, denuncia firmemente a presente campanha em tudo contrária ao espírito de Helsínquia, às disposições constitucionais sobre política externa e às relações internacionais e às perspectivas de independência nacional abertas pela Revolução de Abril.

Nos últimos 60 anos produziram-se em todo o mundo profundas transformações que alteraram grandemente a correlação mundial de forças. Hoje, as forças da paz, do progresso social, do socialismo, mantêm em respeito as hostes agressivas do imperialismo criando novas e melhores condições para o desenvolvimento da luta dos povos pela democracia.

A própria Revolução portuguesa, liquidando um regime fascista e colonialista, deu um poderoso contributo para o reforço dessas condições.

As ideias do socialismo inspiram o trabalho e a luta das massas cada vez mais amplas cuja consciência vem sendo ganha pelas realizações efectivas do socialismo real.

As ideias do socialismo inspiram o trabalho e a luta das massas cada vez mais amplas cuja consciência vem sendo ganha pelas realizações efectivas do socialismo real.

As ideias do socialismo inspiram o trabalho e a luta das massas cada vez mais amplas cuja consciência vem sendo ganha pelas realizações efectivas do socialismo real.

A monopolização dos órgãos de informação estatizados pelo partido do Governo e a proliferação da imprensa reaccionária e fascista constituem os traços mais preocupantes da situação actual no sector da comunicação social.

A generalidade dos órgãos de comunicação estatizados é hoje um porta-voz servil do Governo e do partido do Governo, tendo abdicado da sua função crítica e da sua independência e negando pela prática os princípios de pluralismo e objectividade que diz defender. Ao mesmo tempo a propaganda e apologia da ideologia fascista orienta o conteúdo de mais de 200 mil exemplares diários de jornais e revistas.

Num momento em que se agravam as condições de vida do Povo português e aumentam as ameaças contra a democracia, a opinião dos portugueses está, em considerável medida, a ser orientada para a acção das consequências duma política de direita e do descontentamento que tal política provoca está a ser canalizado pela imprensa reaccionária contra a democracia.

A nenhuma das inquietações que tal situação muito justamente provoca responderam de forma minimamente satisfatória e convincente as recentes alocuções dos secretário e subsecretário de Estado da Comunicação Social. Embora partindo dum quadro real da situação de crise do sector e da necessidade evidente de adoptar soluções para vencer a crise, aqueles membros do Governo PS iludiram as responsabilidades por tal situação e anunciaram medidas que constituem motivo para novas e fundadas inquietações.

A grande maioria das empresas jornalísticas, a rádio e a televisão, foram criadas antes do 25 de Abril pelos monopólios e pelo seu Governo, não tanto com objectivos imediatamente lucrativos mas principalmente como instrumentos para o condicionamento da opinião e do comportamento dos portugueses. Tais empresas foram, na generalidade, desde sempre deficitárias, com uma estrutura e organização defeituosas, somando défices que eram lançados na conta de relações públicas e publicidade dos grandes monopólios.

Abolida a censura no 25 de Abril conquistado pelos trabalhadores o exercício da liberdade de imprensa, criaram-se condições para que os jornalistas informassem o povo fosse informado e para a reorganização das

Desacreditado aos olhos dos trabalhadores de todo o mundo o imperialismo não muda no entanto de natureza, não perde o seu carácter agressivo. As forças que no presente momento lançam mão de todo o arsenal anticomunista são as mesmas, e visam os mesmos objectivos, que as que desencadearam a agressão imperialista na Coreia, a guerra de extermínio no Vietname, no Laos e no Camboja, que patrocinaram os massacres no Paquistão Oriental, no Burundi, no Sudão ou na Indonésia, que liquidaram a democracia na República Dominicana, que colocaram e mantêm no poder os regimes brutais do Chile, Brasil e Uruguai, que apadrinharam as guerras coloniais contra os povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique e as ditaduras terroristas em Portugal, na Espanha e na Grécia.

Derrotado em sucessivas aventuras militares, o imperialismo recorre a outras armas. As campanhas de falsificação das realidades do socialismo, a promoção de toda a sorte de oportunistas, ambiciosos e outros conspiradores, a exploração de certas posições oportunistas no próprio movimento comunista internacional, a agressão ideológica suportada por uma poderosa máquina de propaganda que controla cerca de 70% das notícias que circulam no mundo, completam e prolongam as acções bélicas do imperialismo.

As calúnias e intrigas anticomunistas não têm nada de inovador. Trata-se do ressurgimento de campanhas que o imperialismo lança periodicamente e que tiveram o seu auge no período da guerra-fria. Na sua face actual, a ofensiva anticomunista reflecte a impossibilidade para o imperialismo de actuar de forma aberta contra as ideias da paz, do desanuviamento e do desarmamento. Esforçando-se por levantar artificialmente problemas em relação aos países socialistas o imperialismo procura travar e perturbar as perspectivas que a próxima Conferência de Belgrado abre ao processo do desanuviamento e à redução dos armamentos.

Mergulhados numa profunda crise, atacados por males crónicos e incuráveis no quadro do sistema capitalista — o desemprego, as situações degradantes de exploração do trabalho dos jovens, mulheres e emigrantes, a inflação galopante, as vergonhosas formas de discriminação racial e de perseguição política, o aumento brutal da criminalidade e a proliferação da

droga e de outras formas de aviltamento da dignidade humana — os países capitalistas procuram, com a presente campanha de diversão anticomunista, camuflar as suas próprias misérias e injustiças e ganhar adeptos para a teoria imperialista do "equilíbrio do terror" com a consequente intensificação da indústria dos armamentos, baía de oxigénio a que o imperialismo sempre recorreu para absorver o desemprego, e conter o descontentamento popular face ao desemprego, e equilibrar temporariamente a economia.

As questões levantadas pelo imperialismo, pelos seus agentes e cúmplices, quanto aos direitos humanos nos países socialistas são completamente artificiais. Nos países socialistas, terminando com a exploração do homem pelo homem, os trabalhadores criaram as condições para fazer valer e assegurar às massas amplas massas o completo desenvolvimento da personalidade. Donos e senhores do Estado e da economia, os trabalhadores exercem de facto os direitos e as liberdades políticas garantidas nas Constituições e nas leis. Nos países socialistas não só todas as normas do direito estão de acordo com a convenção sobre os direitos humanos, como asseguram aos cidadãos direitos económicos e sociais impensáveis num regime capitalista. É aliás significativo que a maioria dos países capitalistas não tenha ainda ratificado o pacto sobre os direitos humanos, admitindo não ser capaz de assegurar o seu cumprimento.

A ofensiva contra os países socialistas, procurando pôr em causa o carácter democrático das sociedades que aboliram a exploração do homem pelo homem, não resiste a uma análise séria, revelando a completa identificação dos seus objectivos com os interesses anticomunistas e belicistas das forças mais reaccionárias e agressivas do imperialismo.

A Revolução portuguesa, constituindo ela própria uma grande afirmação de independência nacional, criou condições para que o nosso país se libertasse do jugo das forças internacionais que sempre apoiaram o regime fascista e tiraram proveito da exploração e da opressão do Povo português e dos povos das colónias. Essas forças, contando com inadmissíveis apoios e cumplicidades, não deixaram nunca de cercar a jovem democracia

portuguesa com toda a sorte de ameaças e ingerências.

No nosso País, a presente campanha anticomunista, para além dos seus objectivos mais gerais, visa criar dificuldades nas relações com os países socialistas, reforçando assim as condições para uma maior dependência de Portugal nos aspectos económico, diplomático e militar em relação ao imperialismo. Com idêntico objectivo e completando violentas campanhas da imprensa reaccionária de que a patrão dos 40000 cubanos pretensamente estacionados em Portugal constituiu o exemplo mais ridículo, a rede terrorista tomou por alvo embaixadas e associações de amizade com os países socialistas, nalguns casos com trágicas e dolorosas consequências. A imprensa reaccionária e fascista tem inventado e alimentado toda uma longa série de calúnias e falsificações anticomunistas de que, entre outros, serve de exemplo a invenção da prisão de um escritor checoslovaco influenciando a própria Assembleia da República e levando-a a tomar uma atitude lamentável e sem fundamento para com a Checoslováquia, país amigo da Revolução portuguesa.

Para além de constituir uma agressão contra o direito de decidir dos seus próprios destinos sem ser debaixo do fogo das armas da guerra psicológica, a gigantesca ofensiva anticomunista contraria a nova imagem pacífica e cooperante muito justamente adquirida pelo Portugal libertado do fascismo. Longe de constituir uma afirmação de independência nacional, a integração de Portugal nos planos agressivos e nas conspirações do imperialismo, representa uma vergonhosa manifestação de submissão.

O PCP manifesta-se com a maior firmeza contra os intentos reaccionários de reforçar os laços de dependência nos planos político, económico, diplomático e militar, que ainda subsistem ou de criar novas situações de dependência. O PCP considera que a defesa das liberdades e das outras conquistas da Revolução é inseparável de uma política nacional independente. A independência nacional, objectivo constitucional do Estado democrático português, exige que se prossiga com a maior decisão e firmeza uma política de cooperação e segurança na Europa e de paz no mundo.

A SIP do PCP Lisboa, 10 de Fevereiro de 1977

A informação estatizada

A monopolização dos órgãos de informação estatizados pelo partido do Governo e a proliferação da imprensa reaccionária e fascista constituem os traços mais preocupantes da situação actual no sector da comunicação social.

A generalidade dos órgãos de comunicação estatizados é hoje um porta-voz servil do Governo e do partido do Governo, tendo abdicado da sua função crítica e da sua independência e negando pela prática os princípios de pluralismo e objectividade que diz defender. Ao mesmo tempo a propaganda e apologia da ideologia fascista orienta o conteúdo de mais de 200 mil exemplares diários de jornais e revistas.

Num momento em que se agravam as condições de vida do Povo português e aumentam as ameaças contra a democracia, a opinião dos portugueses está, em considerável medida, a ser orientada para a acção das consequências duma política de direita e do descontentamento que tal política provoca está a ser canalizado pela imprensa reaccionária contra a democracia.

A nenhuma das inquietações que tal situação muito justamente provoca responderam de forma minimamente satisfatória e convincente as recentes alocuções dos secretário e subsecretário de Estado da Comunicação Social. Embora partindo dum quadro real da situação de crise do sector e da necessidade evidente de adoptar soluções para vencer a crise, aqueles membros do Governo PS iludiram as responsabilidades por tal situação e anunciaram medidas que constituem motivo para novas e fundadas inquietações.

A grande maioria das empresas jornalísticas, a rádio e a televisão, foram criadas antes do 25 de Abril pelos monopólios e pelo seu Governo, não tanto com objectivos imediatamente lucrativos mas principalmente como instrumentos para o condicionamento da opinião e do comportamento dos portugueses. Tais empresas foram, na generalidade, desde sempre deficitárias, com uma estrutura e organização defeituosas, somando défices que eram lançados na conta de relações públicas e publicidade dos grandes monopólios.

Abolida a censura no 25 de Abril conquistado pelos trabalhadores o exercício da liberdade de imprensa, criaram-se condições para que os jornalistas informassem o povo fosse informado e para a reorganização das

reaccionária e fascista, traduz-se no apoio à conspiração e à intriga que tal imprensa avoca em método de trabalho jornalístico, representa um agravamento das despesas do Estado com a imprensa e o inadmissível subsídio pelo Estado da propaganda reaccionária.

Se se fala em reorganizar e dar nova dimensão à ANOP, mas não se anunciam medidas eficazes para acabar com a situação de monopólio em que as agências do imperialismo manipulam a opção e condicionam as opções do Povo português, é de prever que tal projecto se traduza pela mais completa negação do pluralismo que o Governo e o PS dizem defender.

Se se anunciam medidas moralizadoras para os órgãos estatizados e se se exigem sacrifícios aos seus trabalhadores, estendendo o apoio do Estado à imprensa privada será o Estado a pagar as situações de imoralidade e de esbanjamento aí existente.

Se se anuncia a criação do quadro de adidos e a reforma antecipada, ao mesmo tempo que o Governo reintegra fascistas notórios que se encontravam já na situação de reforma compulsiva, é de temer que tais medidas venham a dar cobertura a novos saneamentos à esquerda, à marginalização de profissionais mais isentos. A dar força a tais recios estão aliás as referências extremamente agressivas do secretário de Estado da Comunicação Social contra os raros e honrosos indícios de seriedade profissional na RDP.

Se, em suma, se fala na reestruturação do sector mas se ignora por completo o papel que os trabalhadores deveriam desempenhar no estudo e execução de tais medidas, é caso para à partida se terem dúvidas sobre a seriedade viabilidade e eficácia de tais medidas.

Tão preocupantes quanto as afirmações do secretário de Estado da Comunicação Social são algumas significativas omissões. Com efeito, nada foi dito que revele estar nos planos imediatos do Governo a entrada em funcionamento das estruturas de controlo democrático dos meios de comunicação social ou o acesso a tempo de antena na rádio e na televisão aos partidos políticos e organização sindical, como a Constituição da República, promulgada há mais de dez meses, estabelece.

Assim, se se fala no papel social da imprensa é para fazer a apologia da imprensa privada. O apoio à imprensa privada, quando não se tomam medidas contra a imprensa

reaccionária e fascista, traduz-se no apoio à conspiração e à intriga que tal imprensa avoca em método de trabalho jornalístico, representa um agravamento das despesas do Estado com a imprensa e o inadmissível subsídio pelo Estado da propaganda reaccionária.

Se se fala em reorganizar e dar nova dimensão à ANOP, mas não se anunciam medidas eficazes para acabar com a situação de monopólio em que as agências do imperialismo manipulam a opção e condicionam as opções do Povo português, é de prever que tal projecto se traduza pela mais completa negação do pluralismo que o Governo e o PS dizem defender.

Se se anunciam medidas moralizadoras para os órgãos estatizados e se se exigem sacrifícios aos seus trabalhadores, estendendo o apoio do Estado à imprensa privada será o Estado a pagar as situações de imoralidade e de esbanjamento aí existente.

Se se anuncia a criação do quadro de adidos e a reforma antecipada, ao mesmo tempo que o Governo reintegra fascistas notórios que se encontravam já na situação de reforma compulsiva, é de temer que tais medidas venham a dar cobertura a novos saneamentos à esquerda, à marginalização de profissionais mais isentos. A dar força a tais recios estão aliás as referências extremamente agressivas do secretário de Estado da Comunicação Social contra os raros e honrosos indícios de seriedade profissional na RDP.

Se, em suma, se fala na reestruturação do sector mas se ignora por completo o papel que os trabalhadores deveriam desempenhar no estudo e execução de tais medidas, é caso para à partida se terem dúvidas sobre a seriedade viabilidade e eficácia de tais medidas.

Tão preocupantes quanto as afirmações do secretário de Estado da Comunicação Social são algumas significativas omissões. Com efeito, nada foi dito que revele estar nos planos imediatos do Governo a entrada em funcionamento das estruturas de controlo democrático dos meios de comunicação social ou o acesso a tempo de antena na rádio e na televisão aos partidos políticos e organização sindical, como a Constituição da República, promulgada há mais de dez meses, estabelece.

Assim, se se fala no papel social da imprensa é para fazer a apologia da imprensa privada. O apoio à imprensa privada, quando não se tomam medidas contra a imprensa

da situação mas que se encontram numa política de informação democrática que tenha em vista o papel social da informação no esclarecimento e mobilização dos portugueses como condição para a defesa, consolidação e desenvolvimento do processo democrático, nomeadamente:

— medidas imediatas que cessem com a situação de julgamento e efectiva punição de publicações de propaganda e apologia da ideologia fascista, de acordo aliás com os preceitos constitucionais;

— medidas imediatas que cessem com a situação de monopolização pelo Governo e pelo partido do Governo dos órgãos de informação estatizados (imprensa, rádio e televisão), que restabeleçam o pluralismo nesses órgãos numa perspectiva antifascista e de acordo com os interesses das grandes massas trabalhadoras;

— medidas imediatas que restabeleçam as relações democráticas de trabalho nas empresas estatizadas de informação, respeitando a participação dos órgãos representativos dos trabalhadores de acordo com a Constituição e as leis;

— medidas urgentes que terminem com a ilegal e arbitrária marginalização de trabalhadores progressistas e com a política de compadrio que de novo se instala em certas empresas, particularmente na RTP;

— entrada imediata em funcionamento das Assembleias da Rádio e da Televisão e cumprimento imediato do Art.º 40.º da Constituição sobre tempos de antena na rádio e televisão;

— reestruturação efectiva e saneamento económico global do sector da Comunicação Social, com a participação democrática dos órgãos representativos dos trabalhadores e com a garantia do pleno emprego e dos direitos adquiridos muitos vezes através de duras lutas.

Neste, como noutros campos, o cumprimento da Constituição e das leis e a participação organizada dos trabalhadores são, não apenas exigências da vida democrática, mas condições para o êxito, justiça e eficácia de quaisquer medidas.

Considerando da forma mais positiva a crescente sensibilização manifestada a diversos níveis para os perigos da utilização da liberdade de imprensa com o objectivo de liquidar as liberdades, o PCP exorta os trabalhadores a que associem às suas lutas o combate por uma informação que defenda os interesses do povo e do País.

A SIP do PCP 16 de Fevereiro de 1977

Iniciativa da UJC

ENTUSIASMO E VIBRAÇÃO NA FINAL DOS 2.ºS FESTIVAIS DE CANTO LIVRE

«Cantaremos sempre a liberdade» — este o lema da Grande Final dos 2.ºs Festivais de Canto Livre Amador, que decorreu na passada semana no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, por iniciativa da União da Juventude Comunista (UJC). Além de ter proporcionado a milhares de jovens momentos inesquecíveis de convívio e de alegria, esta jornada de unidade, onde esteve presente o camarada Octávio Pato, do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do nosso Partido, demonstrou que a juventude revolucionária do nosso País, lutando no presente com a certeza de que o futuro lhe pertence, participa activamente no combate pela defesa das liberdades e das conquistas democráticas do 25 de Abril.

A sessão promovida pela UJC destinou-se a apurar a melhor das canções que venceram nos festivais realizados no Algueirão,

FESTIVAL DE CANTO LIVRE EM ALMADA

A União da Juventude Comunista (UJC) leva a efeito no próximo dia 26, às 15 e 30, no salão de festas da Incrível Almadaense, o 2.º Festival de Canto Livre Amador, jornada cultural de unidade e convívio através da qual a juventude revolucionária de Almada irá manifestar, uma vez mais, o seu apoio militante à luta pela consolidação da democracia e das conquistas alcançadas pelos trabalhadores.

Os jovens que quiserem concorrer a este Festival deverão enviar as suas composições para os Centros de Trabalho do nosso Partido ou para as sedes da UJC da região de Almada, até ao próximo dia 23.

Brandão, Mafra, Torres Vedras, Alcântara, Sete Rios, S. Iria, Alverca, Azambuja, Marvila e Odivelas. O júri, constituído pelos camaradas José Barata Moura, José Jorge Letria, Fernando Tordo e Roberto — que actuarão durante a segunda parte do espectáculo — atribuiu o 1.º lugar «ex-aequo» às composições «E foi com força», interpretada por Maria Helena Dias, que venceu na eliminatória de Odivelas, e «Juizamento», por Ana Cristina Gonçalves, que já se tinha classificado em 1.º lugar no Festival promovido em Alcântara.

Durante um dos intervalos da sessão — que viria a terminar, num ambiente de grande entusiasmo, com um convívio onde participou o conjunto «Ad-Hoc» — foi realizado um pequeno leilão integrado na campanha nacional de fundos promovida pelo Partido.

No período de intervenções, além do camarada Octávio Pato, falou um membro da Comissão Executiva da Comissão Central da UJC, o camarada João Pedro, que sublinhou a importância e o significado político do 1.º Congresso da União da Juventude Comunista, a efectuar no próximo mês de Abril, conforme o «Avante!», já largamente noticiado. Aquele jovem militante lançou a todos os presentes um vigoroso apelo para que seja desenvolvida em todo o País uma intensa actividade de divulgação que possa levar a todos os jovens democratas a mensagem da Juventude Comunista, a mensagem do combate antifascista e da luta pela defesa e consolidação das conquistas revolucionárias, na perspectiva da edificação socialista. Como seria referido pelo camarada João Pedro, a UJC — vanguarda organizada da juventude trabalhadora — nas empresas, nos campos, nas escolas nocturnas, nas localidades, está na primeira frente da luta pelo triunfo da Revolução Portuguesa. Traçando uma breve perspectiva do trabalho até agora realizado pela UJC — que já conta nas suas fileiras com o entusiasmo

criador de mais de 16000 jovens — o camarada João Pedro sublinhou a importância, como factor da dinamização da luta juvenil, da organização de dezenas de Comissões de Juventude nas empresas e nos sindicatos e a promoção de diversos encontros de jovens, por sectores profissionais e de Encontros Regionais da Juventude Trabalhadora, onde foi feito o balanço e se assinalaram as perspectivas da luta contra as discriminações, pelo salário mínimo aos 18 anos, contra o desemprego, pelo princípio de «a trabalho igual — salário igual», «a luta por um ensino adequado à vida dos trabalhadores-estudantes, pela redução de duas horas remuneradas e pela cultura e desporto para todos».

De salientar que nos sectores desportivo e cultural, a UJC organizou centenas e centenas de iniciativas: torneios desportivos, projecção de filmes e «slides», sessões de teatro, colóquios, exposições, bailes, convívios e excursões. Mas as grandes jornadas que deram a conhecer a milhares de jovens os objectivos da UJC foram os cerca de 50 Festivais Amadores de Canto Livre, onde participaram mais de 45 mil pessoas, e os Festivais da Primavera, que reuniram mais de 100 mil pessoas.

INTERVENÇÃO DO CAMARADA OCTÁVIO PATO

«Barrar o caminho às forças do fascismo é hoje uma das mais importantes tarefas da juventude progressista» — salientou o camarada Octávio Pato, que no decorrer da sua intervenção, frequentemente interrompida pelos aplausos vibrantes dos milhares de jovens que acorreram ao Pavilhão dos Desportos, analisou em linhas gerais a actual situação política, tendo sublinhado o papel da juventude na luta contra

as manobras reaccionárias e pela defesa da democracia e da Constituição. «Destruir a Reforma Agrária, acabar com o controlo operário e com as nacionalizações e outras conquistas revolucionárias, enfundar o País ao imperialismo e liquidar as liberdades são os objectivos das forças reaccionárias», denunciou o camarada Octávio Pato, que mais adiante frisou: «É contra estas manobras que os comunistas lutam. O PCP defende a democracia, as conquistas da Revolução e a Constituição».

Proseguindo, declarou que «as forças reaccionárias se esforçam para arrastar o Governo e o próprio Partido Socialista para compromissos e alianças com o objectivo de assaltarem o Poder e destruir as conquistas consignadas na Constituição, nomeadamente as liberdades democráticas fundamentais». Referindo-se em particular ao PS, Octávio Pato sublinhou que os dirigentes socialistas terão que «optar entre a defesa da democracia e a que procura defendê-la e a consolidá-la». «Os compromissos ou alianças à direita» — disse mais adiante — «conduziriam o PS à sua própria destruição e desagregação. As dificuldades internas do Partido Socialista são a demonstração da incompatibilidade existente entre os princípios que se apregoam e uma prática que os nega».

Detendo-se em particular nas medidas antidemocráticas promulgadas pelo Governo e na sua incapacidade de acção perante a ofensiva reaccionária, Octávio Pato referiu que a política do PS contra a Reforma Agrária, a sua passividade ou complacência ante a propaganda e organizações fascistas (como o PAP, o MIFN, etc), a hostilidade aos trabalhadores, a falta de medidas contra a recuperação capitalista e a infiltração do imperialismo não servem os interesses da democracia portuguesa, mas propiciam o avanço da direita, o avanço do fascismo.

INTERNACIONAL

«EUROPA DEMOCRÁTICA»: O ESCÂNDALO DA «CAÇA ÀS BRUXAS»

O mundo capitalista é fértil em exemplos edificantes da sua forma de entender e praticar a liberdade de opinião, o «pluralismo», que diz ser característica do sistema.

Quando não são utilizadas formas de repressão mais directas, o cidadão de qualquer país capitalista, é livre de exprimir todas as opiniões que entenda, livre de contestar o sistema capitalista e lutar consequentemente pelo seu derrubamento, livre de optar pela causa dos trabalhadores, pela causa do comunismo. Livre, enfim. Acontece entretanto, que o Estado capitalista arroga-se uma outra liberdade que não vem consignada em nenhum rol de direitos humanos. Mas que é profunda e liberalmente aplicada. A liberdade de coagir pela fome o que se lhe opõem. A isto não se chama violação dos direitos do homem, nem limitação às liberdades individuais. A terminologia política é muito elástica. A isto chama-se medidas de «moralidade» e de «segurança». Se o desemprego grassa no mundo capitalista, porque não fazer as suas vítimas preferenciais entre comunistas e outros elementos progressistas?

É a lógica do capital.

EM FRANÇA, NA RFA...

Em artigo recente, o órgão do Partido Comunista Francês, *L'Humanité*, chama a atenção para o afastamento de comunistas, porque comunistas, dos órgãos de Informação.

«Liberdade de Informação; pluralismo de opiniões; autonomia das cadeias de televisão e das estações de rádio; ignorância, indiferença, ou tolerância em relação às opiniões dos jornalistas da televisão e da rádio; são alguns dos princípios proclamados pelo presidente da república e os homens do governo. Mas dos princípios proclamados à realidade, vai uma grande distância — afirma o camarada Leroy na edição de 9 deste mês do *L'Humanité*. — A realidade, é François Germain-Robin, jornalista afastada da televisão porque é comunista; é Patrick Duval, afastado da rádio pela mesma razão. A realidade é a persistente recusa da candidatura de Francis Crémieux».

Isto passa-se em França, onde teoricamente a direita e a esquerda têm os mesmos direitos, uma voz igualmente livre.

Na Alemanha da social-democracia, onde se lamenta a sorte do punhado de provocadores que, a soldo do Imperialismo, tece calúnias contra o sistema socialista, as «interdições profissionais», afastam do exercício de quaisquer actividades ligadas ao estado os comunistas. E isto por força da lei. Sem quaisquer subterfúgios.

... E NA CEE

O que se passa na CEE é mais que sintomático e resume e exemplifica o que é prática diária, mais ou menos clara ou encoberta, no mundo capitalista. Os funcionários dos organismos do Mercado Comum são submetidos a inquéritos policiais do mais puro estilo «macartista». Nos questionários que têm a preencher, os membros do pessoal da CEE (e da CECA e Euratom) devem indicar, não só, se são comunistas e se residiram ou viajaram num país «de governo comunista», mas também dar o nome dos seus pais e dos amigos que são comunistas ou o foram. As questões postas são um verdadeiro apelo à delação. O questionário precisa que se a resposta a estas questões (como por exemplo: «Esteve relacionado com alguém que foi ou é comunista?») é sim, o funcionário deve «fornecer todos os detalhes». Nem quando o fascismo imperava em Portugal, os documentos que tinham que ser assinados pelos funcionários públicos, declarando-se alheios a qualquer «actividade contra» o Estado, desciam a este nível.

A denúncia do facto alertou as forças progressistas europeias, que iniciaram a luta contra a continuação de tais investigações, que além do mais entram no campo da intromissão dos problemas internos de cada Estado. O PCF, o PC Belga, o PSF, o Grupo Parlamentar Socialista no Parlamento Europeu, o Grupo Parlamentar Comunista no Parlamento Europeu, a Federação Sindical Mundial, a CGT, o Comité do Pessoal do Parlamento Europeu, o Comité do Pessoal das Escolas Europeias, as organizações, em Bruxelas, dos Partidos Socialistas francês, italiano, holandês, dinamarquês, luxemburguês, da RFA, belga, grego e holandês — protestaram contra tais inquéritos, pediram a criação de uma comissão especial destinada a recolher os dados para um amplo debate do problema.

As cidades organizações dos Partidos Socialistas em Bruxelas, destacaram mesmo que estas práticas «se inscrevem no contexto inquietante de uma ascensão de autoritarismo nas nossas sociedades e da restrição insidiosa dos direitos democráticos individuais e colectivos».

Assim, sob a capa da defesa das liberdades e da democracia, de uma política «pluralista», indiscriminadamente aberta à voz e à reacção dos que defendem os interesses do capital e dos que se batem pelos interesses dos trabalhadores, surge a verdadeira face do mundo capitalista. Quando se abrem as portas à direita, tal como quando se tenta calar a voz à esquerda, defendem-se de facto a vida, um pouco mais de futuro para o mundo capitalista. O propalado «pluralismo» partidário não passa de uma miragem, uma manobra do imperialismo para mascarar a sua verdadeira essência. Tão falso como a «democracia» e a «liberdade», recheadas de anticomunismo.



Os povos de Espanha exigem liberdade e democracia

A situação em Espanha A LUTA DE MASSAS COMEÇA A DAR FRUTOS

A envergadura da luta de massas em Espanha está a determinar algumas medidas políticas do governo que, devidamente aproveitadas pelas forças democráticas, poderão constituir factores de peso na abertura do caminho da liberdade para o povo espanhol.

Segundo informações das «Comissões Obreras», o governo espanhol parece disposto a encerrar a legalização de todas as organizações sindicais actualmente existentes no país. De facto, os «sindicatos» oficiais, que incluem trabalhadores e patrões, já não existem, e torna-se difícil continuar a mantê-los, a nível legal, como os únicos aceites. Hoje, a lei sindical espanhola consagra um fantasma.

São as diversas centrais sindicais, algumas ainda vindas dos tempos da democracia, outras criadas para organizar a luta do povo espanhol nos anos mais negros da ditadura — que são o motor da luta actual das massas trabalhadoras, e seu verdadeiro representante. E cada vez mais difícil continuar a negar existência legal a uma estrutura que assim se afirma, na realidade, da luta quotidiana dos trabalhadores, quando já não é possível a reacção de uma outra fantoche.

Por outro lado foi aprovado um decreto-lei que remete para o Supremo Tribunal a capacidade de legalização dos partidos políticos, revogando assim a Lei das Associações Políticas, que atribuía essa prerrogativa ao Ministério do Interior. As consequências desta lei podem ser diversas: o profundo estado dependente da própria evolução da luta do povo espanhol. Ao transferir a capacidade de legalização dos partidos para o Supremo Tribunal, o governo descarta-se de qualquer responsabilidade formal num assunto candente, muito em particular no que respeita à legalização do PCE, que já formulou o seu pedido oficial nesse sentido. Entretanto, como a oposição democrática já alertou, impunha-se a necessidade de serem também alterados preceitos do Código Penal que facultam aos tribunais a possibilidade de declararem ilegal um partido político. A nova lei poderá impedir a participação do PCE nas próximas eleições parlamentares, previstas para Junho, bastando para isso que o Supremo Tribunal proteja a sua decisão.

A saída do novo decreto coincidiu com o anúncio da constituição de uma comissão mista para negociar a lei eleitoral, que será composta por representantes do governo e da oposição. A adopção de propostas da oposição por parte do governo, relativas ao sistema eleitoral, teria um significado positivo em relação ao futuro político do país.

Um passo em frente a nível de relações internacionais, foi o estabelecimento de relações diplomáticas com países socialistas: a Roménia, a Polónia, a Jugoslávia, a Bulgária, a Hungria, a Checoslováquia e a União Soviética.

Toda a gama de alterações políticas positivas que se têm registado em Espanha, têm sido conseguidas a pulso, pela pressão das massas trabalhadoras, pelo hábil aproveitamento da necessidade do regime de se apresentar com uma fachada democrática.

Hoje, milhares de pessoas participam na vida política espanhola. Na prática da luta, eleva-se a consciência política dos trabalhadores. Depois do falecimento de Franco, mais de

metade das greves tiveram um carácter político.

Sentindo o terreno fugir-lhe debaixo dos pés, as forças do passado recorrem a todos os meios na tentativa de manter as suas posições, esforçam-se por fomentar no país uma atmosfera de medo e insegurança. A vaga de acções terroristas coincidiu, de facto, com o estabelecimento dos primeiros contactos entre

a oposição de esquerda e o governo.

A classe operária foi e continua a ser o destacamento mais combativo e coeso do movimento antifascista em Espanha. As acções dos trabalhadores em defesa dos seus direitos, pela liberdade e a democracia, marcam indelevelmente o rumo dos acontecimentos políticos.

O apoio das mais diversas camadas da população a uma alteração das estruturas políticas, a restrição da base de apoio do fascismo, criam condições objectivas para que a luta das massas trabalhadoras espanholas frutifique na abertura do caminho para a democracia em Espanha.

CONDOLÊNCIAS PELA MORTE DO PRESIDENTE DA ÍNDIA

O Secretariado do Comité Central do nosso Partido enviou, há dias, ao Comité Central do Partido do Congresso da Índia o seguinte telegrama:

Por ocasião da morte do Presidente da República da Índia, Fakhrudin Ali Ahmed, combatente destacado pela independência vosso país, enviamos sentidas condolências e sentimentos de solidariedade ao povo indiano.

Pelo Secretariado do CC do PCP

Octávio Pato

A BASE SOCIAL DA OPOSIÇÃO AO REGIME ALARGA-SE CADA VEZ MAIS NO BRASIL

O somar de problemas que se avolumam, por vezes de forma intolerável, criou no Brasil raízes fundas de descontentamento, que abarcam não só as mais amplas massas trabalhadoras, duramente afectadas pela política da ditadura, como os sectores mais significativos da intelectualidade, a Igreja, e mesmo camadas do patronato, quando não comprometido com o poder dominante das multinacionais com sede em Washington.

Do conjunto de movimentos nacionais de protesto contra a ditadura de Geisel, destaca-se o documento contra a censura, assinado por 1045 intelectuais brasileiros. Os intelectuais, que pedem «a imediata revogação dos actos que impedem a circulação de livros, a apresentação de peças e filmes, a difusão de música e reprimem a liberdade de pensamento e de criação no país», não foram recebidos pelo ministro da Justiça, conforme seu pedido. Era de esperar. Mas o documento elaborado pelo peso esmagador do mundo criador do Brasil, «coisa que nunca foi feita de maneira assim tão harmoniosa», como foi destacado por um dos intelectuais componente da delegação que se dirigiu ao ministro, critica pelas mãos do povo, é por ele apoiado, e simboliza de facto uma ampla unidade antifascista no seio da intelectualidade brasileira.

Por seu lado, a Igreja manifesta-se por um «retorno do Brasil à sua situação de normalidade democrática dentro da qual a responsabilidade e a liberdade possam se estruturar e se ajudar mutuamente», como destacou o cardeal Avelar Brandão Vilela, arcebispo de Salvador (Bahia) e Prímaz do Brasil. Em São Paulo, monsenhor Brandão de Castro, bispo de Proípiá (Estado de Alagoas), membro da Comissão de Terra da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, afirma que sem a Reforma Agrária «aumentará o número de marginalizados no Brasil e que tal situação tenderá a crescer, na medida em que não se adoptam as grandes decisões, porque se tem em conta os interesses de grupos ou de classes ricas e não os do povo humilde e sem protecção». Esta uma questão fundamental num país onde há 14 milhões e 700 mil camponeses sem terra, e 8 milhões e 400 mil trabalhadores de saia — os bois-freia — deambulam pelo Rio, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco, sem garantias nem protecção de qualquer espécie. Trabalhadores pedintes, mendigando trabalho instável e mal pago.

A recente demissão do ministro do Comércio e Indústria, Severo Gomes, paralelamente ao «Manifesto», posto a circular por todo o Brasil pela Federação do Comércio de São Paulo, e que pede o estabelecimento de um

regime democrático — são factos sintomáticos. Severo Gomes tal como os empresários que assinaram o «Manifesto», identificam-se com as posições da burguesia nacional, que tem contradições com a burguesia local pró-imperialista, ligada ao capital estrangeiro. A situação de vincada dependência do Brasil, em relação ao imperialismo, reflecte-se assim também em sectores da população não trabalhadora, pequenos e médios comerciantes e industriais, que também votaram MDB numa eleições que constituiram mais uma pesada derrota para o regime. Estes factos restringem drasticamente a base de apoio social de Geisel e abrem amplas perspectivas para a batalha unida da oposição.

Como aspecto fulcral da crise política do regime, que radica na crescente crise económica, ganha envergadura a luta de trabalhadores. A 5 de Janeiro, na greve rodoviária de São Paulo, violentamente reprimida, foi conseguida uma paralisação de 45% dos trabalhadores. Resultado importante, num país onde a luta das massas trabalhadoras é particularmente difícil, e a polícia política não sente muitas peias em levar a tortura até ao assassinato.

De 6 a 11 de Maio, em Varsóvia

ASSEMBLEIA MUNDIAL DOS CONSTRUTORES DA PAZ

Os problemas relacionados com a Acta Final de Helsínquia, a campanha internacional pelo Novo Apelo de Estocolmo (já assinado por milhões de pessoas de todos os continentes), os preparativos para a Assembleia Mundial dos Construtores da Paz e o Programa de Acção do Conselho Mundial da Paz (CMP) para 1977, foram debatidos numa reunião promovida nos passados dias 9 e 10 em Sófia, capital da República Popular da Bulgária, e onde participaram diversos delegados de movimentos de Paz. O nosso país esteve representado por uma delegação constituída por Macalista Malheiros, membro da Presidência do Conselho Português para a Paz

AS PROMESSAS DE CARTER NÃO SÃO PARA CUMPRIR?

No decurso da campanha eleitoral para a Presidência da República, nos Estados Unidos, o actual presidente, Carter, prometeu reduzir as despesas com a defesa em cinco a sete biliões de dólares. Uma promessa muito concreta entre outras que o eram menos, e que o povo americano e os outros povos do mundo esperavam ver cumprida.

Tal não está a acontecer, entretanto. A sombra do estado de espantinho da «ameaça» soviética, a propaganda do complexo militar-industrial e norte-americano e dos seus agentes, nomeadamente membros influentes do Congresso, orquestram toda uma campanha para criar o clima justificativo para que essa promessa não seja cumprida. Desde já a nova administração decidiu atribuir a Israel um auxílio militar e económico para o ano fiscal de 1979 que ascende a 1,8 biliões de dólares, quase mais trezentos milhões do que fora previsto pela administração anterior, que nunca se distinguiu, como se sabe, por reduções nos gastos militares.

Isto passa-se num país que é justamente considerado o maior comerciante mundial de armas, e que, em 1975, forneceu ao estrangeiro mais de 4,4 biliões de dólares de armamento. Pelos cálculos do Congresso dos EUA, o actual nível de vendas de armas ao estrangeiro, cifra-se em cerca de 9 biliões de dólares.

O «POLICENTRISMO» E OS «DISSIDENTES»

No que respeita à linha de orientação definida para a política externa, as teorias expostas pelo sr. Brzezinski, conselheiro para assuntos de segurança de James Carter, não é de molde a abrir perspectivas optimistas quanto ao desejo da Casa Branca de consolidação, defesa e aprofundamento de um clima internacional de coexistência pacífica. Brzezinski defende de facto uma linha de verdadeira provocação política a nível internacional. O novo conselheiro de Carter fala em estimular o «policentrismo» no seio do mundo socialista, e naturalmente das forças progressistas e dos partidos comunistas em particular. Assim, os esforços da diplomacia americana seriam orientados no sentido de criar divisões entre os países socialistas. A essa política vincadamente provocatória chama Brzezinski «o factor prévio necessário para a transformação dos países comunistas em membros da comunidade internacional».

UMA POLÍTICA COERENTE

Enquanto o mundo capitalista esgrime as suas armas contra a distensão internacional, o sistema socialista bate-se metódicamente pela paz. As negociações de Viena, sobre a redução mútua das forças armadas e do armamento na Europa Central, reflectem bem esse

confronto de posições. Os países capitalistas mantêm uma posição não realista, que tende à obtenção de vantagens militares unilaterais, exigindo um «redução assimétrica». Por outro lado, com excepção dos Estados Unidos, não manifestam qualquer disposição de estabelecer com nitidez datas e dados concretos da sua contribuição para a redução das forças armadas na Europa Central.

No que respeita às delegações dos países socialistas, o ano findo foi um período de intensa actividade. Foram apresentadas emendas e complementos ao projecto de 1973. Foi dado o acordo para uma redução, em termos de igualdade, em duas etapas, do efectivo das Forças Armadas da URSS e dos Estados Unidos, a que se seguia uma redução semelhante por parte dos outros Estados que participam directamente nas conversações. Em Junho passado, os países socialistas apresentaram os dados numéricos respeitantes às suas forças armadas, dados de que se conclui que nesta zona existe um equilíbrio aproximado de forças, o que justifica uma redução em percentagens iguais.

Assim, os factos demonstram à sociedade que não é o mundo socialista que fecha as portas do caminho da paz, antes pode legitimamente reivindicar a sua qualidade de promotor de uma batalha que interessa a toda a Humanidade.

Na sua campanha eleitoral, e já posteriormente no discurso de posse e noutras intervenções públicas, Carter declarou a vontade do seu governo de trilhar os caminhos da distensão e do desarmamento, ainda que limitado.

As palavras importam pouco quando não se traduzem em actos. No que respeita à linha de orientação para a política externa traçada, não se estão a concretizar as promessas do presidente, muito pelo contrário. O mesmo se pode dizer das verbas destinadas à defesa.

São factos que entram em contradição com os objectivos verbalmente propostos. Há que lutar para que noutros campos, aliás interdependentes, como o fim da presença americana na Coreia, a eliminação das armas nucleares, por exemplo (tanto mais que esta última tecla tem sido particularmente tocada pelo presidente dos Estados Unidos) — a prática corresponda às palavras, as promessas eleitorais (ou eleitorais?) sejam cumpridas.

Foi criado um novo imposto compulsório sobre o petróleo — de 2 cruzeiros. A gasolina aumentou em 40%, o que naturalmente se reflecte num agravamento geral do custo de vida. Está nos planos do governo o corte de 40 biliões de cruzeiros no desenvolvimento de sectores vitais como o aço e ferrovias, corte que se virá a fazer sentir noutros sectores da economia.

A opção governamental face à deterioração da situação económica e política é o endurecimento, o recurso preferencial e sistemático aos meios repressivos. Esta a decisão tomada na reunião de fim do ano entre Geisel e os altos comandos

militares. Esta opção não constitui qualquer solução. Antes tenderá a agravar a teia de problemas em que o regime se debate. É um desmascaramento inequívoco das falsas teorias de «abertura» propaladas por Geisel. Alarga o campo de acção das forças democráticas, ainda mesmo que a repressão se agudize. Impõe uma solidariedade mundial renovada ao povo do Brasil, aos trabalhadores brasileiros. Uma solidariedade que nós todos, comunistas, democratas e antifascistas portugueses, deveremos manter na primeira linha das nossas preocupações internacionais.

Pequenas notícias

• Os trabalhadores de uma fábrica da companhia «Chrysler Corporation», em Ceterpine, arredores de Detroit, em greve durante uma semana, saíram vitoriosos da sua luta. Os grevistas reivindicavam a conclusão de uma nova Convenção Colectiva de Trabalho, aumento de salários e de pensões.

• A polícia de Chicago não pode ser apontada como modelo de eficiência no que respeita ao combate à criminalidade que atinge nesta cidade uma das mais altas taxas dos Estados Unidos. Entretanto, no que toca à vigilância sobre cidadãos e organizações «suspeitos» pelas suas opiniões e actividades, não se poupa a esforços. É o que se pode concluir do processo contra a União Americana de Defesa das Liberdades Cívicas. O «dossier» secreto da polícia de Chicago comporta informações sobre centenas de milhares de pessoas. Está reunida toda uma série de informações «comprometedoras» sobre cerca de 1.200 jornalistas, organizações e grupos sociais. Entre estes contam-se, por exemplo, o Conselho Mundial das Igrejas.

• As despesas militares dos países da NATO, excluindo a Grécia e a Turquia, ascenderam, em 1976, a 155.334 milhões de dólares. Os países da Europa pertencentes

à NATO gastaram, no mesmo ano, mais de 48.100 milhões de dólares do que em 1949.

• Nos dois últimos decénios surgiram 14 novos Partidos Comunistas e o número de militantes comunistas aumentou de 20 milhões, informa a revista «Agitador». A ampliação da base dos partidos comunistas ressalta com particular evidência quando se compara com a situação dos partidos sociais democratas. Se há um quarto de século as fileiras da social-democracia tinham quatro vezes mais filiados que os Partidos Comunistas, hoje a situação inverteu-se e os comunistas são quatro vezes mais que os social-democratas. Actualmente existem 90 Partidos Comunistas em 90 países.

• A política salarial preconizada pelo governo inglês, lesiva dos interesses dos trabalhadores, tem sido fortemente atacada por estes. A Associação Trabalhadores Científicos e Técnicos e a União Nacional dos Mineiros, ambos poderosos sindicatos, decidiram opor-se a tal política governamental. Espera-se outras acções sindicais semelhantes, que tenderiam a aniquilar os programas governamentais nesse campo.

INICIATIVAS DA «PORTUGAL-URSS»

Prosseguirá até ao próximo domingo, no Palácio de Valença, em Sintra, uma jornada sobre a vida e a cultura na União Soviética, que tem vindo a ser promovida pelo Conselho Distrital de Lisboa da Associação de Amizade Portugal-URSS, com a colaboração do Conselho Local de Sintra da mesma organização.

Entre as iniciativas levadas a efeito no âmbito desta jornada — cujo principal objectivo é fornecer uma perspectiva generalizada do modo de vida, das tradições e costumes, e da actividade cultural do povo soviético — saliente-se uma exposição subordinada ao tema «Aspectos da União Soviética», inaugurada na passada semana por elementos da Embaixada da URSS e do Conselho Directivo da Associação. Entretanto, já foram projectados «slides» sobre a arte e a cultura naquele país socialista, tendo-se realizado um colóquio sobre temas do Ensino, orientado por um diplomata soviético.

Está série de iniciativas, que tem

vindo a registar uma grande afluência da população da zona de Sintra, conclui-se no próximo domingo, às 21 e 30, com uma

COMEÇAM HOJE NO PORTO OS «DIAS TÉCNICOS DA RDA»

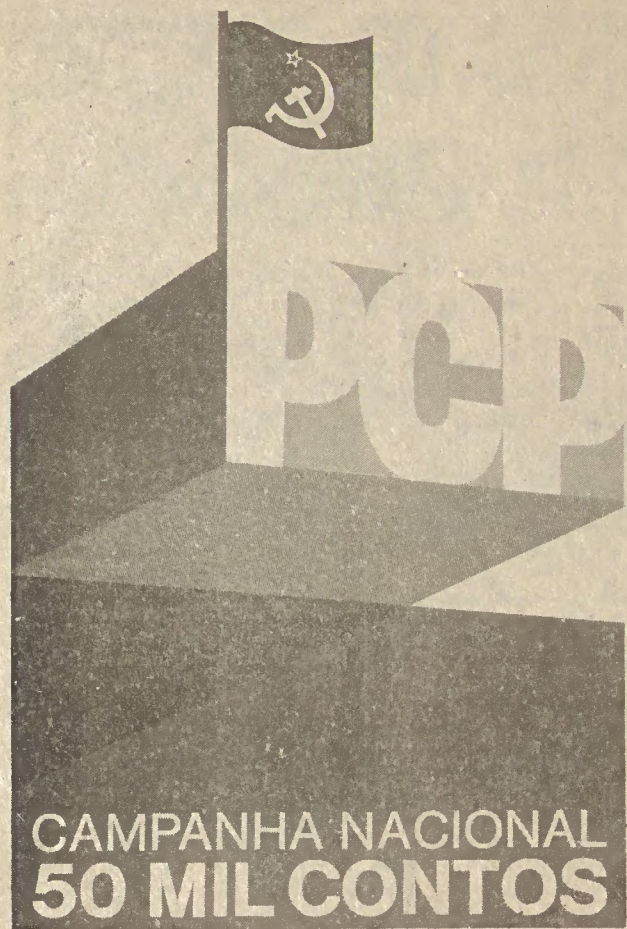
Ao mesmo que termina em Lisboa (na Fundação Calouste Gulbenkian), inicia-se hoje no Porto, na Associação Comercial (edifício da Bolsa), o ciclo «Dias Técnicos da RDA», que tem como objectivo dar a conhecer o que de mais avançado existe neste país socialista no que respeita à técnica e indústria.

Assim, hoje e amanhã serão realizadas 20 conferências onde estarão presentes vários cientistas e técnicos de redes de frio e refrigeração, de complexos industriais e de empresas de construção de máquinas têxteis da República Democrática Alemã. No

final de cada conferência será projectado um filme relacionado com questões de ordem técnica ou científica, seguido de debate.

De salientar que os «Dias Técnicos da RDA» — jornada de cooperação — vão assinalar uma etapa importante nas boas relações económicas e comerciais já existentes entre o nosso país e a RDA. De Janeiro de 1976 a Novembro do mesmo ano, por exemplo, Portugal exportou para aquele país socialista cerca de 95 milhões de contos de mercadorias, tendo no mesmo período importado produtos no valor de 44 milhões de contos.

A recente demissão do ministro do Comércio e Indústria, Severo Gomes, paralelamente ao «Manifesto», posto a circular por todo o Brasil pela Federação do Comércio de São Paulo, e que pede o estabelecimento de um



CAMPANHA NACIONAL 50 MIL CONTOS

AUMENTAM AS INICIATIVAS PARA A CAMPANHA DE FUNDOS

As iniciativas no intuito de angariar fundos para a Campanha dos 50 000 contos desdobram-se, multiplicam-se, ultrapassam o espírito mais imaginativo, revelam, em suma, a vida pujante do Partido Comunista Português que, passo a passo, sempre foi ultrapassando as dificuldades surgidas e as metas a que se propôs.

No concelho de Loures realiza-se, no próximo sábado, a partir das 17 horas, uma grande festa-comício, que terá a participação do camarada António Dias Lourenço. Também no mesmo dia, a partir das 21 horas, na Feira Internacional de Lisboa, o Comité Local de Lisboa promove uma grande festa de Carnaval.

Por seu turno, o sector da Construção Civil, para além de um encontro de futebol e festas, programou igualmente uma "Volta a Lisboa em Bicicleta", estando em preparação um passeio à região da Reforma Agrária.

Também os Sectores Intelectual, Público, Transportes, Bancários, Comércio, Esportivos, Gráficos, Seguros, Previdência, Indústria Farmacêutica, entre outros, se encontram activamente empenhados em realizações várias, desde sessões culturais a festas populares, além de recolhas de fundos e ofertas para o grande Leilão Nacional, marcado para o próximo dia 27. De sublinhar, aliás, que para o Leilão as ofertas se elevam dia após dia, provenientes de quase todas as organizações e amigos do Partido. Por exemplo: um camarada de Oeiras ofereceu uma colecção encadernada do jornal "República", respeitante à campanha "eleitoral" de 1945. De assinalar, por outro lado, a realização de inúmeros leilões locais.

«DOU À MESMA»

Mais de 19 mil escudos rendeu o pedatório de rua efectuado em Vialonga, concelho de Vila Franca de

Xira, no passado dia 6 de Fevereiro. Para além de numerosos trabalhadores progressistas sem partido, também muitos socialistas aderiram à iniciativa. A comprovar este facto passou-se um episódio significativo.

Ao volante do seu automóvel, um trabalhador socialista parou no local.

Informado do que se passava, respondeu: "Pensava que era para o PS... mas, assim, dou à mesma!"

FESTA EM AVEIRO

E no campo das iniciativas passamos agora para o distrito de Aveiro, onde a Comissão Concelhia do PCP daquela cidade realiza no próximo dia 19, pelas 22 horas, no Salão da Banda da Amizade uma festa de Carnaval. Para animar a festa actuarão o conjunto "Nova Geração" e os agrupamentos "A mesma luta" e "Prelúdio".

Entretanto, no domingo, dia 20, pelas 15 e 30, a Organização Local dos Pioneiros, em colaboração com a Comissão Concelhia, levará a efeito uma Festa Infantil no Ginásio da Escola Secundária (junto à Câmara Municipal) com a participação dos agrupamentos musicais atrás referidos e a projecção de filmes infantis, teatro, fantoches e ainda uma representação dos pioneiros de Aveiro. As entradas são gratuitas para todas as crianças.

BATIDA ÀS RAPOSAS

E de Aveiro passamos ao Alentejo. Em Campo Maior a Campanha iniciou-se com uma coia-festa, no passado dia 6, domingo. No dia anterior dezenas de camaradas dirigiram-se para a barragem e apanharam dezenas de quilos de peixe que foi apanhado para a coia.

A sopa de peixe, especialidade da terra, constituiu o prato principal. As entradas eram pagas com

A iniciativa de colaborar na campanha dos 50 mil contos com um dia de salário para o Partido, aprovada pelos nossos camaradas da CUF e a que desde logo aderiram dezenas e dezenas de camaradas de outras células do Barreiro, levou a Comissão de Coordenação Central, conforme anunciámos no último "Avante!", a estender a proposta a todos os militantes, simpatizantes e amigos do Partido. Afirmou-se então a certeza de que tal iniciativa iria ser recebida com verdadeiro entusiasmo.

Não nos enganámos. De norte a sul do país a adesão ao Dia de Salário para o Partido ultrapassou mesmo todas as expectativas iniciais. Das grandes empresas às pequenas oficinas, das fábricas ao campo, dos velhos aos jovens militantes, das donas de casa aos reformados, de todo o lado veio a resposta dos comunistas e democratas ao apelo do

qualquer 25\$00 e a afluência foi de tal forma por parte dos militantes, simpatizantes e amigos do Partido que a mesma teve de ser posta por três vezes. No final realizou-se um leilão de artigos oferecidos.

Por seu turno, a Organização de Montargil, que iniciou a Campanha também no mesmo dia, escolheu uma forma original: centenas de camaradas de Montargil e de Foros do Anão lançaram-se numa batida às raposas, conseguindo abater 10 e o produto da venda das peles será oferecido ao Partido. Contudo, como o objectivo previsto não tivesse sido alcançado, novas batidas se realizarão nos próximos domingos.

NA MARINHA E EM LEIRIA

Na Marinha Grande, no domingo, dia 20, haverá um Grande Festival do Fado, pelas 15 horas. Fadistas amadores, do concelho, apadrinhados pelo amigo Carlos do Carmo participaram nesta iniciativa. A seguir os grupos musicais "Estrela Vermelha" e "Rumo à Vitória" continuam a "Espectáculo" com Canto Livre. Esta realização, que terá lugar na sede da Ordem vai promover um convívio a que não faltam os petiscos regionais.

Também em Peniche, de 26 do corrente a 12 de Março poderemos, todas as noites, ir ver a Exposição do Livro Soviético.

Por seu turno, nas Caldas da Rainha, rias de três valiosos prémios estão a ser vendidas para o sorteio que se vai realizar com a lotaria da Páscoa. Nos dias 19, 20 e 21 de Fevereiro, grandes surpresas nos Festejos de Carnaval daquela cidade.

Em Leiria, também contando com a lotaria da Páscoa, vai ser rifado um cabrito da Páscoa, cujo sorteio está previsto para aquela quadrá.

Mas continuam as ofertas. Na Marinha Grande, um camarada ofereceu a sua colecção de autocollantes, com cerca de um milhar de exemplares, para leilolar. Um

outro camarada vendeu 40 autocollantes da Campanha por 71\$000.

Na Comissão Distrital de Leiria, um grupo de camaradas funcionários deram as primeiras contribuições para o Clube dos Mil.

E NO DISTRITO DE SANTARÉM

Os camaradas de Alpiarça preparam listas de amigos para que possam pedir-lhes uma contribuição para a Campanha. Estão em curso campanhas diversas: a da galinha, do coelho, da aguardente, etc.. Marcado para 13 do corrente um baile de máscaras; para 17, projecção de filmes na Casa do Povo; para 20 e 22, recolha de fundos porta-a-porta; dia 27, uma picaia.

Em Alcanena, ofertas de camaradas barbeiros, padeiros e outros pequenos comerciantes permitem rifar: pão para uma semana; garrafas de vinho; corte de cabelo.

Em Alcanena, prepara-se a iniciativa do emigrante, enviando cartas aos filhos da terra que estão longe e que poderão contribuir para os 50 mil contos.

Também no Couço vai ser rifado um borrego e está em preparação uma grande festa do aniversário do Partido.

Cerca de 90 pessoas do Cartaxo participaram, no dia 5 deste mês, num almoço antifascista; no dia 13 houve teatro; nos dias 20, 26 e 27 de Fevereiro e em 5 de Março haverá torneio de futebol de salão.

Um camarada da Golegã ofereceu uma carroça e uma galera.

Entretanto, em Torres Novas, no dia 21 de Fevereiro vai haver baile de Carnaval, com canto livre. Actuarão o grupo "Canto Livre de Torres Novas" e o conjunto "Estrela Vermelha" da Marinha Grande.

No dia seguinte, 22, os mais pequenos têm uma sessão infantil, com a participação dos pioneiros da terra, que apresentam uma peça de teatro.

Partido dos trabalhadores. Presente! Teria sido a palavra que ecoaria por todo o território nacional se todos a tivessem pronunciado simultaneamente.

O profundo significado político desta afirmação não pode deixar de ser assinalado. Porque oferecer um dia de salário num momento em que todos os dias os trabalhadores têm de deitar contas à vida para prover ao seu sustento, significa antes de mais a compreensão de que sem o Partido Comunista Português não haverá democracia em Portugal, não será possível defender as conquistas da Revolução, não será possível a justiça social, não será viável a construção do socialismo.

Significa também a compreensão da necessidade de fortalecer o PCP, de o dotar mais e mais com as condições que lhe permitam desenvolver a sua incansável actividade de defesa dos interesses das classes trabalhadoras e do povo em geral.

E significa acima de tudo a confiança no nosso Partido, que o mesmo é dizer a confiança no futuro, a confiança no socialismo.

Se é certo que esta iniciativa por si só, e dado o provado espírito de militância e de sacrifício dos militantes comunistas, de que é inseparável a nossa poderosa capacidade de organização, pode garantir em grande parte o sucesso da campanha dos 50 mil contos, não é menos certo de que ela pode constituir uma magnífica demonstração do que na realidade são os comunistas.

E como, camaradas?

Inúmeras são já as respostas e sugestões que a esse respeito têm chegado à nossa redacção, tal como as adesões que passaremos a publicar na próxima semana. Em todas elas ressalta o desejo de que o dia de salário para o Partido seja uma afirmação da consciência de classe dos comunistas e dos trabalhadores em geral; um dia em que os trabalhadores, trabalhando para o seu Partido, mostrem como se pode trabalhar com alegria. Com os olhos postos no futuro, quando o produto dos que trabalham não for mais para os que nada fazem, não for mais para pagar a capitalistas e a agrários, não for mais para encher os bolsos rotos do imperialismo.

Que o dia de trabalho para o Partido seja um exemplo do que pode ser a emulação socialista. A alegria e a confiança de construir uma sociedade nova.

Mas o dia de trabalho para o nosso glorioso Partido, que se propõe que seja organizado na primeira semana de Março a assinalar mais um aniversário do PCP, pode e deve ser ainda mais enriquecido com outras iniciativas.

O diálogo aberto e franco entre todos os trabalhadores; o debate esclarecido e esclarecedor entre todos os que, sejam quais forem as suas opções políticas, são os produtores da riqueza, são elementos fundamentais para a construção do socialismo, é um objectivo que importa não perder de vista. Porque, como desde o início o nosso Partido tem afirmado, a campanha dos 50 mil contos deverá ser uma grandiosa campanha de massas, deverá ser um contributo valioso para a unidade dos

trabalhadores, é imprescindível que o esclarecimento seja uma constante da nossa acção.

Não marginalizar os que não entendem a necessidade desta campanha, mas esclarecê-los; não segregar os que porventura não queiram contribuir, mas explicar-lhes que ajudar o PCP é fortalecer a democracia rumo ao socialismo; não tratar como antedemocráticos, os que, por mal informados, combatam a nossa acção, mas esclarecê-los. Se são trabalhadores, se são honestos, acabarão por compreender de que lado está a razão e juntar-se-ão a nós, juntar-se-ão aos que verdadeiramente defendem a sociedade mais justa, a sociedade sem exploradores nem explorados.

Jornais de parede, cartazes, panos, são outras das mil e uma formas de assinalar que os trabalhadores, nesse dia da primeira semana de Março, trabalham para o seu Partido. Espírito criador e capacidade de organização é coisa que não falta aos trabalhadores. Estamos certos de que em lado nenhum, por mais escondido que seja o local de trabalho, passará despercebido que os militantes, simpatizantes e amigos do Partido trabalham para o PCP, para o grande e glorioso Partido de vanguarda da classe operária.

Hoje trabalho para o meu Partido! Hoje trabalho para o Partido dos trabalhadores! Hoje trabalho para a Revolução! Hoje trabalho para o socialismo! — Serão expressões como esta que se irão ouvir por todo o país. E nas mãos de cada trabalhador o martelo, a máquina, o torno, a enxada, a caneta e a foice serão a mais viva expressão de força, de determinação, de confiança.

Os trabalhadores trabalham para o seu Partido. É com a sua força que o Partido se fortalece.

Mais força à Revolução! Avante por um dia de salário para a campanha de fundos!

Atenção!

Não contabilizar quaisquer quantias, sejam elas quais forem, enquanto não tiverem efectivamente sido recebidas na caixa central da Campanha, é um princípio inflexível de actual tarefa que levamos a cabo. Do mesmo modo, não se podem classificar nem publicar as quantias recebidas só porque deram entrada na conta 13 672 do BPSM — Av. Liberdade. São necessários para o efeito os elementos a que convencionalmente chamamos "Notas de entrega" e "Notas anexas", a remeter para a Comissão de Coordenação Central por cada depósito bancário ou por cada entrega directa.

Enquanto a CCC não receber estes elementos é impossível conhecer as origens das quantias entregues, nem a natureza das contribuições (se é de coupons, autocollantes, rubricas, vendas, etc.).

Por isso, mais uma vez se recomenda às organizações do Partido que não deixem de remeter à CCC aquelas indispensáveis informações. Se por acaso um organismo não dispõe de momento dos respectivos impressos (já largamente distribuídos a todas as DORs), pode recorrer-se a uma simples carta.

Também aos amigos, simpatizantes, camaradas, antifascistas que entreguem as suas contribuições através do BPSM — conta n.º 13 672, Av. Liberdade — fazemos o apelo para enviarem imediatamente à CCC, Av. António Sérgio, 26 — Lisboa, uma carta indicando qual o nome ou rubrica que devam ser publicadas no "Avante!", correspondente à quantia depositada.

Trabalhar organizadamente é uma característica dos comunistas. Da nossa capacidade de organização depende em muito o êxito da actual Campanha Nacional de Fundos.

Não reter fundos nem deixar de enviar ao mesmo tempo os elementos que permitam à CCC classificar e publicar as contribuições é uma regra de trabalho que todos devemos respeitar. Sabemos que podemos contar contigo, camarada. E também contigo, amigo.

ASSIM VAI A CAMPANHA DOS 50 MIL CONTOS

Quantias registadas até 11 de Fevereiro de 1977

COMISSÃO COORDENADORA CENTRAL

Transporte	375 680\$00
Autocollantes	475\$00
Coupons	48 700\$00
-Clube dos Mil-	300\$00
Venda garrafa (oferta)	100\$00
Venda selos (oferta)	90\$00
Diversos	25\$00
Mealheiro OT António Serra	24\$80
-Em memória de José Dias Coelho-	10 000\$00
-Helena-	100\$00
-Para uma sala de trabalho do PCP - VA- (Avante!)	250\$00
-PAS- - Tramagal - Vale Postal (Avante!)	200\$00
Eduardo Tavares - Zurich (Avante!)	100\$00
Amigo de Montalvão	70\$00
-Um assinante do "Avante!"	100\$00
-Aguardente Velha-	100\$00
-Um notário simpatizante-	100\$00
-Avante pela Campanha dos 50 000 Contos-	681 83\$00
-Dos Amigos do Partido-	
Umbelino	500\$00
Zé	200\$00
António	200\$00
Dolores	40\$00
Miguel	500\$00
Total	452 373\$80

DORA

Transporte	23 142\$50
-Do Alentejo para Lisboa-	11 240\$00
-Clube dos Mil-	100\$00
Total	35 382\$50

DORL

Transporte	749 774\$70
Autocollantes	623\$320
Autocollantes Festa Amadora 6 Fev.	7561 \$70
Coupons	104 100\$00
Donativos - Org. PME - Vários	10 000\$00
Donativos diversos	1312\$00
Donativos Festa Amadora 6 Fev.	10 894\$30
-Clube dos Quinhentos-	400\$00
-Clube dos Mil-	100\$00
Vendas diversas	54\$500
Vendas Festa Amadora 6 Fev.	84 963\$20
Venda de laranças da Reforma Agrária	140\$00
Venda de bolo oferecido	365\$00
Excursão a Pias (Cascais)	150\$00
Passagem filme «Playa Giron» (Cascais)	3598\$00
Colecta em Plenário Sector Público	4420\$00
Sessão Teatro Vialonga	3287\$50
Sorteios	18 344\$00
Leilão - Festa Amadora 6 Fev.	10 420\$00

Lista:	
12627 - Loures	2760\$00

12641 - Loures	2845\$00
12902 - C.C. Sintra	225\$00
12918 - C.C. Sintra	5512\$50
12926 - C.C. Sintra	787\$50
12967 - C.C. Sintra	790\$00
12987 - C.C. Sintra	880\$00
12990 - C.C. Sintra	500\$00
13462 - C.C. Sintra	1375\$00
14505 - C.C. Cascais	670\$50
14651 - SIP/DORL	5420\$00
14660 - SIP/DORL	1370\$00
17413 - Mercado do Povo	764\$00
17414 - Mercado do Povo	1030\$00
17450 - Hotel Plaza	440\$00
17775 - C.C.V.F. Xira	4520\$00
17803 - C.C.V.F. Xira	4802\$00
17808 - C.C.V.F. Xira	1109\$50
17810 - C.C.V.F. Xira	805\$00
17813 - C.C.V.F. Xira	4878\$00
17818 - C.C.V.F. Xira	1980\$00
17819 - C.C.V.F. Xira	4477\$50
17876 - C.C.V.F. Xira	2390\$00
17878 - C.C.V.F. Xira	1800\$00
17881 - C.C.V.F. Xira	1155\$00
17884 - C.C.V.F. Xira	832\$50
17885 - C.C.V.F. Xira	2050\$00
17897 - C.C.V.F. Xira	1045\$00
17899 - C.C.V.F. Xira	620\$50
17900 - C.C.V.F. Xira	750\$00
17901 - C.C.V.F. Xira	1345\$50
17902 - C.C.V.F. Xira	1790\$00
17908 - C.C.V.F. Xira	1440\$00
17909 - C.C.V.F. Xira	1919\$50
17910 - C.C.V.F. Xira	1040\$00
17911 - C.C.V.F. Xira	805\$00
17912 - C.C.V.F. Xira	805\$00
17913 - C.C.V.F. Xira	1720\$00
17914 - C.C.V.F. Xira	1518\$00
17915 - C.C.V.F. Xira	767\$00
17916 - C.C.V.F. Xira	1295\$00
17918 - C.C.V.F. Xira	1093\$50
17920 - C.C.V.F. Xira	757\$50
18119 - Transportes DORL	409\$50
18130 - Transportes DORL	3100\$00
18273 - Transportes DORL	1570\$00
18274 - Transportes DORL	850\$00
18341 - Transportes DORL	5910\$00
18346 - Transportes DORL	620\$00
18368 - Transportes DORL	1020\$00
18373 - Transportes DORL	1150\$00
18377 - Transportes DORL	450\$00
18717 - Sector Público	1040\$00
18720 - Sector Público	

Rubricas:	
-Borboleta- - Antigo prisioneiro do Tarrafal	1000\$00
-Em memória de José Santos Colaço-	100\$00
-Acções de Amizade-	1250\$00

-Pela Reforma Agrária-	1250\$00
-Trabalhadores UCAL - Sete casas ajudam o seu Partido-	2175\$00
-Pela Unidade dos Trabalhadores-	1180\$00
-Amigos de Alex" (2)	20 000\$00
-Para a Casa do Comité Central- (anónima)	100\$00
-Sempre Amigos-	30 000\$00
-Contribuição de 4 irmãs-	30 000\$00
-Rumo à campanha vitoriosa dos 50 000 Contos-	50\$00
-Com 100 contos vamos p'ra frente!	2000\$00
-Bárbara e Amigas-	2290\$00
Total	1 210 248\$10

DORN

Transporte	100 000\$00
Autocollantes	257\$50
Coupons	900\$00
Coupons (J.Vaz, J. Maia, Lino, Ricardo)	1350\$00
Vendas	900\$00
Lista n.º 72 - Constr. Soares da Costa, SARL	942\$50
Lista 1001 - C.C. Gaia (1)	500\$00
Lista 1016 - C.C. Gaia	500\$00
Lista 1017 - C.C. Gaia	200\$00
Lista 1020 - C.C. Gaia	500\$00
Lista 1032 - C.C. Gaia	5460\$00
Total	111 530\$00

DORS

Autocollantes	3992\$50
Coupons	50 800\$00
Donativo (Grândola)	6000\$00
Dia de salário (C.C. Setúbal)	54 204\$10
Diversos (Almada e Seixal)	1623\$00
Espectáculos (Barreiro)	21 730\$00
Vendas	1300\$00
Sorteios (C.C. Almada e C.C. Barreiro)	9823\$50
-Iniciativa do Tacho- (Barreiro)	1490\$00
-2500 aumento por bica- (Barreiro)	6284\$00
-Circulares aos militantes para mil escudos-	10 700\$00
Lista:	
2729 - C.C. Almada	3000\$00
3007 - 3010 - 3015 - 3019 - C.C. Moita	1203\$00
3008 - 3009	2190\$50
3011 - 3012 - 3013 - 3014	3378\$50
3016 - 3017	2968\$00
3020 - 3024 - 3027 - 3028	897\$50
3023	1449\$00
3035 - 3036 - 3045 - 3046 - 3047	1982\$00
3201	200\$00
3202	20\$00
3538 - C.C. Almada	470\$00
3607 - C.C. Almada	690\$00
3608 - C.C. Almada	620\$00
3609 - C.C. Almada	2200\$00
3610 - C.C. Almada	460\$00
3613 - C.C. Almada	2110\$00
3615 - C.C. Almada	440\$00
3705 - C.C. Almada	940\$00

3709 - C.C. Almada	380\$00
3709 - C.C. Almada	70\$00
3712 - C.C. Almada	20\$00
3713 - C.C. Almada	470\$00
4013 - 4085 - C.C. Barreiro	1920\$00
4089 - C.C. Barreiro	1290\$00
4100 - C.C. Barreiro	976\$00
4636 - 4644 - 4645 - 4649 - C.C. Barreiro	5020\$50
4807 - C.T. Grândola	2700\$00
4823 - C.T. Grândola	1000\$00
10001 - C.C. Palmeira	5750\$00
10002 - C.C. Palmeira	5920\$00
10061 - Modesto Pereira	2080\$00
10672 - C.T. Cacém	4700\$00
10822 - C.T. Sines	6029\$50
10824 - Grupo dos Mil	7750\$00
10833 - C.T. Sines	1550\$00
10834 - Grupo dos Quinhentos	1300\$00
11401	2021\$00
Total	248 092\$50

UEC

Transporte	14 288\$80
Autocollantes	2019\$00
Coupons	21 000\$00
Sorteios	250\$00
Lista n.º 6325	65\$00
Lista n.º 6326	135\$00
Lista n.º 6328	40\$00
Lista n.º 6346	55\$00
Lista n.º 14877	425\$00
«Dar mais força a UEC»	6904\$75
«Viva o Avante!»	90\$00
«Pelo reforço do Movimento Associativo»	114\$00
«Comemorações do 4 de Fevereiro»	1170\$00
Total	47 582\$50

Adante!



PORTUGAL: POESIA E PROSA DA REVOLUÇÃO

É raro depararmos com acontecimentos que nos levam a desajar escrever sobre eles com estilo elevado. De tal modo nos impressionam, que em nós despertam nobres, elevados sentimentos.

No número de tais acontecimentos conta-se, para mim, o VIII Congresso dos comunistas portugueses. Porque sendo fruto do nosso agitado século, reflexo concentrado da sua tendência principal, revolucionária, da viragem do fascismo para a democracia e o progresso social em Portugal, viragem tão esperada e ainda assim inesperada, enriqueceu também a própria época, acelerou, se assim se pode dizer, a sua dinâmica. E o Congresso do Partido Comunista Português como que foi a encarnação do arrebatado amor do seu povo à liberdade, de valentia ilimitada dos comunistas, combatentes antifascistas desde a primeira hora, da complexidade criadora de todo o caminho revolucionário, pleno de descobertas e originalidades.

Por dever de ofício, como se costuma dizer, ao autor destas linhas coube estar presente em muitos congressos de partidos irmãos. E todos eles deixaram profunda impressão. Todos ficaram gravados na memória como algo de precioso, de inesquecível. E, no fundo, não poderia ser de outro modo pois não se pode ficar indiferente quando se assiste a um *forum* de revolucionários — homens que se acham sempre debaixo do fogo do inimigo e que apesar disso marcham avante, não poupando forças nem a própria vida na luta pelo futuro melhor do seu povo.

Confesso, porém, que o VIII Congresso dos comunistas portugueses me deixou, na lembrança, o mais agradável de único irrepetível. Porque? Responder a esta pergunta é a um tempo fácil e difícil. De qualquer modo, impossível responder-lhe laconicamente.

O PRIMEIRO LEGAL

Este Congresso era esperado com impaciência, esperado por todos — amigos e inimigos. Em Portugal e fora dele. O que é natural. Com efeito, tratava-se de um país onde uma revolução se realiza. Dum partido que nessa revolução desempenha um enorme e insubstituível papel. Dum destacamento comunista que, tendo saído há dois anos e meio da clandestinidade, se transformou na maior força política do seu país — 115 mil homens numa população de menos de 9 milhões de habitantes. De homens cujos nomes se tornaram símbolo de esperança para uns, alvo de ódio para outros, enigma para outros ainda.

Nas vésperas do Congresso do PCP, em Lisboa, realizaram-se dois outros congressos partidários: o congresso dos socialistas e o congresso dos sociais-democratas (antes chamados popular-democratas). Segundo testemunhas oculares e a imprensa, ambos, de um modo geral, decorreram apagadamente, não primando nem pela organização, nem pelo conteúdo. Como acontecimentos vulgares.

E agora — eis o Congresso dos comunistas. Chegados a Lisboa, perguntámos, naturalmente, o que esperavam do Congresso, como contavam que o Congresso decorresse. Sérgio Vilarque, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, respondeu:

«Pensamos que tudo correrá normalmente... Contamos abrir a horas. Vai estar muita gente».

É calmo no que diz — como, aliás, calmo é todo este combativo partido. Mas, sob as palavras calmas — uma certa inquietação, já que, no fim de contas, este é o primeiro Congresso legal, ou seja, ordinário, estatutário, do PCP há quase meio século. Certo que em 1974 se realizou um Congresso extraordinário do Partido. Mas esse foi extraordinário. Agora, agora é outra coisa: o Partido vai prestar contas, vai passar por um sério exame.

A noite, os nossos camaradas jornalistas, ao regressarem da sala onde se iria realizar o Congresso, constatarão um pouco desconcertados: a montagem prossegue a todo o vapor, mas ainda está tudo numa barafunda... Como é que a «malta» vai conseguir?

Mas conseguiram. Uma sala que não era nada preparada para congressos — o maior salão da Feira Internacional de Lisboa — foi alugada apenas por alguns dias, pois que é preciso economizar dinheiro! O trabalho começou literalmente nas vésperas. E no tempo marcado fizeram um milagre. Montaram-se lugares para 1300 delegados, bancadas para quase 5000 convidados e a tribuna; o salão foi decorado a preço; nas salas vizinhas ergueram-se exposições, bancas de livros e lembranças, bares e restaurantes.

Pode ser que tudo isto sejam

pormenores. Como pormenor será que mais de um milhão de comunistas, velhos e jovens, homens e mulheres, tenham trabalhado dia e noite para que a sala estivesse limpa a tempo e horas, para que se arrandassem e preparassem as refeições e servissem os delegados, para que se imprimissem os boletins e materiais do congresso (que nos chegaram à mão tão regularmente como o ponteiro do relógio), para que, enfim, o edifício fosse defendido...

Mas de pormenores se faz a vida. Deles se faz a própria História. E neste caso concreto estes «pormenores» dizem claramente isto: que o Congresso dos comunistas portugueses, foi a classe operária que o preparou, foram os camponeses que o prepararam. Foi o próprio povo que preparou o Congresso. E é isto que é a melhor demonstração de que este foi o seu Congresso, o Congresso daquele partido que de facto defende os seus interesses vitais.

O trabalho de organização do Partido, multiplicado pelo apoio caloroso dos trabalhadores de vanguarda, conseguiu o seu objectivo: o Congresso correu às mil maravilhas!

Principiui à hora exacta e desenvolveu-se rigorosamente de acordo com o plano (apesar das sessões se realizarem das 9 e 30 da manhã até quase às 10 horas da noite).

Desejo sublinhar o trabalho de organização do Partido ainda por mais uma razão. Os 5000 convidados de que atrás falei não eram, com poucas excepções (convidados estrangeiros, do Conselho da Revolução, dos Sindicatos, do Partido Socialista e outros partidos de esquerda, etc.), sempre os mesmos: diariamente os convidados mudavam, imaginem: cada dia chegavam à FIL, de carro, de camioneta, de comboio, 5000 pessoas vindas de todos os cantos do país, e não só de Lisboa — mas no outro dia, outros chegavam em sua substituição! E todos os dias, às 9 e 30 da manhã, a sala estava repleta — com tudo em ordem... Isto também será uma ninharia, também será um pormenor, mas extrema, extremamente eloquente.

RUMO A NOVOS ÊXITOS

Esprito de organização, disciplina... Então estes aspectos do trabalho do Congresso deixaram na memória um traço tão forte? Sim, também estes, claro — tendo particularmente em conta a história do Partido português e as condições em que se realizou este Congresso.

Contudo, sendo extraordinário de organização, o VIII Congresso do PCP foi ao mesmo tempo inigualável pela sua atmosfera, pelo seu entusiasmo inesgotável, revolucionário. Escrevo estas palavras autenticamente contrafeito: elas são demasiado pálidas, fracas, para que possam exprimir aquilo que nos inundava na sala da FIL.

Na tribuna, Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP. É-lhe dada a palavra para o relatório do Comité Central. Entra calmo, sem pressa. E a sala? A sala já não é nada do que era antes, uma sala de Congresso. É uma poderosa força da natureza, uma vaga única de sentimentos calorosos, um impulso uníssono de revolução. Todos, tanto delegados como convidados, saudam o orador. E de que maneira! Aos aplausos e ovacões (e de novo não são estas as palavras, são demasiado fracas), sucedem-se as canções, os vivas — «Viva o PCP» — e de novo as ovacões...

Observo o homem que está na tribuna. Está calmo, sereno mesmo. Sauda a sala, simultaneamente esforça-se por acalmá-la — é tempo de começar o relatório. Mas lá bem ao fundo, por debaixo das suas grossas sobrancelhas — lágrimas! — o Partido, com o qual, nas fileiras do qual lutou Eirio, o povo, pelo qual passou todas as privações — cadeias e torturas, prisões e fugas, clandestinidade e exílio — sem vacilações, para dar o seu contributo à causa da libertação de Portugal.

Quantas coisas não disseram de Álvaro Cunhal os seus inimigos e detractores! Chamaram-lhe fanático e sectário, «fechado», «insociável». Mas ele foi sempre tal como o vejo agora — um verdadeiro revolucionário, um homem de honestidade sem limites e de total fidelidade ao seu povo.

Os seus camaradas do Partido conhecem bem Álvaro Cunhal. Não é de espantar que o saudem tão calorosamente quando surge na tribuna.

Os mesquinhos maledicentes dos pasquins reaccionários e pseudo-esquerdistas vieram logo falar no dia seguinte em «culto da personalidade». Mas não houve nem sombra de culto da personalidade nas saudações do Congresso ao secretário-geral do PCP. Foi

a consideração inteiramente merecida para com o homem que deu toda a sua vida a uma longa causa, foi a consideração para com todos os que prepararam a revolução, que fizeram junto com as Forças Armadas, com todo o seu povo.

E não foi por acaso que sempre a sala estremeceu sob uma tempestade de aplausos de cada vez que os oradores — fossem eles dirigentes ou

O VIII Congresso do nosso Partido contado ao povo soviético por Vadim Zagladine, redactor da "Revista Internacional". Artigo publicado no jornal "Za Rubejom".

«... simples membros do Partido — trataram na tribuna das questões vitais do país, fizeram propostas visando servir a causa da revolução».

Assim aconteceu no primeiro dia do Congresso, e depois no segundo, no terceiro, no quarto... Claro que para o final do Congresso os delegados estavam cansados. Mas o cansaço não enfraquecia o seu entusiasmo, o seu ânimo, a sua exaltação.

Mas então, não-de perguntar, o Congresso impressionou-o tão fortemente por esse entusiasmo, pelo lado emocional? Sim, também por isso, mas não só por isso. Outros congressos houve também plenos de exaltação, já que o entusiasmo é próprio dos comunistas de todos os países, graças à força do seu optimismo histórico, à certeza na vitória da sua grande causa.

Mas aqui em Lisboa, a emoção, o entusiasmo foram não só expressão do temperamento nacional e do optimismo comunista. O VIII Congresso do Partido Comunista Português foi um Congresso dum partido da revolução, realizado no período da revolução.

Estalam aplausos, irrompem canções, a sala saudava a revolução os seus avanços, os seus êxitos, saudavam as personagens que fizeram a Revolução e a fazem.

Sim, para os delegados do VIII Congresso do PCP, a Revolução não era algo longo, pouco claro, apenas uma perspectiva ou uma antevisão. Ela é o dia-a-dia deles, a sua vida, o próprio ar que respiram.

Sim, a revolução — é o dia de hoje de Portugal. A sua respiração quente está em toda a parte: nos cartazes, que estão colados nas ruas (aquí é possível ver estratos de todas as etapas da Revolução, todas as suas peripécias), nas canções que canta a juventude, nos discursos dos políticos... Mas a Revolução dá-se a saber também noutra coisa: no estalar de bombas, nos actos de sabotagem da direita e esquerdistas, nas afirmações infundáveis sobre os planos da reacção, nas constantes tentativas de liquidar as conquistas do povo.

Na sala da FIL, onde decorria o Congresso, tudo isto encontrava o seu reflexo. E como era belo, camaradas! Como isto é extraordinário, quando os comunistas chegam ao Congresso para fazer o balanço das realizações da Revolução, traçar a sua rota em frente — para novas etapas. E mesmo quando os delegados falam dos insucessos, das dificuldades, dos erros (e sobre os erros falava-se claro, abertamente, para que de futuro não voltassem a repetir-se) também era maravilhoso.

De facto tratava-se do processo revolucionário quando é impossível prever e saber a priori.

Apesar do grandioso entusiasmo os participantes no Congresso, viram com profundidade e extraordinária gravidade as questões práticas do desenvolvimento revolucionário. Até alguns políticos de esquerda (sobre isto contaram-me os próprios participantes dos acontecimentos ainda na minha ida do ano passado a Lisboa) tinham ilusões de que uma vez iniciada a revolução ela iria caminhar segundo o plano traçado de transformações graduais, sem saltos bruscos e curvas azeitadas, para os quais (como eles me disseram, e em verdade já com alguma dúvida) «no nosso século o mundo actual já não se ajusta».

Mas a revolução, tinha começado e ali caminhando cada vez mais além, avante. Sentindo a sua força o povo não quis mais saber daqueles que tentaram sustê-lo.

Aparecendo como revolução antifascista, rapidamente adquiriu o carácter democrático, antimonopolista. E radicalmente modificou a face em Portugal.

A nacionalização de 245 grandes empresas (quase 40% do capital accionista na indústria) liquidou praticamente os principais grupos monopolistas. Ainda em 260 empresas estão de uma ou outra forma sob a intervenção estatal. A maior das conquistas da revolução — a Reforma Agrária abarcando cerca de 1/6 da área agrícola do país (com a criação de 400 cooperativas e Unidades Colectivas de Produção) acabou com o domínio dos grandes latifundiários. Depois

do povo, de prontidão em ter em conta a sua vontade.

O carácter democrático de preparação e dos trabalhos do Congresso testemunham, como foi assinalado justamente em nome da Comissão de Redacção pelo membro da Comissão Política do CC Carlos Brito, que as resoluções e conclusões do Congresso foram elaboradas por todo o Partido. Por isso

mesmo maior é o seu valor e representam maior interesse. Sem dúvida que nos documentos e nas intervenções do Congresso foi dada uma grande atenção ao desenvolvimento desigual e contraditório de que é característico não só os avanços como os recuos. Todavia, como se costuma dizer, o que havia para fazer, fez-se: o velho Portugal não mais existe. E qualquer que seja a forma como desenvolver os acontecimentos no futuro, aquilo que já foi realizado, tem significado histórico e constante.

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

à cabeça as palavras de Lenín Ilitch Brejnev sobre Portugal no Relatório ao XXV Congresso do nosso Partido: «Novamente com toda a sua força confirmou-se que a revolução é uma poderosa alavanca de renovação geral, ela liberta enormes forças escondidas no povo».

É claro (e isto é justamente sublinhado nas teses do Congresso) que ao processo revolucionário são-lhe inerentes elementos de grande originalidade, ele fez surgir muitos aspectos impossíveis de adivinhar, teve um desenvolvimento desigual e contraditório de que é característico não só os avanços como os recuos. Todavia, como se costuma dizer, o que havia para fazer, fez-se: o velho Portugal não mais existe. E qualquer que seja a forma como desenvolver os acontecimentos no futuro, aquilo que já foi realizado, tem significado histórico e constante.

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

mesmo maior é o seu valor e representam maior interesse. Sem dúvida que nos documentos e nas intervenções do Congresso foi dada uma grande atenção ao desenvolvimento desigual e contraditório de que é característico não só os avanços como os recuos. Todavia, como se costuma dizer, o que havia para fazer, fez-se: o velho Portugal não mais existe. E qualquer que seja a forma como desenvolver os acontecimentos no futuro, aquilo que já foi realizado, tem significado histórico e constante.

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

«O povo português — disse no começo (fantástico pela sua grandiosa vibração revolucionária) que se realizou no dia do fecho do Congresso, o responsável da delegação do PCUS, Boris Nikolaevitch Ponomarev, — por si próprio, sem qualquer pressão exterior, realizou uma viragem nos destinos da sua Pátria. Ele próprio, por sua vontade e com

Que é que vamos fazer para melhorar o «Avante!»?

Na passagem de mais um aniversário do «Avante!», órgão central do nosso Partido, do glorioso Partido Comunista Português, julgámos oportuno trazer junto dos nossos leitores, das dezenas de milhares de comunistas e amigos do Partido que semanalmente nos lêem, algumas sugestões tendentes a melhorar o nosso trabalho. E quando dizemos o nosso trabalho referimo-nos tanto às tarefas dos que de algum modo participam na feitura e distribuição do «Avante!», mas também às de todos aqueles, em primeiro lugar os militantes comunistas, que estão empenhados no aumento da importância e do papel do nosso órgão central na defesa e divulgação da linha do PCP, que o mesmo é dizer, no reforço da implantação e no aumento da intervenção, a todos os níveis da vida nacional, do Partido Comunista Português.

Cada organização, cada célula, cada militante, cada simples leitor do «Avante!», muito pode e deve ainda fazer para o engrandecimento e a melhoria do nosso jornal. Há que desenvolver um esforço nesse sentido. O «Avante!» é já hoje, de toda a imprensa semanal do nosso país, o jornal que, de longe, tem maior tiragem, tem mais leitores e é mais lido. Para todos nós, comunistas portugueses, é este um legítimo motivo de orgulho. Este facto reflecte a força do nosso Partido, mostra até que ponto ele é o verdadeiro portador dos interesses da classe operária e de todos os trabalhadores, até que ponto ele é o mais firme defensor dos legítimos interesses nacionais.

Mas é possível e é necessário melhorar! Ao trabalho, camaradas!

• A informação para o «Avante!»

São relativamente frequentes as críticas que nos chegam quer de sectores, quer de camaradas isolados acerca de omissões no «Avante!». Um comentário importante que não foi anunciado ou noticiado uma luta que não teve divulgação, uma iniciativa a que não foi dada cobertura. Por outro lado, os camaradas que constituem a redacção são por vezes asserbados com trabalhos de verdadeira «investigação» para obterem dados que uma simples carta ou postal poderia resolver.

A verdade, camaradas, é que se torna absolutamente indispensável que todas as organizações do Partido, mantendo connosco uma correspondência assídua.

Ao nível de organizações mais numerosas (as DOR por exemplo, mas mesmo outros sectores e comités locais) há que estruturar essa informação, por exemplo nomeando um camarada para a tarefa específica de semanalmente informar o «Avante!» de todos os assuntos que possam interessar as iniciativas do Partido, a situação política no sector, as lutas em curso, etc.

A nomeação destes camaradas não deve porém desmobilizar todos os militantes no sentido de, a título pessoal, enviarem igualmente para a redacção do «Avante!» tudo o que puderem. Não é necessário escrever artigos; um postal que se envie, um recorte de um jornal regional, um panfleto, pode muitas vezes facilitar

extraordinariamente o nosso trabalho e assegurar uma cobertura mais completa dos problemas que hoje se nos colocam.

É necessário criarmos o hábito da correspondência com a redacção do «Avante!», e mais vale que se pegue por excesso do que por falta.

O problema da nomeação de correspondentes assume uma extrema importância e urgência. O facto de existir o maior número possível de organizações do Partido em camarada devidamente responsabilizado pelo organismo local, para além de nos garantir uma informação actualizada e permanente permite ainda que seja a própria redacção a poder contar com ele, contactando-o para que esclareça uma notícia que nos chega, para que assegure a cobertura de um qualquer acontecimento na sua zona, etc.

Vários Centros de Trabalho tomaram de há muito já essa iniciativa e o balanço tem sido altamente positivo. Escolher um camarada para tal tarefa, analisar com ele a melhor forma de a executar, assisti-lo dando-lhe todos os materiais e informações de que necessita, comunicar essa escolha para a redacção do «Avante!» — eis uma coisa que tem de ser feita depressa!

Para este trabalho podemos dar já algumas indicações úteis, que a prática completará. Mas, para já, tenhamos em atenção que:

1.º A melhor forma de enviar os materiais para a redacção é através do



Correio. Pode utilizar-se o telefone, mas quer por motivos de ordem económica, quer de trabalho, é conveniente utilizá-lo apenas para pequenas coisas de última hora ou de carácter urgente;

2.º Quando se trate de materiais urgentes, a incluir na edição seguinte do «Avante!», é necessário que a correspondência nos chegue o mais tardar até à segunda-feira anterior. Os textos precisam de ser programados, compostos, etc. e este é, efectivamente, o prazo limite. Pode ainda ser possível aproveitar material que chegue na terça-feira, mas o ideal será sempre a segunda. Os camaradas terão, assim, de estudar as tiragens dos correios na sua região e contar com a demora inerente.

3.º Não há absoluta necessidade de se estar com o cuidado de redigir notícias: a simples informação basta. Em todo o caso, ao escrevê-la é necessário ser o mais exacto e completo possível. Existe uma velha regra do jornalismo que diz que uma notícia deve sempre responder a seis perguntas: quem? onde? como? quando? porquê? para quê? É claro que esta ordem não é rigorosa mas se, por exemplo se fala de um comício, é necessário dizer onde se realizou, quem esteve

presente, como decorreu (quem falou, que propostas surgiram, etc) porque se efectuou etc. Se se tratar de uma luta numa fábrica há que dar os mesmos dados; quem a trava, onde é a fábrica, para que é a luta, como está a decorrer, quando começou e acabou, etc.

4.º Há toda a conveniência em enviarmos todos os materiais de interesse político: os panfletos e tarjetas do Partido, os seus jornais regionais, os panfletos e documentos de outras organizações políticas, os jornais progressistas ou reaccionários da região, cartazes, edições, enfim, tudo.

5.º Na medida do possível é também vantajoso enviar fotografias. Há sempre um camarada que tem uma máquina fotográfica e que pode fazer a cobertura de qualquer acontecimento. Não é preciso estar depois a revelar. Pelo correio pode vir mesmo o rolo de negativos que nos trataremos da revelação e devolveremos depois ao camarada se ele assim o desejar. Não esquecer, porém de assinalar sempre ou no negativo, ou nas costas das fotografias (se for fotografa o que se enviar) do que é que se trata: arriescamo-nos depois a uma grande confusão na redacção!

• A divulgação do «Avante!»

Mais do que em qualquer outro caso os aspectos da distribuição do «Avante!» têm de ser vistos sob a óptica da situação, região, região, tendo em conta as especificidades locais, condições objectivas de trabalho e experiência dos camaradas.

Em todo o caso gostaríamos de chamar a atenção para alguns pormenores.

O «Avante!» tem hoje doze páginas, por vezes mais e o seu preço de custo é praticamente idêntico ao da venda. Assim sendo,

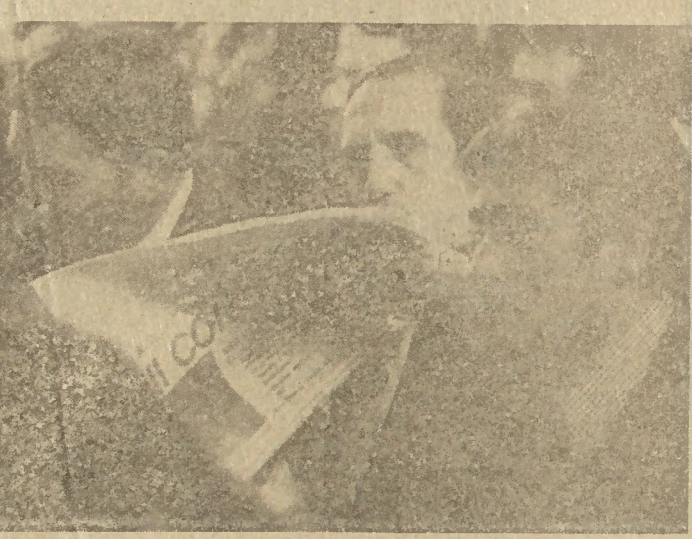
é indispensável aumentarmos as vendas pois há uma série de despesas que se mantêm, faça-se uma tiragem de 100.000 ou de 200.000 exemplares. O nosso Partido não deve ser sobrecarregado com as despesas do «Avante!» e temos todos de fazer um esforço no sentido de fazer do jornal não um encargo mas até uma fonte de receita. É uma recomendação importante: as receitas do «Avante!» devem reverter totalmente para o «Avante!» e sem demoras! É necessário aumentar em muito a venda do «Avante!».

Camaradas, em relação à venda do «Avante!» do Bairro do Mouco, não temos problemas de maior, porque eu vendo só na minha rua, auxiliada pelos meus filhos; mas com um grupo de apoio podíamos vender muitos mais se fizéssemos todo o bairro.

Sendo um bairro onde impera a classe operária, é uma das formas de o «Avante!» chegar a todos os trabalhadores, para assim debaterem os seus problemas mais graves neste momento da nossa Revolução.

A minha venda actua sobremaneira junto das mulheres, que encontram também nas colunas do «Avante!» muitos temas que tratam em especial os problemas que as afectam diariamente na sua condição essencial de mulheres e companheiras, que bem necessitam está a nossa revolução, uma vez que a maioria da população do nosso país são mulheres; e serem elas que sentem mais de perto os grandes problemas que têm que ser resolvidos, com uma revolução a caminho do Socialismo.

Comício no Montijo comemorando o 46.º aniversário do «Avante!» — Intervenção da camarada Hortênsia Pereira Costa, do Bairro do Mouco.



tentando consolidar leitores, criar uma regularidade na aquisição do jornal. Não basta colocar no Centro de Trabalho umas dezenas ou centenas de exemplares e aguardar que as pessoas os vão lá comprar: é preciso levar o «Avante!» para a rua, para as empresas, para as escolas, para os mercados, para os campos, propagandea-lo, divulgá-lo.

Numerosas organizações do Partido têm tomado a iniciativa de criar brigadas de venda nas ruas com resultados fructuosos e extraordinários. É porém necessário ter em conta que este trabalho precisa de ser efectuado com regularidade: não é muito útil fazer numa semana um grande esforço, em toda uma vila vender mais duzentos «Avantes!» e na semana seguinte a venda decair ao que era ou pouco mais.

Uma das formas de dar regularidade ao aumento de vendas conseguido através das brigadas é fazê-las incidir no mesmo local durante semanas consecutivas. É mais produtivo enviar uma brigada de quatro camaradas, todos os

sábados de manhã para um mesmo mercado ou para a porta de uma mesma fábrica do que fazê-las andar cada semana em seu sítio. Veja-se que, neste último caso, mesmo que conseguissem manter o número de exemplares vendidos, não fixariam leitores. No caso contrário, indo durante semanas a fio ao mesmo local, falando com as pessoas, tornando-se conhecido, acabam por se criar condições para que o público se habitue à leitura do jornal e passo a ser ele próprio a adquirir o jornal, permitindo então deslocar a brigada para outro local. Este método tem ainda vantagens sob o ponto de vista de propaganda.

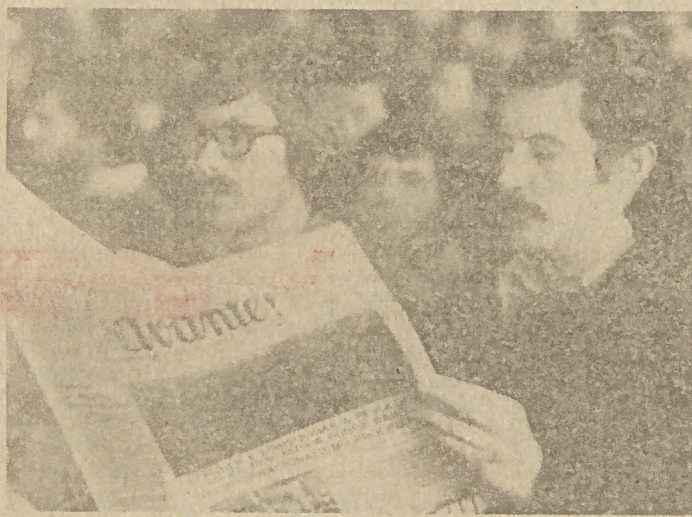
É igualmente necessário fazer propaganda do «Avante!». Colocar à porta dos Centros de Trabalho ou em locais muito frequentados jornais de parede ou cartazes com os assuntos tratados no último número do jornal, montar bancas de venda em locais públicos durante algumas horas que seja, são tudo métodos que o entusiasmo e a dedicação dos militantes podem completar.

• A utilização do «Avante!»

O esforço de venda do «Avante!» tem ainda de ter em conta que o nosso jornal é um órgão de propaganda e de agitação, um organizador colectivo. Vender é fundamental, mas

usá-lo como órgão de propaganda é igualmente importante.

Desde que estudadas com o aparelho central, é perfeitamente possível



Logo após o 25 de Abril de 1974, depois de verificar, que os «Avantes!» destinados ao Centro do Montijo, se amontoavam, resolvi por iniciativa própria, vir sozinha para a rua, vender os «Avantes!» visto que os camaradas existentes na altura não tinham tempo para os vender.

Comecei por vender junto das fábricas e depois avancei com a venda, no mercado municipal, nomeadamente aos sábados. Nesta altura vendia-se os 50 jornais, que eram destinados ao Montijo e não havia sobras.

Nessa altura comecei a sentir a necessidade de alargar a venda do «Avante!» que era uma tarefa, que muito me satisfazia, não só pela necessidade que havia de divulgar, como também o contacto permanente com as pessoas, como a necessidade de fazer alguns esclarecimentos às perguntas que me eram feitas, isto para mim era uma alegria, porque poder fazer em plena liberdade sem que tivesse receio que alguém me pudesse importunar, como fizeram durante longos anos.

Ao vender o «Avante!» pelas portas, entrando nos cafés, e tabernas, travei grandes diálogos com a reacção, sentindo-me então nesses momentos cada vez mais orgulhosa de sair desses diálogos vencedora e não vencida. Chegaram-me até a dizer que não compreendiam porque é que uma operária, andava com um saco de jornais às costas, respondia-lhes que era por ser operária e pertencendo à classe explorada é que vendia o jornal dos operários, e nunca venderia jornais reaccionários ou de fascistas.

Iniciando a venda do «Avante!», comecei por vender, 50, este número em pouco tempo subiu para 100, depois para 200, chegando a ir até aos 400.

Depois de reestruturada e organizada pela Comissão de Informação e Propaganda, avançou-se na criação de brigadas de venda dos jornais, nos bairros do Montijo, tendo por esse motivo sido muito mais facilitada a minha tarefa.

Actualmente tenho como tarefa a distribuição dos jornais aos camaradas responsáveis pela venda dos mesmos nas células das empresas, tendo ficado ainda com a tarefa da venda aos sábados no mercado municipal, sendo no entanto constantemente provocada e até ameaçada fisicamente pelos componentes desse grupelho reaccionário que se chama MRPP.

Quero ainda frisar antes de terminar que sinto uma enorme alegria na venda deste respeitável órgão de informação, formação e de luta, e gostaria que a partir de agora todos os camaradas sentissem a mesma alegria que eu sinto.

Comício no Montijo comemorando o 46.º aniversário do «Avante!» — Intervenção da camarada Adeline Sobral.

organizar «campanhas de promoção» do jornal que envolvam distribuições gratuitas. Há algum tempo, por exemplo, um centro de trabalho organizou a seguinte iniciativa: promoveu uma larga sessão de esclarecimento com base no último número do «Avante!». A sessão compareceram quase duas centenas de pessoas, que receberam um exemplar gratuitamente e a sessão foi toda feita sobre o número do jornal. Discutiram-se os editoriais, foi lida e comentada a informação sobre trabalhadores e política geral, etc. Resultado: fez-se uma sessão virada para aspectos altamente concretos e divulgou-se o «Avante!» como um jornal esclarecedor para os trabalhadores.

Para além de iniciativas deste género é, porém, necessário que em esforços de venda mais intensos as brigadas não se limitem a pesquisar com o jornal debaixo do nariz do eventual comprador... Uma acção de venda do «Avante!» pode facilmente transformar-se num pequeno «meeting» ou numa pequena sessão de esclarecimento em plena rua ou dentro de uma empresa. Fazendo as brigadas deslocarem-se durante semanas a fio a locais idênticos criam-se igualmente condições para que os militantes ganhem confiança junto das massas e cada vez mais possam contactar com elas, abordar os problemas focados. Finalmente, não queríamos deixar de sublinhar a importância de o nosso jornal ser utilizado ainda em mais um aspecto além da agitação e da propaganda: a preparação ideológica e política dos próprios militantes do partido.

Por vezes verifica-se a tendência para utilizar apenas o «Avante!» como instrumento de propaganda ou de recolha de fundos, descuidando o seu papel de formação, de preparação política de todos os militantes.

Constituiu sempre um mérito da distribuição do nosso Partido a discussão em todas as células da Imprensa do Partido e esse trabalho proporcionou sempre aos militantes comunistas uma sólida preparação política e a capacidade de em todas as circunstâncias poder assumir o seu papel de vanguarda face aos problemas populares.

Há que incentivar este trabalho, há que aproveitar todas as oportunidades para «perdermos tempo» no esclarecimento e preparação de todos nós.

Também aqui os melhores métodos serão estudados em concreto pelos camaradas ao nível de cada sector mas, na base da experiência do nosso Partido, por um lado, e dos objectivos que presidem à actual estrutura do «Avante!», sugerimos uma reunião semanal das células dedicada ao «Avante!» ou, pelo menos a inclusão na reunião normal de um ponto sobre ele. Para este trabalho é evidentemente indispensável fomentar junto de todos os militantes a leitura prévia do jornal: a sistematização dos trabalhos na reunião permitirá incentivar e essa leitura assim transformada em tarefa.

No decorrer da reunião poder-se-á sistematizar o trabalho da seguinte forma:

- 1.º Análise e esclarecimento sobre notas da Direcção do Partido (Comité Central, Comissão Política, DOR, etc).
- 2.º Análise e esclarecimento sobre os editoriais;
- 3.º Análise e esclarecimento sobre as informações de política nacional e internacional;
- 4.º Análise e esclarecimentos sobre o noticiário de trabalho do Partido nomeadamente no que se refere a experiências de trabalho;
- 5.º Análise e esclarecimentos sobre o noticiário dedicado aos trabalhadores, igualmente na perspectiva de recolha de experiências.

Esta sistematização permitirá a células debaterem sobre um conjunto de problemas que colocará todos os militantes a par da situação política, das posições do Partido, esclarecerá dúvidas e permitirá a recolha de elementos que inclusivamente devam ser remetidos à redacção do «Avante!».

Deste trabalho resultará igualmente uma crítica que constituirá para nós um poderoso auxiliar de trabalho e um incentivo tanto mais importante quanto significa que o «Avante!» se estará de facto a transformar no órgão de todo o Partido.



Camaradas, a venda do «Avante!» na Mundet, é uma das formas da classe operária estar cada vez mais organizada na luta diária da nossa empresa.

É importante camaradas a venda do «Avante!» nesta empresa, pois a quase totalidade da sua produção, é comprada pelos grandes países socialistas. Não é por acaso que eu destaco o «Avante!», dentro desta fábrica.

Pois aquando da intervenção estatal, o «Avante!» acompanhou-nos e guiou-nos na nossa luta; e é devido ao grande prestígio que o «Avante!» tem nos cidadãos países socialistas, e em especial na grande Pátria de Lenine, a União Soviética, que se avançou na produção para os países socialistas. São os países socialistas, a razão da existência neste momento dos nossos postos de trabalho.

O «Avante!» dentro desta fábrica e de muitas deste país, é o divulgador das realidades dos países socialistas, onde a exploração do homem pelo homem acabou de facto e de uma vez para sempre.

É destes exemplos do internacionalismo Proletário, que as pessoas têm conhecimento no «Avante!».

Pensamos que com uma equipa de apoio mais alargada, dentro da empresa há possibilidades de aumentar a venda.

Comício no Montijo comemorando o 46.º aniversário do «Avante!» — Intervenção da camarada Adelino Torcato, da célula de Mundet.

A minha intervenção resume-se a três pontos: 1.º Através da camarada Olívia começou-se por vender 42 «Avantes!» no bairro do Afonsoeiro, Bela Vista e Alto das Vinhas Grandes; como a tarefa era demasiado pesada para a referida camarada que a desempenhou com bastante mérito, a Comissão de Informação e Propaganda pensou em formar, e bem, uma comissão de venda para cada bairro; assim através dessa mesma Comissão da qual eu próprio fazia parte referente ao Afonsoeiro, começámos por vender 50 «Avantes!» o que foi aumentando gradualmente chegando ao ponto de hoje venderem-se 110 «Avantes!» com perspectivas para aumentar.

2.º Da maneira como é recebido o «Avante!» no nosso bairro. Neste aspecto nenhum problema há a assinalar pois até agora nenhuma divergência surgiu. Os habitantes do nosso bairro recebem o nosso jornal com o maior respeito possível, atrevo-me a acrescentar com mais alegria do que qualquer outro; isto sucede com a maioria dos habitantes do bairro, nisto evidencio a evolução que o nosso Partido vem a ter dentro do referido bairro.

3.º A maneira como actua as camaradas que fazem parte da venda do «Avante!», neste aspecto também pouco há a frisar, pois o apoio dos camaradas atrevo-me a dizer tem sido fora-de-série; nunca há inconvenientes, temos que fazer a venda e faz-se mesmo, ninguém foge às responsabilidades da tarefa. Em suma, a tarefa é desempenhada impocavelmente. Fazem parte desta comissão de venda oito camaradas.

Comício no Montijo comemorando o 46.º aniversário do «Avante!» — Intervenção da camarada Mário Carvelho, do Bairro do Afonsoeiro.

ESTES OITO SECULOS DE HISTÓRIA

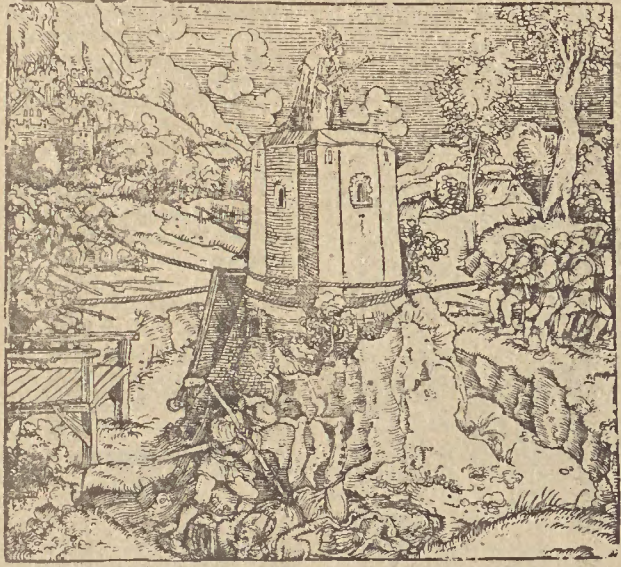
Iberos, celtas e celtiberos. Fenícios, gregos e cartagineses. Vândalos, alanos e suevos. D. Afonso Henriques, Egas Moniz e Nuno Álvares Pereira. D. Leonor e as misericórdias. A epopeia dos descobrimentos e Afonso de Albuquerque. A Restauração e o Palácio da Mocidade Portuguesa que era de D. Antão Vaz de Almada que foi ali ao Terreiro do Paço tirar um rei e pôr outro. Os heróis, a raça, os descobrimentos, as caravelas.

Mas afinal, que se passa?! Será que oito séculos de história de Portugal são a propriedade do fascismo que estas palavras fazem recordar?

Será que os celtas de que falavam os compêndios de história, será que o Afonso Henriques de que falavam os presidentes das câmaras quando recebiam Tomás ou Carmona, será que os descobrimentos que defendiam na propaganda fascista os "Niassas" e "Príncipes Perfeitos" carregados de jovens para irem morrer na guerra colonial são tudo o que ficou ao nosso povo de oitocentos anos de vida, será que nos escombros do fascismo e da ditadura há que enterrar a experiência da história, a luta e a vida de um povo? Que na tumba sombria dos monopólios e latifúndios vamos sepultar as alegrias e tristezas dos que pisaram estas terras, as vitórias e derrotas dos que defrontaram e venceram a vida e a morte?

Há, de facto, que decidir se depois de termos desalojado os Melos da CUF, os Campalimauds da Siderurgia, os Felix Mira e os Pessanhas dos latifúndios vamos deixar que eles todos em conjunto continuem a ser donos da nossa história!

E trata-se de um problema que parece teórico, que parece pouco importante, mas que não é.



A vida de um povo e de um país é feita ao longo dos anos, ao longo das vidas dos homens, mulheres, dos jovens e dos velhos que fazem e vivem essa história. A História, aquela que nos compêndios e nos livros vem com um grande, com um enorme H é afinal o resumo da nossa experiência colectiva, tão importante para o que como povo, como sociedade fazemos, como importante é para o que cada um de nós faz o que com os que o rodeiam aprende.

Por isso mesmo o fascismo pretendeu dizer que ele, o regime de exploração e opressão, o regime do terror e de violência era a expressão e o fruto da nossa história, dos tais oito séculos que Portugal conta de vida como sociedade, como país.

E tinha razão. O fascismo tinha efectivamente raízes profundas na história do Povo português, não surgiu por acaso, não brotou do nada, contava com experiências, contava com um passado.

O problema que se põe é saber se esse passado, se essa experiência em que se entroncava a propaganda do SN1, essas frases feitas dos discursos fascistas eram mentira porque não haviam existido, ou eram mentira por ser apenas uma parte da verdade — uma parte da História.

A história de um povo é a história da luta de classes. É a história da luta do homem pelo domínio da Natureza e dos reflexos que essa luta tem na sociedade, na vida, no trabalho, na produção.

Em cada etapa histórica (vamos estudar para sabê-lo a sério!) se criam opressores e oprimidos até à data luminosa em que o homem cria condições para engrir o socialismo. Cada etapa histórica, em cada canto da terra, em cada país, o presente e o futuro se faz entre as forças do progresso e as do passado, entre as forças da exploração e as do trabalho.

O fascismo teve antepassados nos oito séculos de história de Portugal. O Povo português, a democracia, a liberdade, o socialismo, o futuro também os tem.

E há que escolher. Vamos envergonhar-nos porque este Portugal em que nascemos fez os descobrimentos de que o fascismo fez a guerra colonial? Vamos envergonhar-nos porque este Portugal se fez neste pequeno território porque hoje se diz que temos de mendigar empréstimos ao imperialismo? Vamos envergonhar-nos porque este Portugal teve a Inquisição que hoje justifica que o dr. Cardia faça obscurantismo porque existem analfabetos?

Vamos aceitar essa soez propaganda da reacção que diz que os comunistas são "vende pátrias" quando eles se vendem a si próprios e querem levar a pátria na carteira para negociarem? Vamos aceitar que eles digam que podem oprimir porque a Inquisição oprimiu e isso é da história? Vamos deixar que um general de opereta, Kaulza com K ou sem ela, pretenda que pode invocar Herculano e armar-se em "Lidador" para dizer a Freitas do Amaral "Diogo, traz-me a toledana que há operários no Rossio?"

Não! Não vamos, e não apenas porque não queremos, porque a força da classe operária assim o determina, porque a força do nosso querer e da nossa organização pode contra tudo isso bater-se e triunfar.

É preciso que se saiba, é preciso que saibamos, é preciso que o saibamos tanto que o usemos, que a História de oito séculos de História não é do fascismo, mas do povo. É preciso que tenhamos a nítida e clara consciência, os que fazem a história e os que a escrevem, os que lutam a história e os que a cantam, os que vivem Portugal e são portugueses que em cada canto, em cada ano, em cada linha, em cada dia da história portuguesa há um explorador que vive e um explorado que luta, que em cada linha dessa história dos compêndios há lições para aprender, porque há uma exploração para compreender e combater e uma luta para aprender e prosseguir.

Significa isto que vamos ignorar tudo o que o fascismo, o que os Ministerios da Educação dos Pachecos que fizeram a MP, dos Saraivas que fizeram os "gorilas" da universidade ou dos Simões que (coitados...) inventaram o "caetanismo" quiseram ensinar aos portugueses, esses tais oito séculos

cheios de elogios e heróis, cheios de "exemplos" e nomes de ruas?

Nem sequer é preciso!

O que é preciso é compreender. O que é preciso é ser português, o que é preciso é ser povo, o que é preciso é ser revolucionário. O que é preciso é compreender (e sentir também é compreender) aquela coisa tão simples que se disse em 74: é que Portugal, o nosso Portugal se reencontrara com os cravos dos soldados e dos capitães de Abril,

os tais homens feitos de aço temperado com a tristeza que envolveram num abraço toda história portuguesa.

Essa história tão bonita e depois tão maltratada por quem herdou a desdita da história colonizada.

Dai ao povo o que é do povo pois o mar não tem patrões — Não havia estado novo nos poemas de Camões.

Há de facto nas coisas simples uma simplicidade que é preciso tornar clara. E é simples que o povo é o povo e é sempre o povo. E que o fascismo oprime o povo, e que a lei das sesmarias oprimiu o povo, e que Nuno Álvares Pereira (imagine-se!) foi ao Alentejo oprimir o povo. E que o povo foi nas caravelas e (imagine-se também!) Camões o cantou bem lá no fundo, sem pelouros e lanças de conquista, mas amando livre nos versos proibidos do nono canto dos Lusíadas. Que esse povo morreu de escorbuto e foi ao Brasil, que esse povo morreu nas polés da Inquisição e se revoltou contra os Filipes em Évora. Que esse povo se ergueu contra Beresford e depois da Maria da Fonte foi traído em Gramido pela aliança da coroa com o imperialismo estrangeiro. Que ainda esse povo regateou espingardas aos doutores do directório republicano tal como Eanes Penedo lançara a sua espada de homem do povo sobre as hesitações dos burgueses de 1383. Que esse povo fez uma República caída nas contradições e tibezias da burguesia, e que continuou na luta, e que lutou, fez um país, fez a luta de classes, que dele nasceu uma classe de vanguarda, e que lutou contra o fascismo — e que fez uma revolução que aqui está.

Há que começar de uma vez por todas a explicar a essa escória de pseudo-portugueses que ordinariamente se embandeiraram com o que de pior resta da nossa história que, de facto, o que existe em Portugal não foram eles que fizeram, foi bem pelo contrário feito contra eles.

Porque, afinal, mesmo o fascismo que quis lançar as suas raízes de parasita no tronco e nos ramos da árvore de um povo plantado neste Portugal teve de reconhecer, teve de usar e divulgar as raízes e os ramos. Há que ver apenas de quem descendemos — se das hastes murchas e caídas, se das que floriram mesmo quando cortadas ou tolhidas.

Na realidade, o fascismo explicou que os descobrimentos nasceram no aristocrata Henrique perdido na ponta de Sagres. Foi ele que foi nas caravelas? E os que foram nas caravelas levavam só aquelas aguerridas espadas para combaterem o conhecimento de que iam afinal à procura? Ou bem pelo contrário, desenhavam um desejo bem mais profundo de conhecer e de contactar que aos tais compêndios do fascismo se resume a pobres linhas (tão fortes que apesar de tudo lá estão!) que dizem que antes dos Albuquerque e dos Castros irem de bombardas à Índia, Bartolomeu Dias defrontou as incertezas científicas das rotas, as dificuldades naturais das correntes e das costas — e as venceu?

E quando aqueles "conjurados de 40" (que faziam as delicias do fascismo — porque eram poucos...) se reuniram para derrubar os Filipes e "restaurarem" Portugal contra as hesitações de um duque de Bragança que necessitou que a mulher lhe dissesse que queria ser rainha para que ele se dispusesse a ser rei (versão do ministério cujos directores gerais o dr. Cardia quer manter) diziamos, quando os tais conjurados desceram ao Paço para encontrarem o seu familiar Miguel de Vasconcelos, pois sucede que o povo em Évora, o povo na Ericeira, o povo em Lisboa, o povo até na Ilha Terceira dissera já, e pagara-o com vidas e sangue que Portugal devia ser independente e o queria ser.

E depois...

E depois foi o Pombal, foi o terramoto e para a história do fascismo um terramoto é uma coisa verdadeiramente decisiva na história deste país. Pobre historia fascista que precisa de um acidente de um tremor de terra para tentar iludir um tremor, um abalo, uma verdade povo!

E invasões francesas, e um povo em armas, e uma ocupação inglesa, e um rei que foge para o Brasil, e uma Carta Constitucional, e uma Constituição — e uma guerra civil que para o fascismo não existiu.

E se a adulteração era grande, aqui começou a ser monstruosa. Dessos compêndios, por exemplo, o que ficou de Herculano? A fuga para Vale de Lobos! As contradições, a capitulação! E Mouzinho da Silveira, e José Estevão, e os levantamentos de Lisboa e do Porto, e depois a Maria da Fonte, e esse exemplo da traição ao povo dos Cabrais?

Dessas lições, dessas experiências — dessa História, pois dessa nossa história não quis o fascismo que nós soubéssemos. Mas ela é nossa, tão certa como a vitória.

E assim, passeando em palavras por uma coisa tão grande e tão digna, tão necessária e tão presente quanto é o viver de nossos país — de nossos país de um povo — vemos quanto ainda há também a fazer nesta revolução, ganhando o que é o futuro e expulsando do nosso orgulhoso



passado os perigosos fósseis que também com ela querem destruir o que a nossa Revolução conquistou.

Há coisas que temos de aprender e são às vezes tão simples. Há que saber que o secretário geral do PCP, há que saber que Alvaro Cunhal escreveu um livro — sobre a história de Portugal no século XIV!

E que nesse livro se escreve que a burguesia do nosso tempo, como classe dominante e decadente, como classe privilegiada ameaçada por um movimento revolucionário das massas trabalhadoras, rejeita as tradições revolucionárias dos burgueses do século XIV e torna-se herdeira das tradições dos nobres traidores de então. Hoje o herdeiro das tradições revolucionárias da burguesia não é a burguesia mas o proletariado. A burguesia representa nos nossos dias o que a nobreza representava nessa época: a classe dominante, exploradora, e parasitária, capaz de vender a independência do país em troca do auxílio estrangeiro para se manter no poder.

Há que saber — e saber usando — que a História de Portugal vive e sabe-se não dos historiadores patetas do fascismo das fitas das inaugurações, mas de homens que se afirmaram, mesmo nas suas limitações, contra o fascismo e se afirmaram para o futuro na sua mão com que apertaram a que a classe operária e o seu partido lhes estenderam.

A história de um país não se faz com os que morrem sossobrados nas cinzas das classes derrotadas — faz-se com os que assumem corajosamente a história, aprendem cientificamente a experiência, atalham decidida e laboriosamente pelo caminho que traça as linhas com que o futuro se constrói.

É na luta da classe operária, na luta do seu grande partido nacional de vanguarda, do Partido Comunista Português que se espelham as tradições gloriosas da luta do nosso Povo, da independência da Pátria, do combate pela liberdade e pelo progresso, não nos sinistros herdeiros do fascismo que pretendem continuar nos seus sórdidos pasquins a exploração da história de um povo que já não podem como dantes explorar.

O fascismo foi derrubado.

Lutámos por isso! Nacionalizámos as vossas empresas vendidas ao imperialismo, ocupámos os vossos latifúndios explorados pela ociosidade, derrotámos as vossas polícias apodrecidas nas lições nazis.

Conquistámos a nossa vida. Conquistámos-vos a nossa história.

A luta continua.



Tomar partido

**Tomar partido é irmos à raiz
do campo aceso da fraternidade
pois a razão dos pobres não se diz
mas conquista-se a golpes de vontade.**

**Cantaremos a força dum país
que pode ser a Pátria da verdade
e a palavra mais alta que se diz
é a linda palavra liberdade.**

**Tomar partido é sermos como somos
é tirarmos de tudo quanto fomos
um exemplo um pássaro uma flor**

**tomar partido é ter inteligência
é sabermos em alma e consciência
que o Partido que temos é melhor.**

José Carlos Ary dos Santos

15/Fevereiro/1977

Textos de Lénine sobre Portugal

Mais de um século voivido sobre os seus primeiros desenvolvimentos, o marxismo, mais tarde enriquecido com a contribuição decisiva de Lénine, conserva toda a sua actualidade. Isto deve-se fundamentalmente ao facto de o marxismo não ser uma soma de ideias dispersas mas sim uma ciência que, como qualquer ciência, parte de um certo número de "pedras angulares" (como dizia Lénine) e se desenvolve, progride e aperfeiçoa no constante e enriquecedor confronto com a realidade em movimento.

O melhor e mais acabado exemplo do marxismo criador reside precisamente na obra teórica e na actividade prática do fundador do Estado soviético. Lénine, ao mesmo tempo que defendeu intransigentemente os princípios fundamentais da doutrina Marx e Engels, manifestou a constante preocupação de os corrigir e adaptar, segundo as exigências impostas pela evolução económica e social, dando provas de uma inigualável e genial audácia criadora.

Uma das fundamentais contribuições do leninismo diz respeito à teoria da revolução socialista mundial. A esta teoria chegou Lénine baseando-se numa profunda análise do sistema capitalista, o que o levou à definição do imperialismo como o estágio supremo e último do capitalismo, ao mesmo tempo gerador das condições objectivas que permitiam a passagem a uma forma superior de sociedade através da revolução socialista.

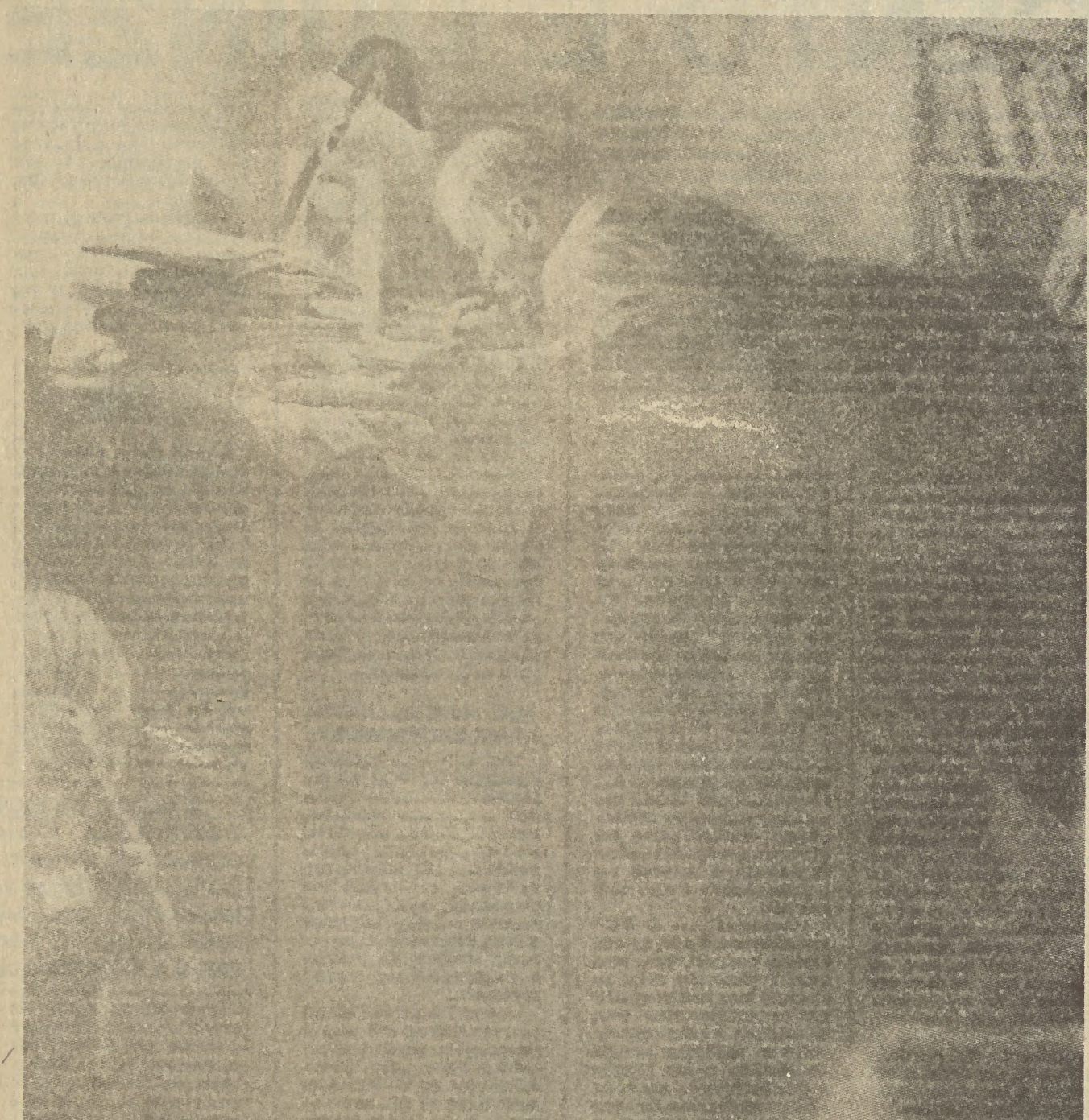
A riqueza da análise leninista fundava as suas raízes numa visão global, rigorosamente orgânica e dialéctica, da sociedade do seu tempo. O leitor de Lénine sobressalta-se na permanente surpresa da descoberta de exemplos concretos

da realidade política, económica e social das mais diferentes latitudes, das mais longínquas paragens.

Os textos de Lénine sobre Portugal que hoje divulgamos constituem uma prova do que dissemos. São breves parágrafos, extraídos de diferentes livros e artigos, introduzidos por Lénine na sua argumentação como elementos exemplificativos e valorativos das suas teses.

Trata-se, nuns casos, da constatação de que (e citamos Lénine, na sua obra *O imperialismo, estágio supremo do capitalismo*) "a época do capitalismo moderno nos mostra que se estabelecem entre os grupos capitalistas certas relações *baseadas* sobre a partilha económica do mundo e que, paralela e consequentemente, se estabelecem entre os grupos políticos, entre os Estados, relações baseadas sobre a partilha territorial do mundo, sobre a luta pelas colónias, a "luta pelos territórios económicos" (textos I e II). Trata-se noutros casos, por um lado, de notar as diferenças entre as revoluções lideradas pela pequena-burguesia e aquelas em que o proletariado e as massas populares participam activamente nas transformações sociais e nelas deixam a sua marca; por outro lado, de chamar a atenção para o facto de que, naquela época, e em determinadas circunstâncias, os ideais republicanos constituíam uma importante componente da luta popular pelo progresso social e pela democracia.

Acrescente-se que os textos de Lénine agora reproduzidos já tinham sido editados em português, num pequeno opúsculo das Edições "Avante!" com a data de 1970 — ainda no tempo da ditadura, portanto — enquadrado nas comemorações do Centenário do nascimento de Lénine.



mesmíssima razão já tinha estado em Belgrado e podia considerar-se um correspondente especial de casos de regicídio".

De facto, o que aconteceu ao rei de Portugal é um verdadeiro «acidente profissional» dos reis. Não é de admirar que haja correspondentes especializados na discrição dos «fracassos» profissionais de Suas Majestades.

Mas, por muito forte que em tais correspondentes seja o sensacionalismo barato e vulgar, a verdade apesar disso abre por vezes o seu caminho. «Um comerciante residente na zona comercial mais animada», contou ao correspondente do «Jornal de Frankfurt» o seguinte:

«Logo que tomei conhecimento do ocorrido,icei uma bandeira a meia haste. Depressa começaram a aparecer fraguês e conhecidos, perguntando-me se eu estava maluco e pretendia perder completamente os meus amigos. Perguntei-lhes se era possível que ninguém tivesse um sentimento de compaixão. Meu caro senhor, você não acreditaria as respostas que me deram! E retirei a bandeira».

Comentando isto, o correspondente liberal escreve:

«Um povo, por sua natureza tão bom e afável como é o português, passou como é evidente por uma má escola para aprender a odiar tão implacavelmente, mesmo após a morte. E se isto é verdade — e sem dúvida o é e calando-o eu falsificaria a verdade histórica — se não são apenas tais manifestações silenciosas que julgam a vítima coroadada, a cada passo se ouvem palavras injuriosas, mesmo da «gente ordeira» dirigida ao morto, sente-se necessidade de estudar a rara conjugação de circunstâncias que tornaram a tal ponto anormal a psicologia dum povo. Porque um povo que nem sequer reconhece à morte o seu antigo e sagrado direito de expliar todos os pecados terrenos, um tal povo, ou está já moralmente degenerado, ou então têm de existir condições que engendrem o imenso sentimento de ódio, que obscurece uma clara e justa apreciação.»

O liberais hipócritas! Porque não denunciaram como degenerados morais aqueles eruditos e escritores franceses, que até hoje odeiam e injuriam raivosamente, não só os homens que fizeram a Comuna de 1871, mas mesmo os que fizeram 1793? Não são os lutadores da revolução proletária, mas mesmo os da revolução burguesa? O que os lacaio «democráticos» da burguesia actual consideram «normal» e «moral» é que um povo suporte «bondosamente» toda a espécie de ultrages, infâmias e atrocidades de aventureiros coroados.

Doutra forma, continua o correspondente, (isto é, doutra forma que não por motivo de condições excepcionais), «não se pode perceber o facto de que já hoje um jornal monárquico fale das vítimas inocentes do povo, quase com mais pena do que do rei. Vê-se já claramente como se começa a formar uma lenda que cobre os assassinos com uma auréola de glória. Embora em quase todos os casos de atentados, os partidos políticos se apressam a dissociar-se dos assassinos, os republicanos portugueses orgulham-se abertamente de que «os mártires e heróis de 1 de Fevereiro» vieram das suas fileiras».

O democrata burguês leva o seu zelo ao ponto de descrever como «lenda revolucionária» o respeito dos cidadãos portugueses pelos homens que se sacrificaram para fazer desaparecer um rei que tinha escarnecido da Constituição!

O correspondente de um outro jornal burguês, o «Corriere della Sera» de Milão, refere a ferocidade da censura portuguesa após o regicídio. — Telegramas não podem ser enviados. Os ministros e os reis não se caracterizam por essa «bondade» que os honestos burgueses tanto gostam de ver nas massas populares! Se há guerra, então como na guerra — pensam com razão os aventureiros portugueses, que ocuparam o lugar do rei assassinado. As comunicações tornaram-se mais difíceis que em tempo de guerra. As informações têm de ser enviadas por via indirecta, primeiro pelo correio para Paris (talvez para qualquer endereço particular) e daí transmitidas para Milão. «Nem mesmo na Rússia durante os mais violentos períodos revolucionários», escreve a 7 de Fevereiro o correspondente, «a censura foi alguma vez tão raivosa como agora em Portugal».

«Alguns jornais republicanos», informa o mesmo correspondente a 9 de Fevereiro «escrevem hoje (data do funeral do rei) em termos que não ousa repetir num telegrama». Numa notícia datada de 8 de Fevereiro, que chegou ao seu destino depois da anterior, é citado o comentário do jornal «O País» sobre as cerimónias fúnebres:

«Levaram os restos mortais de dois reis — cinzas inúteis duma monarquia que cal em ruínas, que as tem

aguentado pela traição e por privilégios e que com os seus crimes cobriu de lama dois séculos da nossa história».

«É claro que se trata dum jornal republicano», acrescenta o correspondente, «mas não é um facto eloquente a publicação dum artigo com tais palavras no dia do funeral do rei?»

Pela nossa parte, apenas acrescentaremos que lamentamos uma só coisa: que o movimento republicano em Portugal não tenha ajustado contas com todos os aventureiros duma maneira suficientemente resoluta e aberta. Lamentamos que, no caso do rei de Portugal, seja ainda visível um terror de conjurados, por isso impoente, que pela sua própria essência não consegue alcançar os seus objectivos, e bem inferior, a esse terror genuíno, popular, verdadeiramente regenerador, pela qual a grande Revolução Francesa se tornou famosa. Possivelmente o movimento republicano em Portugal subirá ainda mais alto. A simpatia do proletariado socialista estará sempre ao lado dos republicanos contra a monarquia. Mas o que se conseguiu até agora em Portugal foi **aterrorizar** a monarquia pelo assassinato de dois monarcas, e não **destruir** a monarquia.

Os socialistas de todos os parlamentos europeus expressaram, uns como soberam, outros como puderam, a sua simpatia para com o povo português e os republicanos portugueses, a sua aversão pelas classes governantes, cujos porta-vozes condenaram o assassinato do aventureiro e expressaram a sua simpatia para com os seus sucessores. Alguns socialistas expuseram abertamente os seus pontos de vista nos parlamentos, outros abandonaram a sala quando se faziam declarações de simpatia para com a «vítima» — a monarquia. No parlamento belga, Vandervelde escolheu o caminho «intermédio» — o pior caminho — pronunciando dificilmente uma frase em que prestava homenagem a «todos os mortos», isto é ao rei e aqueles que o mataram. Esperamos que Vandervelde seja um caso único entre os socialistas do mundo.

A tradição republicana tem enfraquecido consideravelmente entre os socialistas da Europa. Isto é compreensível e até certo ponto justificável, na medida em que a iminência da revolução socialista tira a importância prática à luta pela república burguesa. Frequentemente, porém, o afrouxamento da propaganda republicana significa, não um vigoroso esforço para a vitória completa do proletariado, mas uma débil consciência das tarefas revolucionárias do proletariado em geral. Não foi sem razão que Engels, criticando em 1891 o projecto do programa de Erfurt, chamou com a maior energia a atenção dos operários alemães para a importância da luta pela república, e para a possibilidade de que tal luta também na Alemanha se inscrevesse na ordem do dia.

Para nós, na Rússia, a luta pela república tem um significado prático imediato. Apenas os mais desprezíveis oportunistas pequeno-burgueses, como os «N.S.» (3) ou o «S.D.» (4) Malichevski, poderiam concluir, da experiência da revolução russa, que na Rússia a luta pela república é relegada para segundo plano. Pelo contrário, precisamente a experiência da nossa revolução provou que na Rússia a luta pela abolição da monarquia está inseparavelmente ligada à luta pela terra para os camponeses, à luta pela liberdade para todo o povo. Precisamente a experiência da nossa contra-revolução mostrou que a luta pela liberdade, se não atinge a monarquia, deixa de ser uma luta, é apenas cobardia e indecisão pequeno-burguesa, ou simplesmente um logro do povo pelos carreiristas do parlamentarismo burguês.

(«O caso do rei de Portugal», 19.2.1908, O.C., vol. 13, ed. russa, p. 432-436; ed. ingl. p. 470-474)

NOTAS

1) — «Cem-Negros» — bndos criados pela policia tsarista para atacarem e assassinarem revolucionários e intelectuais progressistas e organizarem chacinhas de judeus.

2) — D. Carlos, rei da Portugal, morto com o príncipe herdeiro, no atentado de 1 de Fevereiro de 1908. Os autores, Buiça e Costa, foram mortos (pela guarda do rei).

(«O regicídio verificou-se a 1 de Fevereiro desse ano e no dia 16 de Fevereiro 80000 pessoas desfilaram pelos covais de Buiça e Costa em homenagem a estes mártires da República.» — Lopes de Oliveira, «História da República Portuguesa».)

3) — N.S. Narodnik-sotsialisti, «socialistas-populistas».

4) — S.D., Social-democrata

1. PORTUGAL — independência política, dependência económica e diplomática

Falando-se da política colonial da época do imperialismo capitalista, é necessário notar que o capital financeiro e a política internacional, que lhe corresponde e não é mais que a luta das grandes potências pela partilha económica e política do mundo, criam toda uma série de formas transitórias de dependência estatal. Não são típicos desta época apenas os dois principais grupos de países: os possesores de colónias e as colónias, mas ainda formas variadas de países dependentes, que, nominalmente, gosam de independência política, mas que, na realidade, estão presos nas malhas da dependência financeira e diplomática. Já antes mostramos uma dessas formas — as semicolónias. Modelo de outra é, por exemplo, a Argentina. (...)

Portugal oferece-nos o exemplo duma forma um pouco diferente da dependência financeira e diplomática com independência política. Portugal é um Estado soberano e independente, mas, de facto, há já mais de duzentos anos, desde a guerra da sucessão de Espanha (1701-1714), encontra-se sob protectorado britânico. A Inglaterra defendeu Portugal e as possessões coloniais portuguesas para fortalecer as suas próprias posições na luta contra os seus adversários, a Espanha e a França. Recebeu, em troca, vantagens comerciais, melhores condições para as suas exportações de mercadorias e sobretudo de capitais para Portugal e colónias, a possibilidade de utilizar os portos e as ilhas de Portugal, os cabos telegráficos, etc.

Tal tipo de relações sempre existiu entre pequenos e grandes Estados, mas, na época do imperialismo capitalista, torna-se um sistema geral, faz parte integrante do conjunto das relações que regulam a «partilha do mundo», transforma-se num elo da cadeia de operações do capital financeiro mundial.

(«O imperialismo, estágio supremo do capitalismo». Escrito em 1916, publicado em 1917. «Obras Completas», vol. 22, 4.ª edição russa, p. 250-251; ed. fr. p. 284-285)

O grande capital financeiro dum país pode sempre eliminar os seus concorrentes, mesmo de um país estrangeiro politicamente independente, e fá-lo sempre. Economicamente isto é perfeitamente realizável. A «anexação» económica é perfeitamente «realizável» sem anexação política e constantemente a encontramos. Nos escritos sobre o imperialismo, temos a cada passo que, por exemplo, a Argentina é de facto uma «colónia comercial» da Inglaterra, que Portugal é de facto «vassalo» da Inglaterra, etc. É exacto: a dependência económica em relação aos bancos ingleses, e endividamento para com a Inglaterra, o agambarcameno pela Inglaterra das vias, férreas locais, das minas, das terras, etc. — tudo isto faz destes países «anexações» da Inglaterra no ponto de vista económico, sem que tenha havido violação da sua independência política.

(«Uma cancelatura do marxismo, a propósito do «Economismo imperialista». Escrito em 1916. Publicado em 1924. O.C., vol. 23, ed. russa, p. 32; ed. fr. p. 46)

...fenómeno original da política imperialista: por um lado, a guerra imperialista actual mostra-nos exemplos da forma como se consegue, pela força dos laços financeiros e dos interesses económicos, arrastar um pequeno estado politicamente independente para a luta entre as grandes potências (Inglaterra e Portugal). Por outro lado, a violação do democratismo em relação a pequenas nações, ainda muito mais impotentes (económica e politicamente) contra os seus «protectores» imperialistas, provoca, seja a insurreição (Irlanda), seja a passagem para o inimigo de regimentos inteiros (os checos). Numa tal situação, não só é «realizável», do ponto de vista do capital financeiro, mas **por vezes directamente vantajoso** para os monopólios, para a sua política imperialista, para a sua guerra imperialista, dar a maior liberdade democrática possível, mesmo a independência estatal, a tal ou tal pequena nação, a fim de não correr o risco de prejudicar «as suas» operações militares.

(Ibidem, ed. russa, p. 39; ed. fr. p. 54)

2. Colónias portuguesas

Na sua obra sobre o imperialismo, Hobson distingue o período de 1884-1900 pela intensa «expansão» (alargamento do território) dos principais Estados europeus. Segundo os seus cálculos, a Inglaterra adquiriu, durante este período, um território de 3,7 milhões de milhas quadradas, com uma população de 57 milhões de habitantes; a França, 3,6 milhões de milhas quadradas com 36,5 milhões de habitantes; a Alemanha, 1 milhão de milhas quadradas com 14,7 milhões; a Bélgica 900000 milhas quadradas com 30 milhões; Portugal 800 milhas quadradas com 9 milhões. A caça às colónias levada a cabo por todos os Estados capitalistas nos fins do século XIX, e sobretudo depois de 1880, é um facto

universalmente conhecido na história da diplomacia e da política externa.

(«O imperialismo, estágio supremo do capitalismo», O.C. vol. 22, ed. russa, p. 243; ed. fr. p. 276)

A Rússia esteve a um triz da guerra com a Inglaterra por causa da competição imperialista das duas potências para a partilha da presa na Ásia Central! Negociações tiveram lugar entre a Inglaterra e a Alemanha acerca duma aliança contra a Rússia em 1898, tendo então a Inglaterra e a Alemanha combinado secretamente repartir entre si as colónias de Portugal «no caso de» este não cumprir os seus compromissos financeiros!

(«Pacifismo burguês e pacifismo socialista», 1.1.1917. O.C. vol. 23, ed. russa, p. 168; ed. fr. p. 197)

Se outrora, pelo direito do mais forte, a Inglaterra extorquiu terras à Holanda, a Portugal, etc, hoje a Alemanha entrou em cena e declarou: É a minha vez de me enriquecer à custa d'outrem.

(«Discurso pronunciado no meeting do Museu Politénico», 23 de Agosto de 1918. O.C. vol. 28; ed. russa p. 62; ed. fr. p. 79)

3. A Revolução de 5 de Outubro de 1910

...Merece uma atenção particular a observação extraordinária profunda de Marx de que a destruição da máquina burocrático-militar do Estado é «a condição prévia de toda a revolução realmente popular». Esta noção de revolução «popular» parece surpreendente na boca de Marx; e, na Rússia, os adeptos de Plekhanov e os mencheviques, estes discípulos de Struve que pretendem passar por marxistas, seriam capazes de classificar uma tal expressão em Marx como um «lapso». Reduziram o marxismo a uma deformação tão miseravelmente liberal que, fora antítese revolução burguesa e revolução proletária, nada existe para eles (...)

Se se tomam, como exemplo, as revoluções do século XX, temos de reconhecer que as revoluções portuguesa e turca são burguesas. Mas nem uma nem outra são «populares», uma vez que a massa do povo, a sua imensa maioria, não interveio duma maneira activa, independente, com as suas reivindicações económicas e políticas próprias, nem numa nem noutra destas revoluções. Pelo contrário, a revolução burguesa russa de 1905-1907, sem ter alcançado sucessos tão «deslumbrantes» como aqueles que couberam às revoluções portuguesa e turca, foi sem dúvida uma revolução «realmente popular», porque a massa do povo, a sua maioria, as mais profundas camadas sociais «inferiores» esmagadas pela opressão e a exploração, se levantaram por sua iniciativa e deixaram em toda a marcha da revolução a marca das suas reivindicações, das suas tentativas de construir à sua maneira uma sociedade nova em lugar da antiga em via de destruição.

(«O Estado e a Revolução», 1917. O.C. vol. 25, ed. russa, p. 388; ed. fr. p. 450)

O exemplo da Grécia parece «desmentir» o direito das nações à livre determinação. Mas, se se quiser reflectir, analisar, considerar, e não deixar-se ensurdecer pelo barulho das palavras, nem deixar-se intimidar pelo peso das horríveis impressões da guerra, — este exemplo não é mais sério nem mais convincente do que fazer pouco da república sob pretexto de que as mais democráticas das repúblicas «democráticas», não só a França, mas também os Estados Unidos, Portugal e a Suíça, instauraram e instauram, no decurso desta guerra, precisamente o mesmo poder arbitrário da camarilha militar, tal como a Rússia.

É um facto que a guerra imperialista apaga a diferença entre república e monarquia, mas deduzir daí que é necessário rejeitar a república ou, pelo menos adoptar uma atitude de desprezo para com ela, é deixar-se intimidar pela guerra, é deixar esmagar, o próprio pensamento pelos horrores da guerra.

(«Resposta a P. Kievski (I. Piatakov)» 1916. O.C. vol. 23, ed. russa, p. 11; ed. fr. p. 21-22)

4. O regicídio. O caso do rei de Portugal

A imprensa burguesa, mesmo da tendência mais liberal e «democrática», não dispensa uma moral própria dos cem-negros (1), quando fala do assassinato do aventureiro português (2).

Tomemos, por exemplo, o correspondente especial de um dos melhores jornais democrato-burgueses da Europa — o «Jornal de Frankfurt». Começa a sua história descrevendo de forma semi-humorística como o bando de correspondentes, caindo sobre a presa, se lançaram para Lisboa logo que foi recebida a sensacional notícia. «Partilhei um compartimento do vago-cama», escreve este senhor, «com um conhecido jornalista de Londres, que começou a gabar-se da sua experiência. Pela

CENTO E QUINZE MIL CAMARADAS CENTO E QUINZE MIL MILITANTES!

Com um efectivo de 115 mil membros, em Setembro findo, segundo números divulgados pelo 8.º balanço geral da organização, o PCP tem vindo a aumentar o total dos seus militantes distribuídos por mais de 7 mil organismos a trabalhar regularmente.

Mais de 70% dos filiados no nosso Partido participam na sua actividade diária. O aumento desta percentagem de participação activa tem sido preocupação prioritária de toda a organização do PCP. Para nos falar sobre questões actuais nesse campo de suma importância para o Partido temos hoje connosco o camarada Blanqui Teixeira, membro da Comissão Política do Comité Central, que nos respondeu a várias perguntas sobre os aspectos mais importantes no âmbito da organização.

"Avante!" — Em traços gerais, qual a situação actual do nosso Partido no que se refere aos aspectos de organização?

Blanqui Teixeira — Para além do que já foi divulgado no VIII Congresso, com base nos resultados obtidos no 8.º balanço geral da organização, quando se quer falar na situação actual da organização do Partido interessa focar especialmente as modificações registadas.

Como não há nenhum balanço mais actualizado depois do de Setembro do ano findo, julgo de interesse afirmar que as principais modificações dizem respeito aos seguintes aspectos: observa-se uma melhor compreensão da importância da organização; existe uma maior disponibilidade da parte de alguns camaradas, da parte de alguns quadros, para se dedicarem mais de perto aos problemas da organização; tem-se avançado para uma estruturação mais perfeita da organização do Partido; verifica-se um mais amplo contacto, e, ao mesmo tempo, vencem-se as dificuldades que ainda existem na chamada à participação activa daqueles membros do Partido que não estão organizados; há um maior interesse e mais possibilidades de realização das assembleias das várias organizações e está-se a trabalhar activamente nesse sentido; por último, continua a registar-se uma crescente adesão ao Partido, com muitas inscrições e com um recrutamento cada vez mais orientado.

Estas são as modificações que se podem apresentar e que apontam, evidentemente, para o alargamento e para o reforço da organização. Indicamos, porém, estas modificações sem esquecer o seu aspecto relativo. Na verdade, temos sempre em mente a necessidade constante de melhorar em todos os campos que acabamos de referir. Depois do nosso VIII Congresso, já se deram passos importantes para melhorar todas essas frentes de luta no âmbito da organização. Mas é necessário insistir, ir mais longe, pois estamos cientes de que o alargamento da mobilização e o seu reforço são base fundamental para uma maior influência e para uma maior contribuição do Partido para o nosso processo revolucionário.

TRABALHO REGULAR E ORGANIZADO

"Avante!" — Um dos problemas que por vezes se levanta é a necessidade de formação de novos quadros. Que medidas estão previstas a este respeito?

Blanqui Teixeira — A formação dos quadros partidários assenta na sua actividade regular, na sua participação regular num

reuniões especiais e de cursos de vários tipos. As medidas que têm sido tomadas para a formação dos quadros estendem-se por todo esse campo e podem resumir-se numa maior preocupação no que respeita ao acompanhamento da evolução do desenvolvimento dos quadros e na ajuda constante à esse desenvolvimento. Relativamente aos cursos, desde Setembro de 1974 que o Partido os realiza. A experiência tem-se desenvolvido nesse campo da formação de quadros. Hoje, para além dos cursos que podemos chamar de carácter central, existem outros nas diversas organizações regionais e mesmo em organizações de âmbito mais reduzido.

"Avante!" — O PCP transformou-se num grande Partido nacional, com uma larga implantação entre as massas. Isso tem levantado em certos sectores uma dificuldade: a integração de todos os militantes na vida do Partido, a sua ligação e participação na vida orgânica do Partido. Que nos pode dizer sobre isto?

Blanqui Teixeira — Considero que esse problema é o gergalho do nosso desenvolvimento orgânico. Apesar dos esforços realizados para organizar capazmente todos os membros do Partido, apesar dos excelentes resultados obtidos com a revelação constante de novos quadros, apesar de tudo o que se tem feito no sentido de acompanhar de perto a sua formação, o progresso numérico do Partido faz-se a um ritmo mais elevado do que o da formação dos quadros. Daí esta realidade: a de que há muitos camaradas que não estão suficientemente enquadrados na organização do Partido.

Tudo o que acima foi dito aponta para a resolução deste problema. Essa é hoje uma das nossas preocupações principais. Temos de contactar, de organizar todos os membros do Partido. Já foi dito no VIII

organizados atinge uma proporção superior à da média. Fazemos desse objectivo uma preocupação geral para todo o Partido. Mesmo nas organizações onde a situação é melhor, onde, portanto, essa percentagem de não organizados é mais reduzida, mesmo aí nós podemos e devemos avançar. O nosso objectivo é o de que todos os membros do Partido sejam, de facto, militantes. E para se ser militante é necessário ter uma actividade organizada. Trata-se, é claro, de um objectivo teórico, que poderá não ser totalmente uma realidade prática. Mas estamos convencidos de que essa percentagem dos 30% pode ser muito e muito diminuída. A todas as organizações do Partido compete analisar a sua situação e tomar as medidas necessárias no sentido de, na organização respectiva, vencer as dificuldades que existem e, se necessário, pedir a ajuda capaz de contactar e organizar todos os seus membros.

NEM "LIBERALISMO" NEM SECTARISMO

"Avante!" — A repentina passagem do PCP de um partido clandestino, com tudo o que isso implicava, para a legalidade, não se fez, naturalmente, sem problemas. Segundo alguns críticos, o Partido foi demasiado "liberal" nos recrutamentos; segundo outros, houve por vezes um certo "fechar de portas" à admissão de novos membros...

Blanqui Teixeira — É natural que, no conjunto das nossas organizações espalhadas por todo o País, tenha havido deficiências de um lado e do outro. É natural que, no fim de contas, tenha havido desvios à orientação traçada pelo Comité Central. Tais desvios traduzem-se normalmente em dificuldades para as respectivas organizações.

Há uma regra inscrita nos Estatutos, segundo a qual um novo membro do Partido só pode ser filiado desde que sobre ele se disponha de uma informação de confiança que abone a sua seriedade moral e política. O desrespeito por esta regra, que o Partido impõe e está estatuída, é um grave erro. É claro que, por uma visão, digamos, oportunista, pode-se pensar que, abrindo escandalosamente as portas do Partido, se aumenta mais rapidamente a organização. Mas a verdade é que, normalmente, não é necessário mais do que um prazo muito curto para verificar que, no fim de contas, com a entrada de elementos que não prestigiam o Partido, a organização estagna,

a compreenderem quais são as características de um membro do Partido. Ora a paciência e a persistência não são normalmente qualidades dos sectários.

Também este desvio, de que acabámos de falar e que se refere à entrada de novos membros para o Partido, é um desvio sectário. Como tal está a ser combatido e deve continuar a ser combatido.

"EU QUERO SER MEMBRO DO PARTIDO"

É claro que a situação do Partido é hoje profundamente diferente da que se vivia na clandestinidade. Após o 25 de Abril, surgiu uma novidade no nosso Partido. É a existência de locais abertos onde as pessoas podem vir e dizer "eu quero ser membro do Partido". Anteriormente, não havia disto. E, exactamente pelas condições profundamente diferentes que foram criadas com o 25 de Abril, o Partido que era um partido de quadros, muito limitado, em que os seus membros tinham de ser especialmente acompanhados

"É dentro do Partido, no contacto com camaradas mais experientes, em contacto directo com a actividade partidária, que se vão formando os seus membros, que vão adquirindo essa qualidade, na verdade indispensável, que é a da militância."

e conhecidos, dadas as intenções constantes do fascismo, até no envio de provocadores para o Partido, depois do 25 de Abril, o Partido transformou-se em muito rapidamente, como todos sabem, num grande partido de massas, num dos maiores partidos da Europa Ocidental.

Não deixando nós, como já foi dito, de observar a regra que os Estatutos prescrevem, que é a de exigir uma informação, uma boa informação sobre quem entra no Partido, temos, no entanto, a preocupação, nas condições actuais, de não fechar as portas a todos aqueles que têm essa boa informação, ainda que não compreendam suficientemente os próprios objectivos do Partido e os seus princípios orgânicos.

Quando há pouco me referia à necessidade de irmos modificando e transformando aqueles que são aceites como membros do Partido em verdadeiros militantes, é, no fim de contas, um trabalho de elevação do seu nível ideológico que, neste aspecto, se situa no campo da compreensão de quais são as qualidades dos membros do Partido. Mas não há para nós diferença nenhuma entre filiados anteriores ou posteriores ao 25 de Abril. Ainda há pouco me referi à revelação de novos quadros. E isso é um facto. O processo revolucionário que temos vivido tem posto a claro as qualidades dos novos militantes, dos novos quadros, que aderiram ao Partido depois do 25 de Abril. Muitos deles suportaram situações difíceis. Não as temeram. Foram sempre vanguarda da luta da classe operária, dos camponeses, das diversas camadas populares, de todas as camadas que estão com o processo revolucionário.

"Avante!" — Mas já que continuamos a falar de quadros, o nosso Partido, sendo um partido de quadros, durante a clandestinidade, nunca deixou de estar ligado às massas trabalhadoras...

Blanqui Teixeira — O Partido, na clandestinidade, foi na verdade um Partido de quadros. Nessas condições, sujeito a perseguições multissímulas, era forçado a limitar as possibilidades de expandir a sua organização. Mas — e essa é uma característica do Partido — havia uma estreita ligação dos membros do Partido às massas.

A constante formação ou o desenvolvimento de organismos e organizações de tipo unitário na luta contra o fascismo permitiram que se fizesse essa ligação dos membros do Partido às massas. Assim, um partido reduzido nos seus efectivos, tinha uma projecção e criou no País um nome tal que ainda hoje, quase três anos depois do 25 de Abril, quando se fala no Partido, se pensa no Partido Comunista Português.

COMBATER O SECTARISMO

"Avante!" — Voltando aos desvios sectários, até que ponto têm eles afectado ou não a organização do Partido, tendo em conta, nomeadamente, a política de unidade sempre defendida pelo PCP?

Blanqui Teixeira — O sectarismo, ali onde ele surge ou se instala, causa

sempre grandes prejuízos e fomenta perigos graves. Vimos já o que sucede no próprio campo da entrada para o Partido e como o sectarismo impede afinal o alargamento da organização e o seu desenvolvimento. Mas, além disso, o sectarismo tem normalmente uma influência ainda mais viva, ainda maior, na actividade do Partido e particularmente numa das características fundamentais dessa actividade, que é a ligação do Partido às massas.

No aspecto da organização, o sectarismo não se limita a impedir o seu alargamento. Prejudica também a influência do Partido. Na medida em que mina, em que impede, em que prejudica a sua ligação às massas, impede o desenvolvimento da influência do Partido e, portanto, de toda a sua acção.

Por vezes, surge nos sectários, naqueles que têm na verdade uma tendência socialista, a ideia de que o seu sectarismo é uma resposta ao sectarismo dos outros e, portanto, ao sectarismo das correntes reacţionárias e ao que existe entre os socialistas.

Simplesmente, de modo nenhum os erros dos outros podem ser exemplos a seguir. E se, na verdade, o sectarismo está profundamente enraizado noutras correntes políticas, isso de modo nenhum nos deve levar a posições que tenham no fundo a mesma raiz sectária. É a nossa actividade aberta, compreensiva, capaz de aproveitar as mais pequenas possibilidades de unidade e de acção que melhor põem a nu o sectarismo dos outros e melhor servem os interesses do nosso Partido — interesses esses que não são, por sua vez, interesses sectários. São os interesses de todas as classes e de todas as trabalhadoras, são os interesses das massas populares e do nosso País.

"Avante!" — São, portanto, interesses defendidos na unidade...

Blanqui Teixeira — O nosso combate tem sido sempre orientado nesse sentido. Mesmo na clandestinidade, o que deu força ao Partido foi a sua constante ligação às massas, como já vimos atrás.

"Avante!" — São, portanto, interesses defendidos na unidade...

Blanqui Teixeira — O nosso combate tem sido sempre orientado nesse sentido. Mesmo na clandestinidade, o que deu força ao Partido foi a sua constante ligação às massas, como já vimos atrás.

Nos estamos a viver hoje uma situação que só põe mais a claro a necessidade de um grande esforço de unidade com todos os que estão de acordo nem que seja com um aspecto da nossa luta. Desejamos, em primeiro lugar, a unidade com todos aqueles que estão de acordo com todo o processo revolucionário. Mas em muitos aspectos da nossa actuação, nós não devemos exigir que, por exemplo, para um melhoramento local fiquemos à espera de nos unirmos apenas com aqueles que estão de acordo com esse objectivo, os nossos objectivos. A nossa política unitária não depende apenas deles. Depende também dos objectivos mais ou menos limitados que temos pela frente.

ANIMAÇÃO CULTURAL AO SERVIÇO DA ORGANIZAÇÃO

"Avante!" — Em certas zonas do País, a reacção, designadamente através do

"O Militante (21 mil exemplares na última edição) tem vindo a aumentar o número das suas páginas e a melhorar o seu conteúdo. É necessário, especialmente neste último aspecto, melhorar ainda mais. Para isso é indispensável que os membros do Partido contribuam com as experiências que vivem nas suas organizações."

caciquismo e do clero reacţionário, tem ainda uma grande força. A ofensiva reacţionária e terrorista do Verão de 1975 obrigou mesmo ao encerramento de muitos Centros de Trabalho. Qual a situação actual nessas zonas? Qual a reacção concreta que o Partido, no seu conjunto, pode dar aos camaradas que aí trabalham?

Blanqui Teixeira — De um modo geral, podemos dizer que hoje a situação é nitidamente melhor nas regiões onde ainda impera a reacção e o caciquismo. Há dados



objectivos e eles podem ver-se através dos resultados eleitorais de 12 de Dezembro; para as autarquias locais. É claro que o concorrente unitário a essas eleições foi uma frente. Mas é evidente que o Povo Unido é de coacção, que a FEPU está perfeitamente de acordo com o processo revolucionário e, portanto, de acordo com o caminho para o socialismo.

Onde o Povo Unido avançou de certeza recuou a reacção e o caciquismo. Em toda a zona Norte do Continente (e aqui, quando falo em Norte, venho por aí abaixo até Leiria e Castelo Branco) houve uma notável melhoria na votação relativamente aos resultados obtidos pelo Partido nas eleições de Abril passado. Há mesmo casos não só de um aumento notável, mas de um aumento excepcional.

Podemós hoje dizer que onde a situação se mantém ainda muito má é nos Arquitélagos. Não é "impunemente" que, depois do 25 de Abril, se tem à frente do Governo dos Açores um deputado, do 24 de Abril e, no Governo da Madeira, gente da mesma qualidade. Mas o que recentemente se passou no Norte, nessa grande região a norte do nosso País, também, irá passar-se nas regiões autónomas. E julgo que é um indicio, que é um exemplo a citar, o facto de no concelho das Lajes, nas Flores, o Povo Unido ter obtido 15 por cento dos votos para a Câmara Municipal.

É claro que as modificações já conseguidas são resultado, em primeiro lugar, da actividade das populações dessas mesmas regiões e, portanto das organizações do nosso Partido nessas locais. As modificações que são ainda necessárias e que se darão sem dúvida serão também o resultado da acção dessas populações e das nossas organizações. Mas é bom, é necessário, que as outras organizações do Partido, que a organização do Partido em geral, tenha em conta as dificuldades que existem em determinadas zonas do nosso País e que deem alguma contribuição para ajudar o seu desenvolvimento.

Como se sabe, há muitas camaradas que vão passar dias, semanas e até meses nessas regiões. Essa permanência dos nossos camaradas pode ser uma ajuda, na medida em que procurem, nos meios que conhecem, ter um trabalho de esclarecimento que pode chegar até ao trabalho de ligação ao Partido de novos membros ou simpatizantes.

Por outro lado, as organizações do Partido nos grandes centros devem ter a preocupação de ajudar as zonas por vezes próximas que estão mais atrasadas politicamente. E um dos meios poderia ser uma certa

conquistas ou iniciativas que as próprias populações podem levar a cabo. E tudo isto são formas de ajuda que temos procurado incentivar, ainda que muitas outras possibilidades estejam ainda por aproveitar. Há ainda outras formas de ajuda e só quero citar mais esta: a deslocação de quadros do Partido para essas zonas, a que temos recorrido algumas vezes.

"Avante!" — Entre essas formas de animação cultural, há alguma a destacar?

Blanqui Teixeira — Penso que há um aspecto daquilo que designei por animação cultural que, sendo a mais simples, podia ter um papel muito importante. Trata-se da luta contra o analfabetismo. Em determinados centros, essa animação teria muito interesse. E não apenas a cargo de comunistas, mas de todas as pessoas progressistas que consideram que aprender a ler e a escrever é um direito de todos e que a todos devem ser abertas as possibilidades de usufruir desse direito.

Julgo que onde a nossa organização tem mais força, ou onde exista uma actividade progressista, se devem criar

camaradas, de todos os militantes do Partido?

Blanqui Teixeira — O "Militante", como boletim da organização do Partido, deve preocupar-se principalmente com a divulgação das experiências da organização do Partido. Mas como a organização é a base material da actividade do Partido, cabe naturalmente também ao "O Militante" contribuir para o desenvolvimento dos quadros, para melhorar toda a actividade da organização. Logo, também a ele devem ser chamadas as experiências da acção de qualquer das nossas organizações e tudo o que interesse à formação dos quadros. A pouco e pouco, o "O Militante" tem vindo a aumentar o número das suas páginas e a melhorar o seu conteúdo. É necessário, especialmente neste último aspecto, melhorar ainda mais. Para isso, é indispensável que os membros do Partido, e em particular os dirigentes das diversas organizações do Partido, contribuam com as experiências que vivem as suas organizações, de modo

"O progresso numérico do Partido faz-se a um ritmo mais elevado do que o da formação de quadros. Daí esta realidade: a de que há muitos camaradas que não estão suficientemente enquadrados na organização do Partido."

núcleo para levar mais longe o ensinamento das primeiras letras e a luta contra o analfabetismo. Já temos o exemplo. Já houve movimentos desse tipo. Ultimamente, por iniciativa da UEC, apareceu o Movimento Alfa. Mas não há movimentos que tenham o monopólio deste tipo de animação cultural.

Evidentemente, quando falo de animação cultural não estou a pensar apenas na alfabetização. Há o problema da criação de grupos de teatro. Há que levá-lo (em formas simples, que sejam compreendidas) àquelas populações que estão ainda sujeitas a uma influência reacţionária. Há já vários exemplos positivos. Mesmo nessas próprias regiões há iniciativas de criação, há mesmo, de grupos de teatro, que depois se deslocam e exercem influência à sua volta.

Há ainda outras iniciativas favoráveis à organização. Falo de teatro como poderia falar de cinema, de palestras sobre temas que interessassem as pessoas, que fossem ao encontro das necessidades e das preocupações das populações dessas zonas.

Todas essas formas de animação cultural são facadas no caciquismo e na reacção. O caciquismo assenta muito em dois aspectos: a submissão económica e o obscurantismo. Denuncia-los e combatê-los passa pela organização, pelas actividades unitárias de todo o tipo, viradas para a organização das massas populares em torno de objectivos concretos nos quais as formas de animação cultural podem ter (terão certamente) papel relevante.

DIVULGAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS ATRAVÉS DE TODO O PARTIDO

"Avante!" — O Partido dispõe de uma publicação especialmente dedicada aos problemas de organização. Qual o papel que "O Militante" deverá desempenhar? Que tipo de participação é de desear por parte de todos os

a enriquecer o conteúdo do nosso Boletim com as experiências mais variadas. Até agora, essa ajuda tem sido diminuta. Penso que é esse um dos aspectos em que "O Militante" pode ter um papel mais importante e transformar-se num divulgador das experiências mais diversas.

Mas há ainda outro aspecto que interessa focar. É o da divulgação de "O Militante" que pode ser alargada. Do seu último número, foram publicados 21 mil exemplares. Com um bom trabalho das organizações do Partido é fácil elevar substancialmente a tiragem de "O Militante".

"Avante!" — E quanto à distribuição?

Blanqui Teixeira — A distribuição é feita praticamente através da organização. Isto exige mais trabalho para os organismos dirigentes, que devem levar "O Militante" às organizações. Para isso, estas deverão falar sobre ele, aproveitar alguns dos seus artigos para temas de reuniões, escolher um outro tema que mais interesse a determinada organização para discutir sobre ele, de modo que muitos mais militantes se interessem e comprem "O Militante".

É claro que o Boletim não se destina apenas aos membros do Partido. Pode ser comprado por qualquer pessoa. Mas, dados os seus objectivos, a nossa preocupação é que sobretudo os membros do Partido procurem absorver as experiências vividas, pois falta delas não há. O que há é falta da sua divulgação.

Sem dúvida, temos de ter em conta que os camaradas mais capazes de dar essa ajuda a "O Militante" estão por vezes sobrecarregados de tarefas. Algumas delas têm de ficar para trás. Mas, por isso mesmo, logo na primeira resposta a esta entrevista eu disse que hoje há mais disponibilidade de alguns quadros, o que tem muita importância também neste aspecto da colaboração no "O Militante".

Quanto à sua divulgação, trata-se de uma tarefa de todos os membros do Partido e de todas as suas organizações.

NÃO ESQUECEREMOS OS CRIMES DA PIDE!

A libertação dos pides, a benevolência com que são tratados os criminosos confessos que serviram o fascismo, a opressão e a exploração constitui um dos mais preocupantes indícios das ameaças que pendem sobre Portugal.

Há que não esquecer os crimes cometidos. Dos arquivos do nosso Partido extraímos mais um documento que recorda o que foi a luta e o que foi a polícia fascista. Preso em 1972, o camarada Fernando Vicente, eleito no VIII Congresso para o Comité Central, foi submetido a torturas brutais que, defrontaram a sua inabalável firmeza. O texto que publicamos é o do relatório enviado após a libertação por aquele camarada à Direcção do Partido. Escrito na terceira pessoa, como ensinavam as normas de segurança, para que no caso de o texto cair nas mãos da pide não poder ser juridicamente atribuído ao seu autor; sintético e completo como o impunham as condições de trabalho; firme e determinado como temperava a luta.

Para que não esqueça.

14/11/72 a 19/11/72 — Primeiro período de tortura do sono. Começou às 20 horas do dia 14/11 e termina às 21 horas de 19/11. O chefe de brigada (Inácio Afonso) quer a sua história toda e que até lá não dormiria. Respondeu que não teve quaisquer actividades ligadas a qualquer grupo clandestino.

Devido ao suor os pés ficam em ferida. Durante esse período fez 36 horas de estadia. Os dois primeiros dias são os mais difíceis de

suportar. Os investigadores (inspector, chefe de brigada e agentes), falam-lhe que, se ele quiser, pode negociar a sua libertação, e que deve dizer as suas condições para saber se a polícia as aceita. Respondeu que não tinha actividades.

20/11/72 — A tarde teve visita, dormiu a noite anterior.

20/11/72 a 3/12/72 — Às 20 horas de 20/11 volta à sala de tortura para um 2.º período de tortura: 13 dias e 13 noites. As noites são sempre piores de passar que

os dias. Nesse período as piores são a 3.ª ou 4.ª e depois da 11.ª. Nesse período as alucinações serão pequenas (as mais importantes serão as auditivas, embora não ouvisse nenhuma voz especial). Pensa que durante esse período não caiu. Nesse período fazem grande jogo psicológico: a polícia já sabe tudo; a sua saúde e a sua profissão ficarão destruídas; a pena será muito pesada; os outros já falam-lhe nele; é o único a manter a negativa; jamais alguém passou pela polícia que não tivesse falado (os que assim o dizem é pelo negócio feito com a polícia assim o exigir); só sairá dali, ou morto ou para o manicómio ou depois de ter falado; a polícia não quer levar a tribunal mas tem de ter a certeza de que não voltará às actividades; se for a tribunal a confissão espontânea é uma atenuante. Em 23/11 fez 12 horas de estadia e é agredido com 4 golpes de matraça (no peito, rins e pernas) pelo agente Magalhães, nessa noite ameaçaram-no com a electrónica e com o sorro da verdade. Não reagiu às provocações nem às agressões. A partir desse dia o seu moral é magnífico. Em 29/11 é agredido à bofetada pelo chefe de brigada que quer que ele ao menos confesse que é comunista

e que não quer fazer declarações sobre as suas actividades. Reafirmou que nunca teve actividades ilegais. Fisicamente está arrasado quando termina esse período de tortura, mas moralmente estava em forma magnífica. As 21 horas de 3/12 acaba esse período de tortura (durante o qual lhe cortaram uma visita).

4/12/72 — A tarde teve visita; dormiu a noite anterior; a sua mulher nota que tinha a cara inchada e olheiras resultantes de 18 dias de tortura.

4/12/72 a 17/12/72 — No dia 6/12 é agredido à bofetada (durante uns 10 minutos é atirado ao chão diversas vezes) pelo Inácio Afonso. Não respondeu à agressão. Durante esse período fez estadia diversas vezes mas não se lembra quando nem quantas vezes. Durante esse período perdeu a consciência diversas vezes e caía no chão em períodos cada vez mais curtos; terão os torturadores mil cuidados para que não bata com a cabeça nas paredes. Durante esse período mostravam-lhe fotografias para as identificar quem conhece: diz que conhece o João Abel pois viveram no Porto na mesma «República» e em Lisboa nos encontros na Livrelco; dizem-lhe que nas fotografias mostradas também está o P.N. mas que talvez o não reconheça por

estar disfarçado; perguntaram-lhe se conhece o J. R. (ao que disse que sim, e que a última vez que o viu foi antes de ir para a tropa em Tancos); dizem-lhe que o N. A. P. e o D. D. também falaram em si e denunciaram as suas actividades e reuniões. Respondeu que nunca teve actividades ilegais. Dizem-lhe que o A. não tem a mesma opinião e que o denunciou como responsável pelos intelectuais bem como o seu ponto de encontro (traseiras do Liceu Pedro Nunes) e a credencial. Repete que nunca teve actividades ilegais.

Em 14/12 fez um único auto que assinou: explica que o «Rumo à Vitória» e «Radicalismo» lhe foram enviados pelo correio; que recebe periodicamente pelo correio 2 colecções de imprensa que lla e destrula, mas que algumas vezes a deixava em sítios públicos; material da Comissão de Socorro ou trouxe da Devir ou directamente dos membros da Comissão; que a informação dada pelo N. A. P., de que ele teria sido aliciado pelo S. M. e que teria trabalhado com o D.D., S.P.M. e A.S., não era correcta, pois apenas foi abordado mas nunca aceitou; que nas suas visitas ao estrangeiro em contactos com amigos (S. B., E. F., A. S., D. D.) lhe falaram na

necessidade de integração mas que nunca a aceitou; pois sempre pretendeu ter um intenso trabalho legal (dirigente estudantil e da Ordem); disse que efectivamente um M. o tentou aliciar para a FAP mas que não aceitou, contrariamente ao afirmado pelo tal M. Reafirmou que não aceitou a entrada para a FAP como não aceitou a entrada para qualquer grupo clandestino, pelo que resumindo, não teve actividades ilegais. Estas foram as matérias do auto. Fora do auto falaram-lhe nos pseudónimos «Leonele», «Paulo», «Soeiro» que declarou desconhecer. Na fase final desse período a polícia diz-lhe que se não for a tribunal como responsável pelos intelectuais, seria pelo menos como responsável pela reorganização dos economistas, e em particular por tentar agarrar o sindicato dos comerciantes. Perguntam-lhe o seu pseudónimo e a sua cotização ao que responde que nunca teve actividades.

Em 17/12 dizem-lhe que o governo decidiu correr todos os riscos com o seu caso e por isso teria de falar. Mantive firmemente a mesma posição. Perguntaram-lhe se ele viu os autos ao menos confirma o que viu escrito ao que ele respondeu que nada tem

a confirmar por não ter tido actividades; dizem-lhe que ao menos diga que não quer falar sobre as suas actividades para que o deixem ir dormir. Repete que não teve actividades.

Com o corpo todo dormente termina nesse dia 17/12 esse terceiro e último período de tortura do sono. Teve algumas alucinações essencialmente de ver as paredes a mexer e com a sensação que eram em pano. Algumas zonas do corpo (cabeça, pernas e pés) estão completamente insensíveis.

18/12/72 — Visita; recomeço do isolamento. 21/12/72 — Pela 1.ª vez recreio; continua o isolamento.

23/12/72 — Autorização para ler o «Diário de Lisboa» e o «Diário de Notícias».

12/1/73 — Vai à polícia; a ameaça no caso da prorrogação de prisão preventiva e que o voltarão a prender 10 dias depois de o soltarem. Perguntam-lhe se ainda não mudou de ideias; que ainda é possível um negócio como os seus «colegas» fizeram, pelo que já estão em casa; dizem que não o querem levar a tribunal; regressa à cela e quando quiser fazer o negócio é dizer ou mandar recado.

13/1/76 — Nova ida à PIDE; Dizem-lhe que vai a tribunal por ser teimoso, se quiser

o negócio com a polícia (se quiser até nem assinar o que tiver a dizer-lhes, dizem eles), terá de ser ele a pedir-lhes e já não é a polícia a oferecer. Repete que não tem nada a dizer por não ter tido actividades ilegais.

16/1/73 — Foi chamado à polícia para lhe prepararem o negócio: libertação no mesmo dia contra a confirmação do que a polícia já sabe (e até já lhe disse). Reafirma que não teve actividades pelo que nada tem a dizer. Essa tentativa é feita pelo próprio inspector (Silva Carvalho). Diz-lhe que se não aproveitar esta última oportunidade irá a tribunal e que não pense sair com cautela.

Entretanto se quiser é só mandar recado.

24/1/73 — Chamam-no para saber se já mudou de ideias e se quer entrar no negócio. Querem que ao menos diga que não fala por estar a cumprir palavras de ordem que vêm de cima. Diz que não tem nada a dizer por não ter tido actividades ilegais.

A tarde sai sob fiança (20 000\$000).

5/2/73 — É-lhe comunicado que nesse dia há um despacho no seu processo, de que os autos foram mandados aguardar a produção de melhor prova, pelo que poderá levantar a cautela.

REFORMA AGRÁRIA

por URBANO TAVARES RODRIGUES

Praia loira de trigo ainda a recolher. Os gestos novos, a vida nova nas cooperativas. E onde passo as férias, olhando o céu de esmalte, desejando-lhe a chuva, temendo-a depois. Não há abrigo para os cereais, não há meta (ou não se avista na governação) para este esforço imenso, este deserto humanizado dos rurais alentejanos.

Alteia-se, apesar da quietude do ar, a albufeira da «Pedro Soares», onde ninguém toma banho. As moças ainda trajam de negro. Por dentro e por fora. Suados os corpos do trabalho, liquidados (?) os medos antigos, fresca, tão fresca, a água guardada nas bilhas — e no frigorífico do monte — as excursões chegam, partem, deslizam pelas vidraças, pelos olhares sem espanto dos que estão, não chegam a tocar a pele dos sobreiros nem a ternura da tarde asfixiante. São alemães, italianos, espanhóis, com palavras políticas na boca. Falamos. Os camponeses apenas os observam.

Pergunto-me se sou político. Não. «Político» profissional não sou nem serei nunca. Escritor, sim. E, contudo, a Revolução é para mim mais importante que a literatura. Simultaneamente doloroso e exaltante é que nesta cooperativa — e noutras — fala-se ainda a linguagem de Abril de 75. Há quem me diga que em Portugal só existem duas possibilidades: socialismo ou fascismo (as técnicas sofisticadas da recuperação capitalista ficam para lá de Vendas Novas, para lá da «Sol Nascente», a anos de distância dos barrancos secos, das casas velhas, do caminho aos solavancos até aqui.

O discurso actual só chegou à vila. Aqui, mói-se a esperança no moínho do trabalho (quase) feliz. Quatro mil e quinhentos hectares de socialismo. Ainda!

Ajuda aí, pá! E eis-me a meter o ombro aos quarenta quilos de um saco de cevada aveia. Um riso esgueilhado, mas amigo, é o fruto do mau jeito que ganhei no peçoço. E que me aquece. Enfim, saio da ilha das palavras. Nem venerado nem excluído. Aqui o discurso de Oh pá, Tu pá, Diz pá, Eh pá, vamos embora, a revolução não espera — continua a ressoar. E as cigarras, os gafanhotos, as libélulas, tudo, todos me adoptaram, seres, coisas, olhos invisíveis que povoam os arredores do calor alentejano; o velho cão amarelento que me fareja, já familiar, os bonecos de louça dentro de casa, de pelico no pino do Verão, são assim os pastores...



Entrar na Cooperativa Pedro Soares é como entrar num sonho povoado de chaparros, searas, terras de regadio, raros «montes» e casas dos baldios de outorá dispersos por quatro mil e quinhentos hectares. E camponeses novos-antigos (são, ao todo, cento e oitenta). Plenitude de brancura sobre a nódoa azul da barragem com pouca água. Os olhos medindo um território já quase irreel — exaltante e doloroso — de esperança. De confiança. Águias adormecidas, gados mansos no mar da grande calma.

É como entrar num sonho, para dele sair, sete ou oito horas depois, em estado de choque. Porque ali existem, de verdade, formas de socialismo (e a linguagem é ainda a da



Primavera de 75), quando precisamente se iniciava, pelo País fora, a recuperação capitalista e a palavra, não só no Norte, mas até mesmo em Lisboa, é já tão outra.

Anima-nos. E depois magoa. Será possível que isto venha a perder-se?! Se tal acontecer, como perdoar esse crime?!

«Amigo, a minha vida depois do 25 de Abril, quer dizer, depois da ocupação da Chaminé e da Água de Todo o Ano, que isto, como tu sabes, era da Torralta, olha a minha vida nem sei dizer-te, não tem aparência nenhuma com a minha vida dantes. Nunca tive sapatos até aos doze anos. Era «ajuda» do meu homem, que é pastor, e, não faz muito tempo (aqui as leis não se fazia quase delas), saíamos do montado às cinco da manhã, ainda de noite, e voltávamos à meia-noite.»

Safira é uma mulher alta, já com falta de dentes, testa enrugada, de olhos garços e tão lindos como os dos seus três filhos machos, que andam agora à escola (o marido só recentemente aprendeu a ler e escrever). Tem trinta e cinco anos para mais. Está grávida e anémica. Quer por força uma menina. O médico deu-lhe baixa. Por isso, em vez de andar na rega, que é o trabalho, ligeiro, que lhe compete desde que a Cooperativa se formou (há plenários, cem por cento

democráticos, todos os sábados; o resto da temporada trabalhadores pouco se vêem neste deserto da Reforma Agrária), ela está sentada, junto ao poial da casa, numa cadeira baixa de boínho, a tricotar.

«Sou feliz? Pois sou. Nunca cuidei vir a ter uma vida assim. Ganho três contos e noventa por mês. É o mesmo para todas as mulheres, seja qual for o serviço.»

«Sim, os homens recebem mais, à razão de cento e cinquenta escudos por dia. Para cima de cinco contos. O trabalho também é diferente, não é verdade?», é mais pesado. Bem, a gente não se pode igualar com eles. Está certo. Se eu fosse moça dos meus vinte anos, era capaz de saltar para cima de um tractor e ganhar o mesmo. É o que há-de acontecer. As coisas vão devagar neste ponto. Nem podia deixar de ser.

«Não, eu cá não, não sou religiosa, também não sou contra. Outras casaram-se pela igreja, mas foi só para lhes darem o direito a terem casa. Ah!, se isto mudou? Dantes, os moços pequenos eram explorados até aos dezasseis, dezotto anos ou mais.

Eram ajudas de pastores, porquêiros; agora vão à escola, aprendem ofícios. Amigo, isto é lindo, não é?!

«O que eu chorei cá por dentro... E agora rio...»

Solidariedade Solidariedade Solidariedade

O internacionalismo tem muitas formas de se manifestar. E manifesta-se por assim dizer no dia-a-dia da luta que os povos travam, uns para se libertar das cadeias do colonialismo e do fascismo, outros em luta aberta contra os monopólios e por uma sociedade socialista, outros ainda, em fases mais ou menos adelantadas, construindo já o socialismo ou lançando as bases do comunismo.

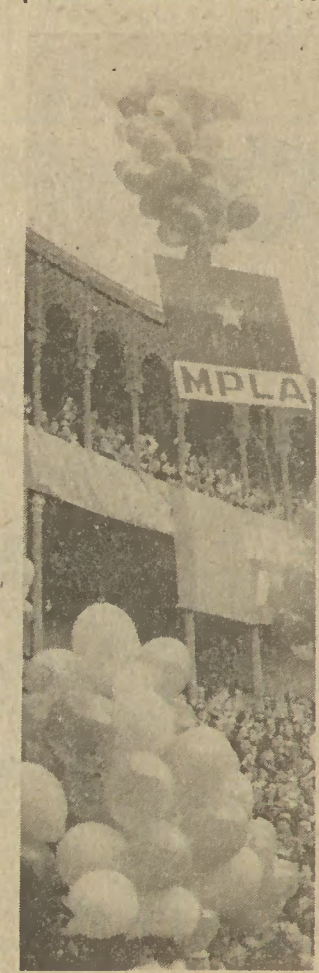
As manifestações do internacionalismo proletário, da solidariedade internacional tem, junto do povo e dos trabalhadores portugueses, encontrado as suas formas de se expressar. Tanto considerando a solidariedade internacionalista que tem animado os progressistas portugueses, desde os tempos negros do fascismo para com os povos em luta por esse Mundo fora, como recebendo deles provas inequívocas de apoio à luta dos antifascistas e, depois do 25 de Abril, a solidariedade concreta recebida dos amigos trabalhadores de muitas nações em apoio, por exemplo — e que grandioso exemplo — à Reforma Agrária e, na generalidade às mais diversas lutas que temos travado na defesa, avanço e consolidação da

nossa democracia no rumo difícil para o socialismo.

Com efeito, e os trabalhadores portugueses têm, participando, testemunhado o facto, são os comunistas que, nas fases mais duras da luta de classes ou naquelas em que se abrem novas perspectivas políticas, económicas e sociais, levantaram e levantam sempre bem alto a bandeira do internacionalismo e ao mesmo tempo os que se batem com mais ardor e consequência para melhorar as condições de vida do seu povo, para que no solo da pátria nasça uma vida melhor e mais justa para todos.

A solidariedade é entretanto recíproca. E as lições dessa reciprocidade, como dissemos, estão na memória antiga ou próxima de todos nós, e constituem uma cadeia ininterrupta de actos e de tomadas de posição. Da iniciativa e da organização dos comunistas portugueses saiam, no tempo do fascismo, as manifestações contra a guerra colonial e de apoio aos povos de Angola, Moçambique e Guiné, as diversas acções que visavam ajudar as suas lutas de libertação ao mesmo tempo que se opunham ao

mesmo regime desumano que oprimia o Povo português. Da mesma iniciativa partiam as manifestações de solidariedade para com o Povo vietnamita em luta contra o imperialismo norte-americano. Dos comunistas dos países europeus partiu muitas vezes a solidariedade e as tomadas de posição que, somadas às lutas dos trabalhadores portugueses conseguiram arrancar das prisões fascistas militantes



com a saúde debilitada por longos anos de cárcere e de maus tratos.

As responsabilidades que tem, por esses factos, o Partido Comunista, que é a vanguarda organizada dos trabalhadores, nas relações internacionais e, particularmente, nas relações especialmente fraternais com os partidos irmãos, dos países socialistas, dos países capitalistas e com os partidos e movimentos de libertação nacional, são muito grandes e têm de estar à altura da importância que o internacionalismo tem no desenvolvimento das lutas travadas a cada momento.

O Relatório aprovado no VIII Congresso do Partido sublinha, depois de salientar que os deveres internacionais e as tarefas nacionais são inseparáveis:

É dentro desses princípios que o PCP de há muitos anos mantém relações fraternas com numerosos partidos comunistas irmãos, dos países socialistas e dos países capitalistas, com os movimentos de libertação dos países que estiveram submetidos ao colonialismo português e com outros partidos nacionais revolucionários de países que se libertaram ou estão em luta contra o imperialismo.

E o Relatório prossegue abordando as dificuldades que o Partido tem de enfrentar, pela complexidade das tarefas que a Revolução tem colocado, os esforços entretanto desenvolvidos no alargamento e fortalecimento das relações internacionais. E podemos ler ainda:

Depois do 25 de Abril, ao longo do complexo processo da Revolução Portuguesa,

o PCP recebeu um activo apoio dos partidos comunistas e operários, tanto dos países socialistas, designadamente da URSS, RDA, Bulgária e outros, como dos países capitalistas, com relevo para o PC alemão. Também a Frelimo, o MPLA e outros partidos e movimentos revolucionários de países que alcançaram a sua independência nacional mostraram, ao longo destes dois anos e meio, uma grande compreensão da Revolução portuguesa é simpatia e solidariedade para com a luta do nosso povo e a actividade do nosso Partido.

Até ao nível das simples saudações recebidas e enviadas por altura de aniversários dos partidos e das mensagens lidas nos congressos, a revelação a profundidade dos laços internacionalistas que ligam as vanguardas revolucionárias que em cada país lutam para abrir à humanidade as perspectivas radiosas do socialismo, da independência nacional. O próprio VIII Congresso e, antes dele o Congresso Extraordinário de Outubro de 1974, são exemplos da solidariedade que ficou expressa na tribuna onde subiram dirigentes revolucionários de outros países, para ali nos lerem as saudações dos seus partidos e povos, em mensagens onde a compreensão dos fenómenos da Revolução portuguesa e as palavras em que brevemente nos descreveram as lutas que levam a cabo exemplificam a comunidade de interesses dos trabalhadores de todo o Mundo.

Recordamos as palavras do camarada Boris Ponomarev, dessa tribuna,

abordando os êxitos e as dificuldades do processo português, abordando as realizações dos trabalhadores na URSS:

Nós, os representantes do PCUS, gostaríamos de desejar sinceramente aos comunistas portugueses, a todas as forças de esquerda e democráticas do país, às suas Forças Armadas, novas grandes conquistas na unidade e colaboração em nome do triunfo dos ideais que foram representados pela gloriosa revolução de 25 de Abril de 1974!

E, falando do nosso Partido:

Nestes últimos quatro dias, tivemos mais uma vez a confirmação de que não existe incompatibilidade entre um Partido internacionalista e um Partido de patriotas, mas que, pelo contrário, o internacionalismo faz com que o patriotismo adquira um conteúdo mais profundo.

Podíamos recordar aqui outras mensagens, outros discursos. Na altura em que a delegação portuguesa deixou o Maputo, depois de assistir ao III Congresso da Frelimo, vamos lembrar as palavras do camarada Panguene que entre nós representou os revolucionários moçambicanos no nosso Congresso e que constituiu um precioso documento em que podemos acompanhar as realidades de uma pátria nova para um povo que se libertou, realidades em desenvolvimento; palavras em que o sentido do internacionalismo está bem expresso, como estas:

Neste momento, a actuação internacionalista de muitos trabalhadores portugueses em Moçambique, entre os quais se encontram militantes do Partido Comunista Português, que conosco colaboram nas



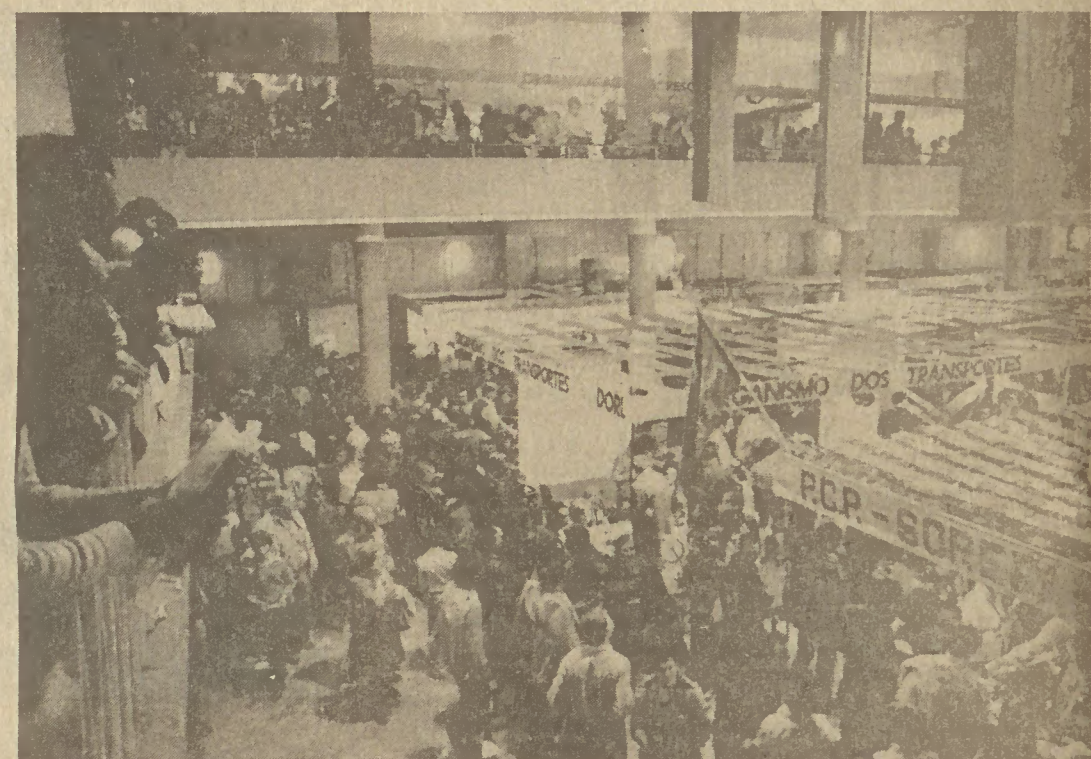
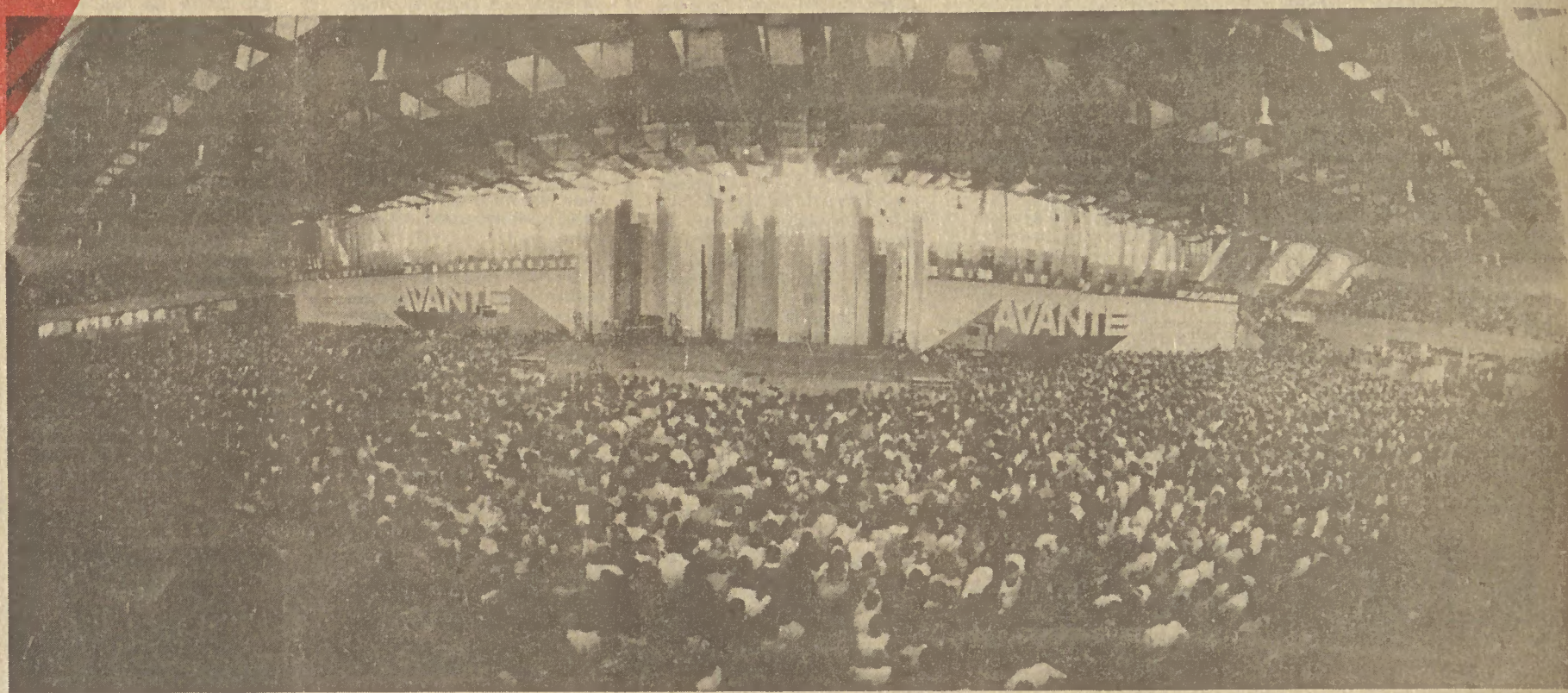
tarefas de reconstrução nacional, mostra que entre os operários e camponeses portugueses e moçambicanos não há antagonismos. Todos são combatentes de uma mesma causa, trabalham em pé de igualdade, rejeitam privilégios de classe, rejeitam diferenciações com base na cor da pele. Todos combatem, combatem e repudiam o colonialismo e suas sequelas, e estão engajados no combate contra o imperialismo.

As saudações, mensagens

de aniversário, mensagens aos congressos, não são, como as que possam existir entre partidos burgueses, meras cortêsias. Além do profundo sentido fraternal, constituem sempre peças cientificamente ordenadas, visando contribuir elas próprias para o aprofundamento das relações existentes, mostrando o conhecimento nítido das lutas que se desenvolvem. Tracem um quadro das realidades, de tal modo que a mensagem de um partido irmão está carregada de dados concretos que servem para uma troca de experiências que, acumuladas, dão a perspectiva de um mundo em movimento para a libertação, através das dificuldades e das vitórias.

O «Avante!», que comemora o 46.º aniversário de publicação, tem, desde os tempos da clandestinidade, dado destaque especial às mensagens, saudações, documentos trocados entre o PCP e os Partidos Irmãos. Em mais de dois anos é meio de revolução, na legalidade, o «Avante!» tem procurado continuar atento aos problemas do internacionalismo. E, nas saudações que sempre que o Partido as recebe, são publicadas, vemos as marcas da amizade e apreço com que os comunistas de todo o Mundo olham a luta dos comunistas e dos democratas portugueses. Nas saudações que o PCP envia quase poderíamos, além do mais, ver retratada a evolução da nossa própria história desde o 25 de Abril, história de conquistas e de defesa delas. História que vai também contribuir, na sua pequena parcela, para a luta comum dos proletários de todo o Mundo!

Fizemos em 1976 a maior,
a mais extraordinária,
a mais fraternal e humana
Festa jamais realizada no nosso País!



Em Setembro deste ano vamos fazer a
2.^a Festa do nosso «Avante!»